



Plano Estratégico

Ribeira Grande 2030

Plano Estratégico Ribeira Grande 2030

Município da Ribeira Grande

Este documento é parte integrante dos trabalhos de elaboração do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, correspondendo ao **Plano Estratégico (R4)**.

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-04742 | abril 2021

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARTAC	Associação Regional para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo, Ambiente, Cultura e Saúde
ARU	Área de Reabilitação Urbana
ATL	Atividades de tempos livres
B2B	Business-to-business
B2C	Business-to-customer
CMRG	Câmara Municipal de Ribeira Grande
DIH	Digital Innovation Hub
ELH	Estratégia Local de Habitação
ERAC	Estratégia Regional para as Alterações Climáticas
ERCPES	Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GEE	Gases de efeito de estufa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
IHRU	Instituto Habitação e Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
IROA	Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.
NGPH	Nova Geração de Políticas da Habitação
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Diretor Municipal
PEOD	Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento
PEPAC	Plano Estratégico da PAC
PERU	Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana
PIB	Produto interno bruto
PIRUS	Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável
PME	Pequenas e médias empresas
PMEPCRG	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Ribeira Grande
PMS	Plano de Mobilidade Sustentável
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO	Programa Operacional

PRAC	Programa Regional para as Alterações Climáticas
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QFP	Quadro Financeiro Plurianual
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAP	Rede de Áreas Protegidas
RIS3	Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RSI	Rendimento social de inserção
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPI	Sociedade Portuguesa de Inovação
STEAM	Science, Technology, Engineering and Mathematics
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural
UE	União Europeia
VAB	Valor acrescentado bruto

Índice

1. Introdução.....	1
1.1. Enquadramento do trabalho.....	1
1.2. Objetivos e metodologia do trabalho.....	3
1.3. Apresentação do documento	7
2. Bases para a definição da Estratégia	11
2.1. Síntese do diagnóstico: um quadro multifacetado de desafios e oportunidades.....	11
2.1.1. Reflexão sobre o território.....	11
2.1.2. Questões-chave do diagnóstico.....	18
2.2. Síntese das orientações políticas	25
3. Estratégia de desenvolvimento	32
3.1. Visão de futuro para a Ribeira Grande.....	32
3.2. Eixos prioritários e objetivos estratégicos	35
3.2.1. Apoiar as pessoas	36
3.2.2. Potenciar uma economia resiliente e inovadora	39
3.2.3. Promover a transição climática e verde	42
3.2.4. Potenciar a coesão e a atratividade do território.....	45
3.2.5. Fomentar a cooperação e a cidadania.....	48
3.3. Projetos estruturantes	50
3.4. Modelo territorial	53
4. Plano de Ação	57
4.1. Fichas dos projetos estruturantes e ações integradas.....	57
4.2. Planeamento Físico Previsional	135
4.3. Investimento e Fontes de Financiamento	138
4.3.1. Programa Indicativo de Investimento.....	138
4.3.2. Potenciais Fontes de Financiamento	141
5. Modelo de Governação e Monitorização	152

5.1. Modelo de Governação	152
5.2. Mecanismos de monitorização	154
Anexo I. Documentos estratégicos de âmbito supramunicipal	159
Anexo II. Síntese dos resultados do envolvimento público e dos atores locais e regionais	190
Anexo III. Resultados da participação pública no questionário digital	197

Índice de Figuras

Figura 1. Etapas metodológicas	5
Figura 2. Sessão pública de auscultação aos agentes locais no Teatro Ribeiragrandense	6
Figura 3. Página inicial da plataforma digital do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030	6
Figura 4. Esquema territorial do concelho da Ribeira Grande	12
Figura 5. Atividades de proximidade com a comunidade escolar e apoio à população em geral	13
Figura 6. Construção de redes de saneamento e drenagem no Concelho	15
Figura 7. Espaço polivalente e construção de novo recinto desportivo no Concelho	15
Figura 8. Largo das Freiras e Praça do Emigrante	16
Figura 9. Paisagem do setor nascente do concelho e Areal de Santa Bárbara	16
Figura 10. Festividades religiosas e ações de divulgação do Concelho no exterior	17
Figura 11. Iniciativas de promoção à participação ativa da sociedade civil	18
Figura 12. Moldura estratégica: documentos e escalas	27
Figura 13. Temas-chave abordados nos documentos estratégicos de âmbito supramunicipal	28
Figura 14. Níveis de definição estratégica	32
Figura 15. Definição da visão estratégica	34
Figura 16. Eixos prioritários e domínios de intervenção	35
Figura 17. Eixos prioritários e Visão de futuro	36
Figura 18. Projetos estruturantes	51
Figura 19. Definição do Modelo territorial do concelho da Ribeira Grande	55
Figura 20. Proposta de modelo de governação	152
Figura 21. Agendas temáticas e domínios de intervenção da Estratégia Portugal 2030	170
Figura 22. Principais temas abordados nas sessões de auscultação dos agentes locais	192
Figura 23. Página inicial do questionário de auscultação pública	197
Figura 24. Página inicial e questionário de auscultação pública no âmbito da elaboração do Plano	198

Figura 25. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Apoiar as pessoas.....	199
Figura 26. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 2 – Potenciar uma economia resiliente e inovadora	200
Figura 27. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 3 – Promover a transição climática e verde ..	201
Figura 28. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 4 – Reforçar a coesão e a atratividade do território	202
Figura 29. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 5 – Fomentar a cooperação e a cidadania.....	203

Índice de Tabelas

Tabela 1. Projetos estruturantes e ações integradas.....	52
Tabela 2. Cronograma previsional	136
Tabela 3. Programa indicativo de investimentos	139
Tabela 4. Fontes de financiamento analisadas.....	142
Tabela 5. Potenciais fontes de financiamento	149
Tabela 6. Alguns indicadores para monitorização global do impacto do Plano Estratégico	155
Tabela 7. Alguns indicadores para monitorização dos Projetos Estruturantes	155
Tabela 8. Novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027	159
Tabela 9. Quadro resumo do PRR	163
Tabela 10. Resumo orçamental do PRR para a Região Autónoma dos Açores.....	165
Tabela 11. Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção do PEPAC	174
Tabela 12. Medidas de mitigação por setor definidas no PRAC.....	182
Tabela 13. Medidas de adaptação por setor definidas no PRAC	182
Tabela 14. Prioridades estratégicas e áreas de intervenção prioritárias	185
Tabela 15. Entidades, órgãos e setores interventivos no processo de auscultação pública	190
Tabela 16. Contributos resultantes do processo de auscultação pública	192



1. Introdução



1. Introdução

1.1. Enquadramento do trabalho

O presente trabalho tem como objetivo a elaboração do [Plano Estratégico Ribeira Grande 2030](#), um documento orientador para o Município na definição das prioridades de investimento até 2030, consentâneo com os principais desafios que se colocam no seu território e com os objetivos e prioridades de desenvolvimento estabelecidos pelo Município para este período, tendo presente o necessário alinhamento com a Política de Coesão da União Europeia e o seu Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, e com os instrumentos estratégicos e de programação do financiamento a nível nacional e regional, como a Estratégia Portugal 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026, e a Estratégia Açores 2030.

O concelho da Ribeira Grande, nos anos mais recentes, tem revelado uma significativa evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, influenciadas pelas políticas de âmbito regional, nacional e comunitário, mas também, de forma incontornável, pelo desenvolvimento de um conjunto de políticas e estratégias municipais que, através da identificação e aproveitamento das oportunidades de financiamento e agindo em diferentes planos, contribuíram para a melhoria dos níveis de qualidade ambiental e urbana, coesão social e de desenvolvimento económico no Concelho.

Um dos instrumentos estratégicos que contribuiu decisivamente para esta evolução foi o [Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento 2014-2020](#), que definiu uma estratégia municipal integrada e operacional de desenvolvimento do território, alinhada com as oportunidades de financiamento comunitário para aquele período, conferidas pelo Portugal 2020 e pelo Programa Operacional Regional (POR) dos Açores 2014-2020. Este Plano englobou um total de 31 projetos estruturantes, muitos deles já executados ou em execução, alicerçados em 6 eixos estratégicos de intervenção que suportaram a visão então estabelecida: [“Ribeira Grande - Uma força de transformação e de criação de valor”](#).

Este instrumento serviu de enquadramento à elaboração de outros instrumentos setoriais de âmbito municipal, como o Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável, o Plano Estratégico para o Turismo 2015-2020, os Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana e o Plano de Mobilidade Sustentável, através dos quais foi possível delinear estratégias específicas em domínios relevantes para o desenvolvimento do Concelho e concretizar um conjunto relevante de medidas e ações, que permitiram mobilizar um volume significativo de investimento e de financiamento.

Com efeito, domínios como a reabilitação urbana, a requalificação e valorização costeira e da frente mar da cidade, a renovação das infraestruturas energéticas e das redes de abastecimento de água e de saneamento, a mobilidade urbana sustentável, o apoio às empresas e ao empreendedorismo local, e a valorização das qualidades patrimoniais, históricas e naturais do Concelho, com reforço da sua vocação turística, entre outros, assumiram, com a implementação destes instrumentos, um particular relevo e contribuíram para a afirmação da Ribeira Grande.

Não obstante os resultados alcançados, o processo de planeamento estratégico não é um fim em si mesmo, exigindo uma permanente revisitação e atualização de forma a se ajustarem os objetivos, as abordagens e as respostas aos novos desafios de desenvolvimento e coesão territorial e socioeconómica, tendo presente o necessário alinhamento com as políticas comunitárias, nacionais e regionais, com base nas quais se organizam os instrumentos de financiamento, imprescindíveis no apoio ao desenvolvimento regional e local.

Sem perder de vista o enquadramento estratégico antes descrito, este é um momento oportuno para a realização de um novo exercício de planeamento estratégico por parte do Município, considerando um conjunto de novos elementos. A saber:

- A publicação da Lei que aprova a revisão do [Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território \(PNPOT\)](#), que traduz uma estratégia de desenvolvimento territorial para o país e que representa o quadro de referência para os demais programas, planos e estratégias com incidência territorial;
- A visão e as agendas temáticas para a implementação da Estratégia da Região Autónoma dos [Açores 2030](#), em articulação com a [Estratégia Portugal 2030](#);
- O [Acordo de Parceria](#) e os inerentes instrumentos de programação do quadro financeiro plurianual 2021-2027, bem como o [Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026](#), este último visando mitigar o impacto económico e social resultante da pandemia da COVID-19;
- A finalização, até 2023, da execução do [Portugal 2020](#) e do [PO Açores 2020](#), com a mobilização dos recursos financeiros ainda disponíveis;
- A [Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente \(RIS3\)](#) da Região Autónoma dos Açores 2021-2027, com uma agenda de transformação económica que visa articular o crescimento inteligente com o crescimento sustentável e inclusivo;
- A finalização do processo de [revisão do Plano Diretor Municipal \(PDM\)](#) da Ribeira Grande, instrumento de gestão territorial de grande relevância para a implementação das políticas públicas setoriais e da estratégia local de desenvolvimento;

- A aprovação recente da [Estratégia Local de Habitação \(ELH\) da Ribeira Grande](#), um instrumento estratégico focado na resposta aos problemas habitacionais existentes no Concelho, um dos domínios estratégicos de atuação que exigirá a mobilização de importantes recursos financeiros face à magnitude do problema.

Este novo exercício de planeamento estratégico terá de ser sensível aos novos desafios que se colocam à sociedade e aos territórios, num quadro particularmente adverso como este, de agravamento das condições económicas e sociais em virtude da crise pandémica provocada pela doença COVID-19. De resto, esta situação levou o Município a estabelecer um conjunto de medidas urgentes de apoio à população mais vulnerável e às empresas locais, em articulação com as medidas tomadas a nível regional, nacional e comunitário.

Questões como o combate às vulnerabilidades sociais e à pobreza, a valorização do potencial produtivo e do emprego, a competitividade e coesão dos territórios, a adaptação às alterações climáticas, a transição energética (com reflexo na descarbonização da economia, na mobilidade sustentável e na renovação do parque edificado por via da eficiência energética), a adoção de um modelo de economia circular e a transição digital, assumem, neste contexto, uma crescente relevância.

São estas questões e os desafios que colocam que justificam uma resposta objetiva e célere do Município no sentido de aproveitar as oportunidades conferidas pelos novos referenciais estratégicos e instrumentos de programação do financiamento comunitário para o período 2021-2027, para, assim, aproveitar as potencialidades que o Concelho apresenta ao nível dos seus recursos endógenos e em termos económicos e empresariais, populacionais e patrimoniais, como também procurar debelar os problemas estruturais que prejudicam o seu desenvolvimento, como as assimetrias socio territoriais, a falta de emprego (sobretudo qualificado), as baixas qualificações da população e as taxas elevadas de abandono escolar, os baixos rendimentos das famílias e as fortes dependências de prestações sociais de um importante segmento da população, as carências habitacionais, as dificuldades em fixar população jovem, entre outros aspetos de igual relevância.

1.2. Objetivos e metodologia do trabalho

Tendo por base o enquadramento antes exposto, a elaboração do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030 permitirá ao Município dotar-se de um instrumento estratégico atualizado, particularmente focado nas prioridades decorrentes dos instrumentos de programação temáticos e regionais que configuram o novo quadro comunitário plurianual de financiamento para 2021-2027, bem como do plano de recuperação e resiliência destinado a combater os efeitos negativos da pandemia pela COVID-19.

A elaboração deste Plano envolve um conjunto de **objetivos específicos**, designadamente:

- Definição de áreas temáticas estruturantes dos trabalhos;
- Atualização do diagnóstico territorial;
- Avaliação da execução do período de programação 2014-2020;
- Mobilização dos agentes locais para o envolvimento nos processos de diagnóstico e de elaboração da estratégia;
- Enquadramento da intervenção no contexto das políticas, programas, planos e projetos, nacionais e europeus (com particular ênfase para a política de coesão);
- Definição de uma estratégia alinhada com as opções políticas e de investimento europeias, nacionais e regionais, suportada numa visão de futuro para o concelho da Ribeira Grande, com a identificação das prioridades estratégicas, objetivos e metas mensuráveis;
- Elaboração de um plano de ação, focado em projetos estruturantes, acompanhado por uma estimativa de investimento, pela identificação das fontes de financiamento disponíveis e por um cronograma previsional e de priorização das ações;
- Identificação de um modelo de cooperação, estabelecendo o quadro de responsabilidade institucional para a implementação da estratégia, e as condições de envolvimento e de articulação dos agentes públicos e privados;
- Definição dos mecanismos de acompanhamento e de avaliação necessários à monitorização da implementação do Plano;
- Discussão, validação e apresentação pública do Plano.

Deste trabalho resultará um instrumento de natureza estratégica que:

- Identifica e aproveita as oportunidades políticas, económicas e territoriais para o desenvolvimento sustentável e integrado do território de intervenção;
- Define uma visão de futuro e uma estratégia territorial e operacional, que visam estimular a melhoria das condições socioeconómicas, urbanísticas e ambientais, produzir a revitalização do território de intervenção e contribuir para a sua afirmação;
- Valoriza o carácter integrado das intervenções, procurando soluções coerentes que atuem articuladamente nos diferentes planos de intervenção (materiais e imateriais);

- Estimula a partilha de recursos públicos e otimiza a sua aplicação, tendo por base uma estratégia comum;
- Define com clareza um modelo de cooperação e as condições de articulação e de mobilização dos agentes públicos e privados;
- Enquadra as oportunidades de financiamento comunitário que provém do novo quadro da política de desenvolvimento regional e de coesão pós 2020 (e.g. FEDER, Fundo de Coesão), e de outras iniciativas comunitárias (e.g. Horizonte Europa), garantindo o alinhamento da estratégia com o apoio comunitário

Do ponto de vista metodológico, os trabalhos desenvolvem-se em cinco etapas (Figura 1):



Figura 1. Etapas metodológicas

Fonte: SPI

O presente documento enquadra-se na **quarta etapa do trabalho – Plano de Ação** - e corresponde ao documento final do **Plano Estratégico (R4)**, que faz um síntese do diagnóstico territorial e identifica os principais desafios e oportunidades futuras, enumera e sintetiza as principais orientações políticas e os resultados dos momentos de participação pública e auscultação dos agentes locais, define a visão desejada para o Concelho no prazo de execução do plano, identifica as principais linhas de intervenção, objetivos estratégicos e projetos estruturantes, apresenta o plano de ação e respetivos cronogramas de execução, estimativas de investimento e potenciais fontes de financiamento, e por fim, as orientações de governança e de monitorização e avaliação do plano.

Este é um trabalho que se pretende partilhado pela comunidade e agentes com atuação no território, pelo que, desde os primeiros passos, se procurou encorajar o envolvimento dos atores locais no processo de desenvolvimento do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, tendo sido promovidos diversos momentos de participação.

Assim, na elaboração do Diagnóstico, para além das fontes de informação de natureza bibliográfica, documental e estatística, foram auscultadas as juntas de freguesia, através de reunião realizada por videoconferência no dia 29 de outubro de 2020, tendo sido realizada posteriormente uma sessão pública no Teatro Ribeiragrandense, no dia 4 de novembro de 2020, que contou com a participação de diversos representantes dos principais setores de atividade com sede e com

atuação no Concelho, como a agricultura e agropecuária, mar e pescas, turismo e alojamento, comércio local, associações culturais e de índole social e habitacional, entre outros (Figura 2).



Figura 2. Sessão pública de auscultação aos agentes locais no Teatro Ribeiragrandense

Fonte: CMRG

Através destas consultas, foi possível recorrer ao conhecimento aprofundado que estas entidades detêm do Concelho e das suas problemáticas, bem como concertar vontades e mobilizar a comunidade para as etapas seguintes do trabalho, designadamente na reflexão estratégica e definição do plano de ação.

Além dos contributos recolhidos nessas sessões, a auscultação pública recorreu igualmente à [plataforma Ribeira Grande 2030](https://www.cm-ribeiragrande.pt/estrategia2030/)¹, website desenvolvido especificamente para facilitar a formulação de comentários ou sugestões para o Plano por parte da comunidade local (Figura 3), bem como a um formulário para indicação de sugestões de projetos e iniciativas a desenvolver com enquadramento nos eixos prioritários definidos no âmbito da estratégia territorial desenhada (ver resultados no Anexo II).



Figura 3. Página inicial da plataforma digital do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030

Fonte: CMRG

¹ Acessível em <https://www.cm-ribeiragrande.pt/estrategia2030/>

1.3. Apresentação do documento

Este relatório estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro e presente capítulo, é feita uma apresentação genérica do trabalho, concretamente o enquadramento geral e a apresentação da estrutura e dos conteúdos. Além deste capítulo, integra os seguintes:

- Capítulo 2 | Bases para a definição da Estratégia

Apresenta o enquadramento que suportará a definição estratégica, salientando as principais questões a considerar, segundo óticas complementares, expostas em dois subcapítulos:

(i) **Síntese do diagnóstico: um quadro multifacetado de desafios e oportunidades**, que, partindo dos principais traços identificados no relatório anterior (fase de diagnóstico territorial), expõe os desafios por estes colocados ao território e sintetiza as questões-chave do diagnóstico antes realizado;

(ii) **Síntese das orientações políticas**, onde é analisado o quadro estratégico de referência decorrente do conjunto de orientações de natureza política e estratégica nos diferentes planos e escalas (comunitário, nacional, regional e municipal), salientando as implicações mais diretas para a Ribeira Grande;

(iii) **Síntese dos resultados do envolvimento público e dos atores locais e regionais**, onde se identifica, de forma sistematizada, os resultados do envolvimento do público em geral e dos atores locais e regionais, quer na fase de diagnóstico quer na fase de definição estratégica;

- Capítulo 3 | Estratégia de desenvolvimento

Corresponde à definição estratégica, contemplando os diferentes elementos da estratégia e modelo de desenvolvimento propostos para este território. Encontra-se organizado em três subcapítulos:

(i) **Visão de futuro para a Ribeira Grande**, que traduz o conceito global para este território, afirmando-se como o futuro desejável para o Concelho, oferecendo, portanto, o fio condutor que deverá orientar a estratégia;

(ii) **Eixos de intervenção e objetivos estratégicos**, que revisita os temas e domínios de intervenção estabelecidos e assumidos nas fases anteriores, associando-lhe agora, sustentado pelo trabalho de diagnóstico realizado, um conjunto de objetivos estratégicos que deverão nortear a estratégia;

- (iii) **Resultados da participação pública no questionário digital**, onde são apresentadas as principais conclusões da participação da sociedade civil no âmbito de um questionário lançado após a definição da estratégia territorial, com indicação, por cada participante, das áreas temáticas mais relevantes para o desenvolvimento do Concelho e de projetos e iniciativas com enquadramento no presente plano;
- (iv) **Projetos estruturantes**, que identifica a matriz de projetos estruturantes e respetivas ações prioritárias, que deverão implementar a estratégia proposta, contribuindo para a persecução da visão de futuro;
- (v) **Modelo territorial**, que representa esquemática as propostas com tradução territorial, que deverão concretizar a visão de futuro e os objetivos estratégicos definidos.

■ Capítulo 4 | Plano de Ação

Corresponde ao desenvolvimento das propostas ao nível operático e territorial, contemplando as respetivas estimativas de investimento e financiamento. Encontra-se organizado em 3 subcapítulos:

- (i) **Fichas dos Projetos e ações prioritárias**, que detalha os conteúdos dos projetos estruturantes e respetivas ações propostas;
- (ii) **Planeamento físico e previsional**, que inclui um cronograma com estimativa da duração temporal das ações;
- (iii) **Investimento e Fontes de Financiamento**, onde são apresentados o programa indicativo de investimento afeto a cada ação e as possíveis fontes de financiamento;

■ Capítulo 5 | Modelo de Governação e Monitorização

Corresponde a um conjunto de orientações para implementação, gestão e comunicação da estratégia de desenvolvimento, e definindo uma bateria de indicadores para avaliação e acompanhamento da execução do plano, encontrando-se organizada em 2 subcapítulos:

- (i) **Orientações de governança**, onde é apresentado o contexto operacional para a articulação entre os diferentes atores com relevância para a implementação do Plano;

- (ii) **Orientações para a monitorização e avaliação**, onde é apresentado um conjunto de indicadores que permitirão aferir a eficácia de implementação do Plano, suportando, se necessário, a adoção de medidas corretivas.

Estes capítulos são acompanhados, em anexo, por uma análise sintética das linhas gerais dos documentos estratégicos de âmbito supramunicipal, complementar ao capítulo 2.



2. Bases para a definição da Estratégia



2. Bases para a definição da Estratégia

A Estratégia de desenvolvimento para o concelho da Ribeira Grande pretende aproveitar as oportunidades que se colocam a este território, endógenas e contextuais, garantido a coerência entre os diversos níveis de governança e a adequação do modelo de desenvolvimento, potenciando o sucesso e a capacidade de multiplicação das iniciativas propostas. Pretende dar continuidade ao processo de desenvolvimento da Ribeira Grande, selecionado e integrando domínios de intervenção que, do ponto de vista estratégico, se afiguram prioritários, preparando este território, nesta medida, para melhor enfrentar os desafios atuais e futuros.

Os objetivos políticos e estratégicos do Município, as orientações de âmbito comunitário, nacional e regional, as dinâmicas presentes e potenciais que foram identificadas no diagnóstico realizado na etapa anterior, bem como os contributos dos cidadãos em geral e dos atores locais e regionais, são as bases orientadoras e de sustentação para a definição da Estratégia de desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande, para o horizonte de 2030.

O presente capítulo oferece uma síntese das principais questões identificadas no Diagnóstico Territorial apresentado no R2, seguido de uma síntese das orientações europeias, nacionais e regionais expressas nos principais documentos estratégicos aplicáveis, e ainda de uma síntese dos resultados de auscultação pública e de mobilização dos atores.

2.1. Síntese do diagnóstico: um quadro multifacetado de desafios e oportunidades

O relatório de Diagnóstico Territorial expôs o retrato atual do concelho da Ribeira Grande nas suas múltiplas dimensões, destacando as principais transformações que têm ocorrido ao longo dos últimos anos, em áreas diversas como a demografia, a educação e a qualificação profissional, a economia e o emprego, os recursos naturais e o ambiente, paisagem e uso do solo, ocupação do território e reabilitação urbana, cultura e turismo, governança e sociedade, entre outros. Seguidamente, apresenta-se uma síntese dos principais desafios e oportunidades identificados, que deverão ser tidos em consideração na definição da Estratégia e, consequentemente, no plano de ação a adotar.

2.1.1. Reflexão sobre o território

Com uma localização central na ilha de São Miguel, o concelho da Ribeira Grande estabelece fronteira com todos os restantes concelhos e beneficia da sua posição e dimensão para o estabelecimento de contacto com as restantes sedes concelhias, especialmente com os

principais polos urbanos de vizinhança, Ponta Delgada e Lagoa, com os quais se realizam diariamente intensas relações sociais e fortes dinâmicas económicas à escala local.

O desenvolvimento verificado nas redes de comunicações, especialmente na última década, com as constantes melhorias das redes regional e municipal e com o surgimento dos eixos SCUT, proporcionaram as condições para o aumento da circulação de pessoas e bens a nível interno e do concelho com o exterior, fortalecendo a proximidade da Ribeira Grande aos centros logísticos e de decisão de nível regional, às grandes infraestruturas de transportes aéreo e marítimo e potenciando as oportunidades de crescimento demográfico, económico e turístico, bem como a afirmação de outros setores estruturantes, como a indústria, a agricultura e a agropecuária.

A **importância geoestratégica** do concelho da Ribeira Grande é assumida não só internamente, mas também ao nível de instrumentos normativos de âmbito regional, como o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), que evidencia as capacidades e as potencialidades deste território, sobretudo ao nível dos recursos endógenos e do seu aproveitamento económico como fatores de fortalecimento e robustez da Região, sobretudo se valorizadas as relações com os territórios vizinhos.



Figura 4. Esquema territorial do concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI

Apesar da tendência geral de crescimento demográfico, a distribuição da população faz-se de forma desigual pelas 14 freguesias do Concelho, distinguindo-se um setor central e poente com maior concentração populacional e um setor nascente onde se tem observado um progressivo despovoamento associado a fenómenos de envelhecimento populacional, que potenciam a

coexistência de pirâmides etárias opostas e de estruturas sociais e familiares diferenciadas, havendo uma grande presença de população em situação de vulnerabilidade social e económica.

Na **vertente socioeconómica**, as vulnerabilidades sociais e laborais constituem, aliás, uma das principais problemáticas no Concelho, sendo este um dos territórios mais vulnerável e que enfrenta maiores desafios em termos de coesão social a nível Regional, face aos frequentes baixos níveis de escolaridade da população, os elevados números de abandono escolar, a que se associam baixas qualificações profissionais que dificultam o acesso ao mercado de trabalho e a criação de emprego qualificado, baixos salários e a dependência de prestações sociais de um significativo grupo da população. Estas situações conduzem frequentemente a casos de exclusão social, pobreza e desemprego que expõem a população mais desfavorecida, em especial a população jovem, geralmente mais vulnerável a problemas de alcoolismo, toxicodependência e gravidez na adolescência. A precariedade no trabalho e na habitação são geralmente combatidas com a integração em programas ocupacionais, prestações sociais e RSI.

Se o apoio social às pessoas famílias se constitui por norma como um tema central na atuação do Município, a presente realidade ainda mais o impõe face às consequências que a pandemia da COVID-19, exigindo a aplicação de medidas urgentes no apoio à manutenção dos empregos e das empresas, no acesso à habitação, no acesso à educação, no auxílio aos mais idosos, especialmente no acesso aos serviços de saúde e cuidados primários, entre outros, medidas estas destinadas a combater as desigualdades e as dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais sentidas por parte da população mais desfavorecida e vulnerável.



Figura 5. Atividades de proximidade com a comunidade escolar e apoio à população em geral

Fonte: CMRG

Na **vertente económica**, o setor terciário agrega a maioria das empresas do concelho da Ribeira Grande, mas a população empegada por conta de outrem também se distribui, com peso quase idêntico, pelo setor secundário, em números muito superiores aos da Região, pois este é um território com uma forte concentração de empresas de construção civil e de atividades industriais, das quais se destacam a indústria extrativa, o agroalimentar, o fabrico de produtos metálicos e de madeiras. Estas áreas de atividade empregam grande parte da população residente, pelo que, quando afetadas por crises económicas com impacto na produção, têm um reflexo

significativo no aumento da população desempregada. De resto, o desemprego no Concelho atinge níveis superiores aos da Região, uma realidade que persiste apesar das iniciativas e das novas infraestruturas de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego, como a incubadora de empresas da Ribeira Grande. Por seu turno, o parque industrial do Concelho não apresenta as melhores condições infraestruturais e de qualidade para resposta às necessidades atuais das empresas, nem se identificam alternativas noutras áreas industriais do Concelho, situação que não acompanha a notoriedade do tecido empresarial e industrial ribeiragrandense, o que deixa antever a necessidade de valorização das áreas de localização empresarial e industrial no Concelho.

O turismo veio acrescentar dinamismo e oportunidades acrescidas para a economia local e regional e para a criação de emprego, tendo sobressaído desde o início da atividade das companhias aéreas *low cost* na Região, com o aproveitamento das riquezas naturais e das potencialidades distintivas que a Ribeira Grande oferece no contexto do arquipélago. No entanto, este foi um dos principais setores afetados com a crise provocada pela pandemia da COVID-19, atingindo principalmente os alojamentos, animação turística, restauração e comerciantes locais, bem como todas as atividades económicas com relação mais ou menos direta com este setor.

Na **vertente ambiental**, nos últimos anos tem-se assistido a uma melhoria dos níveis de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, sendo ainda assim reconhecidos os problemas existentes com a cobertura da rede de saneamento básico e as descargas domésticas que criam situações de poluição na foz da Ribeira Grande e na Ribeira Seca, bem como o estado eutrófico da lagoa de São Brás. A estes fatores junta-se uma intensa atividade agrícola, que moldou fortemente a paisagem e as características dos solos, cujo coberto essencialmente de pastagem potencia a diminuição da capacidade de retenção de água e favorece uma maior escorrência, com reflexos numa maior perda de solos fértil e na erosão dos mesmos.

Não obstante, o Município tem feito uma forte aposta na remodelação e no reforço das redes de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento. Nos últimos anos a cobertura de abastecimento de água passou a cobrir todo o Concelho, evidenciando uma evolução bastante positiva. Ainda assim, a cobertura no acesso às redes de drenagem mantém-se abaixo das metas preconizadas para a Região, existindo potencial de desenvolvimento nesta área, tal como na gestão de resíduos, onde têm sido efetuados investimentos em infraestruturas, equipamentos e sensibilização para o aumento da separação, diminuição da deposição em aterro e valorização dos resíduos, ainda assim com larga margem para melhorias.

Outro aspeto que importa relevar é a aposta na eficiência energética e descarbonização das atividades humanas. Recentemente, o Município tem apostado na intervenção em edifícios e equipamentos municipais, no sentido os tornar mais eficientes em termos energéticos. Quanto à descarbonização, num território onde o transporte individual tem um peso muito significativo nas deslocações diárias, assume relevo o projeto em concretização da rede municipal de ciclovias,

numa primeira fase localizado na cidade da Ribeira Grande, estabelecendo ligação com os principais polos de atividades geradores de deslocações.



Figura 6. Construção de redes de saneamento e drenagem no Concelho

Fonte: CMRG

A rede de infraestruturas e de equipamentos de uso coletivo de apoio à população é vasta e proporciona serviços de apoio à população de forma próxima e disseminada pelo concelho. Ainda assim, verifica-se uma maior concentração nas freguesias mais populosas e nos núcleos urbanos mais desenvolvidos. De entre recintos e áreas cobertas, ou espaços livres, nos últimos anos tem-se assistido a uma continuada aposta na dinamização, beneficiação e construção de lugares destinados ao uso social e cultural, tempos livres, utilização desportiva e de lazer, entre outros.



Figura 7. Espaço polivalente e construção de novo recinto desportivo no Concelho

Fonte: CMRG

Em termos de **qualidade do ambiente urbano**, a reabilitação dos centros urbanos assumiu um papel de destaque nas políticas europeias de desenvolvimento do último quadro comunitário de apoio, pelo que esta foi uma oportunidade aproveitada pelo Município para requalificar e revitalizar o território, com um conjunto de iniciativas que permitiram dotar o Concelho de melhores condições urbanísticas no seu espaço público e do edificado, numa estratégia orientada por um conjunto de instrumentos e documentos especificamente elaborados para o efeito. Ainda assim, muito há a fazer no âmbito da reabilitação urbana, com a criação e revitalização de espaços públicos, a beneficiação do edificado publico e particular, a aposta na complementaridade com os sistemas naturais e o reforço da qualidade do parque habitacional,

que é, aliás, fundamental para proporcionar condições dignas de habitabilidade e garantir uma melhor coesão social no Concelho.



Figura 8. Largo das Freiras e Praça do Emigrante

Fonte: CMRG

Além da aposta na reabilitação urbana, onde, aliás, o Município mobilizou a totalidade dos fundos FEDER disponíveis para este domínio no quadro do Programa Operacional Regional Açores 2020 e mantém ainda outras intervenções em carteira para um horizonte próximo, a aposta nos fundos estruturais recaiu sobre outras áreas de importância estratégica para o Concelho, como o apoio ao emprego e ao empreendedorismo, a criação e reabilitação de espaços culturais, o incremento do turismo e a aposta na mobilidade suave, o reforço do sistema municipal de proteção civil, ou ainda, medidas de eficiência energética e otimização dos sistemas de abastecimento de água e valorização de resíduos domésticos.

O potencial turístico do concelho da Ribeira Grande beneficia fortemente da riqueza dos seus lugares singulares, dos seus **elementos naturais e paisagísticos distintivos** e da existência de reservas naturais, sendo um território que de um extremo ao outro oferece uma grande variedade de paisagens, de locais apelativos à prática de atividades turísticas, de lazer e culturais, combinando o turismo de natureza e as atividades de montanha, com a prática balnear e os desportos radicais, as festas tradicionais e os roteiros culturais, as mostras gastronómicas e os grandes eventos.



Figura 9. Paisagem do setor nascente do concelho e Areal de Santa Bárbara

Fonte: CMRG

O vasto património material e imaterial do Concelho evidencia fortemente a presença de um rico espólio cultural, museológico e arquitetónico, bem como de tradições e manifestações culturais, religiosas e populares que perpetuam as vivências típicas do povo ribeiragrandense, contribuindo para a divulgação externa e atraindo todos os anos milhares de pessoas ao concelho. O Município tem feito uma aposta forte na divulgação externa e no marketing territorial, de forma a promover as potencialidades turísticas do concelho no exterior e a atrair um maior número de investidores, agentes turísticos e visitantes.



Figura 10. Festividades religiosas e ações de divulgação do Concelho no exterior

Fonte: CMRG

A presença nos meios de comunicação, especialmente os digitais, tem sido uma constante e tem crescido com o aproveitamento de diversas plataformas eletrónicas, desde as noticiosas até às redes sociais, de forma a haver uma maior aproximação aos potenciais visitantes, mas também ao residente. Ainda assim, nem toda a comunicação sobre o concelho da Ribeira Grande é positiva e nem sempre favorece a imagem deste no exterior, sendo frequentes notícias que transmitem situações negativas sobre problemas socioeconómicos e ambientais, sobretudo junto das comunidades mais desfavorecidas e nos aglomerados mais desqualificados.

A recente pandemia da COVID-19 interrompeu de forma abrupta os canais de comunicação presenciais que estavam na base do trabalho e do contacto diário entre organismos públicos, entidades privadas e a sociedade civil. Vistos até então como um complemento, os meios digitais assumiram protagonismo na alternativa segura para a necessária continuidade das atividades diárias, tendo ficado claro que este é um momento de aposta na modernização e no reforço das infraestruturas e dos equipamentos de comunicação à distância, que possibilitem a manutenção e a agilização de tarefas na administração pública, no setor privado, na educação, no comércio, entre outros.

Tal como sucede em escalas territoriais superiores, mas acentuando-se em territórios periféricos, também na Ribeira Grande urge inverter o desinteresse generalizado pela participação no debate público e capacitar a população em geral para interagir sectorialmente e com os órgãos do poder local em busca de objetivos comuns e do desenvolvimento do território, numa lógica de responsabilidade partilhada pela formulação de ideias e de soluções. Esta é uma realidade

presente, mas com potencial para inversão, onde o Município tem apostado no desenvolvimento de projetos que solicitam a participação pública, ativa e inclusiva, nos mais variados escalões etários e classes sociais, existindo também uma forte presença de agentes associativos nos mais diversos âmbitos de atividade, especialmente nas localidades mais populosas.



Figura 11. Iniciativas de promoção à participação ativa da sociedade civil

Fonte: CMRG

Ao nível institucional, o Município associa-se a outras edilidades e territórios a nível regional, nacional e no estrangeiro, com presença de comunidade açoriana e não só, trabalhando em conjunto na prossecução de objetivos comuns e potenciando o surgimento de iniciativas e projetos que tenham como fim alargar a aprendizagem, potenciar o desenvolvimento local e ultrapassar de constrangimentos em diversos setores da sociedade civil.

2.1.2. Questões-chave do diagnóstico

O relatório de Diagnóstico Territorial (R2) apresenta uma caracterização e reflexão setorial seguida de uma análise sistematizada do diagnóstico, que se procurou, já nesta fase inicial, orientar para os diferentes domínios temáticos que sustentarão a estratégia.

Suportada neste trabalho de base, mais completo, as tabelas apresentadas em seguida correspondem a uma nova abordagem sobre as conclusões do relatório anterior, procurando a depuração dos elementos-chave para o futuro do território. Pretende-se, deste modo, identificar as questões que, inequivocamente, deverão ser consideradas no desenvolvimento da estratégia, servindo de referencial para a sua definição.

Tal como no relatório anterior, optou-se por desenvolver esta sistematização numa lógica de confrontação dos aspetos positivos (potencialidades e oportunidades que se abrem ao território) e dos aspetos negativos (vulnerabilidades e ameaças), por grandes temas, que naturalmente, estabelecem uma íntima interdependência.

Qualidade e sustentabilidade do território

Aspetos positivos

- **Centralidade** do Concelho, sendo o único da ilha de São Miguel que faz a ligação com restantes, através de uma rede viária modernizada, potenciando fortes dinâmicas a nível interno e externo na circulação de pessoas e bens.
- Existência de **recursos hídricos** em abundância, tanto ao nível superficial como subterrâneo e que apresentam regularmente bons resultados em termos de qualidade.
- Valorização das **frentes de mar** e existência de zonas balneares de qualidade.
- Grande aproveitamento dos seus **recursos geológicos**, nomeadamente de matérias-primas minerais, sendo um dos principais abastecedores da indústria de construção da ilha, e da geotermia.
- Cobertura integral no **acesso a água de qualidade** para consumo humano, por via de intervenções de construção e requalificação de infraestruturas de abastecimento.
- **Variedade paisagística** resultante da conjugação das ações geoestrutural, climática e humana, com reflexo na valorização do património natural e na fruição de vários locais de interesse.
- Bons resultados relativamente à **qualidade do ar e do ruído** no Concelho.
- Aposta na **eficiência energética e na descarbonização das atividades urbanas**, nomeadamente através da promoção da mobilidade suave.

Aspetos negativos

- Problemas localizados de **poluição e eutrofização em algumas massas de água**, especialmente na foz da Ribeira Grande e na Lagoa de São Brás.
- **Perda progressiva de área de cultivo** para pastagens, reduzindo a variedade produtiva, a diversidade paisagística e a capacidade de infiltração de água nos solos.
- Números aquém das metas preconizadas para a região no que diz respeito à **redução da deposição dos resíduos em aterro e à separação/valorização**, apesar dos esforços desenvolvidos.
- **Lacunas consideráveis ao nível do saneamento básico** e níveis de acesso às **redes de drenagem de águas residuais e águas residuais recolhidas** abaixo das metas regionais.
- Exposição da população e das atividades, infraestruturas e atividades económicas aos **riscos decorrentes dos efeitos das alterações climáticas** e dos riscos com maior presença e perigosidade na Região, especialmente os **riscos naturais**.
- **Desqualificação urbana e ambiental** dos principais aglomerados urbanos, onde são visíveis problemas de ordenamento e de manutenção e de qualidade do tecido edificado e do espaço público.
- Necessidades de **reabilitação e/ou beneficiação em cerca de 1/4 do edificado** e existência de um **número considerável de alojamentos familiares vagos**.
- **Ocupação da orla costeira** marcada por construções precárias, em zonas de risco de erosão, que deram origem a fenómenos e focos de desqualificação territorial.

- Realização de investimentos em infraestruturas e de ações de sensibilização junto da população em geral e da comunidade escolar como forma de alertar para os benefícios da eficiência na **gestão dos resíduos**.
- Forte aposta na **reabilitação e requalificação do território**, especialmente na cidade da Ribeira Grande, fruto do bom aproveitamento dos fundos estruturais destinados para o efeito no período de programação 2014-2020.
- **Forte impacto visual na paisagem e na imagem do concelho**, associado às atividades decorrentes da indústria extrativa.
- **Forte expressão do transporte individual** em detrimento do transporte coletivo (10% em 2011).
- Dificuldades ao nível da mobilidade urbana face às condições da rede viária local e às próprias características geométricas dos traçados viários.

Coesão social e qualidade de vida

Aspetos positivos

- Concelho em **crescimento demográfico e saldo natural positivo**, com uma população jovem e baixo índice de envelhecimento.
- **Boa cobertura da rede de infraestruturas viárias** no Concelho, permitindo a existência de ligações a todas as freguesias e núcleos urbanos, onde também reside a típica linearidade da matriz de povoamento, favorecendo o acesso das comunidades localizadas a nascente aos equipamentos e serviços localizados nos principais centros urbanos.
- **Vasta rede de equipamentos coletivos e de serviços** de apoio à população, distribuídos pelo Concelho de forma a responder às principais necessidades em diversos domínios de atuação.
- **Existência de instrumentos regulamentares e estratégicos** de âmbito municipal, de fomento à reabilitação urbana do espaço público, do edificado e do parque habitacional, nomeadamente os PERU, o PIRUS, o regulamento de apoio à habitação degradada e, mais recentemente, a ELH do Município.

Aspetos negativos

- **Distribuição desigual da população** no concelho com uma maior concentração de residentes e de jovens nas freguesias dos setores central e poente, dando-se um esvaziamento e envelhecimento populacional no setor nascente.
- **Dificuldades na fixação de população**, com saldo migratório negativo e mais acentuado do que o saldo natural desde 2018.
- Preponderância da habitação própria em detrimento de outros regimes de ocupação, conduzindo a situações de **grandes encargos familiares com efeitos na sobrecarga dos orçamentos familiares e na desqualificação e inabitabilidade das moradias**.
- Existência de inúmeras **situações de carência habitacional**, com maior incidência nas freguesias de Rabo de Peixe e da Ribeirinha, que contrastam com uma **escassez de recursos habitacionais**.
- **Proporção elevada de famílias numerosas**, habitualmente inseridas em contextos sociais desfavorecidos.
- Níveis elevados de **analfabetismo** e existência de um grande número de população com **baixas qualificações**, conduzindo mais facilmente a situações de **precaridade laboral, baixos rendimentos e maior dependência de prestações sociais e RSI**, bem como a fenómenos de **vulnerabilidade social (comportamentos aditivos e taxas elevadas de gravidez na adolescência)**.
- **Risco de pobreza e de exclusão social acentuados** com os efeitos da crise pandémica da COVID-19, por via de dificuldades no acesso ao ensino à distância e ao mercado de trabalho.

Desenvolvimento económico e inovação

Aspetos positivos

- Setores primário (agropecuária e produção de gado bovino e leite) e secundário com forte presença no Concelho (indústria transformadora e extrativa), contribuindo para o fortalecimento da economia e da estrutura produtiva empresarial e industrial.
- Aumento contínuo do número de empresas do Concelho, principalmente desde o ano de 2013 e grande impacto no valor acrescentado bruto do setor empresarial da Região (15% do total).
- Capacidade de atração de investimento interno e externo, fomentado pelo crescente interesse nas potencialidades do Concelho e facilitado por ferramentas orientadoras, como o Guia do Investidor.
- Existência de zonas industriais e de acolhimento empresarial e criação da futura incubadora de base local, enquanto sítios propícios à geração de emprego, ao fortalecimento da atividade económica do Concelho e ao surgimento de novos projetos empreendedores e inovadores.
- Infraestruturas portuárias com boas condições para a recolha do pescado, venda e transformação, com destaque para o porto de pesca de Rabo de Peixe.

Aspetos negativos

- Setor da construção civil, por norma com grande peso nos resultados económicos das empresas do Concelho, severamente afetado com a crise financeira da segunda década deste século.
- Crise provocada pela pandemia da COVID-19, que atingiu com grande impacto o tecido empresarial, especialmente o pequeno comércio e o setor do turismo, bem como todas as atividades que dependem deste.
- Níveis de desemprego no Concelho mais elevados do que na Região e no País, realidade a que se associam os baixos níveis de qualificação e o insucesso escolar, bem como os baixos salários especialmente ao nível das indústrias e da construção civil.
- Inexistência de uma oferta formativa sólida e especializada no domínio da agricultura, não obstante o recente apoio do Município à formação profissional neste domínio, situação que contrasta com a importância reconhecida do setor da agropecuária na economia local.
- Parque Industrial da Ribeira Grande física e funcionalmente desqualificado, mostrando-se subaproveitado e sem condições atrativas para a manutenção das empresas atuais e para a atração de novas empresas.
- Cultura empreendedora ainda débil no Concelho, não obstante os passos dados no apoio à instalação de um ecossistema de inovação e empreendedorismo, como a nova incubadora de empresas de base local e a incubadora privada (CempA).

Identidade e promoção do território

Aspetos positivos

- Vasto património imóvel classificado e em vias de classificação, potenciador da valorização do tecido urbano, da herança histórica, cultural e religiosa e de grande potencial turístico.
- Valor arquitetónico do núcleo antigo e tradicional da cidade da Ribeira Grande, abrangido pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica da Ribeira Grande, um importante instrumento de gestão territorial na preservação do património edificado.
- Existência de diversas manifestações de cariz popular, cultural e religioso, que trazem aos dias de hoje os antigos costumes e tradições, funcionando também como atrativos turísticos.
- Crescimento do setor turístico, que motivou a aposta na divulgação externa do Concelho em feiras e certames especializados, bem como a definição de uma estratégia orientadora para o turismo em 2015.
- Crescente utilização dos meios de comunicação digitais como uma ferramenta indispensável na proximidade e interação com toda a população local e visitantes, servindo para promover e divulgar iniciativas e projetos no domínio do lazer e do turismo.

Aspetos negativos

- Interrupção abrupta, face à pandemia, da agenda cultural e de eventos que continuamente promovia o Concelho com a realização de iniciativas que dinamizavam o contacto social, a economia e o turismo.
- Crise pandémica demonstrou a existência de fragilidades no setor do turismo, pela sua grande dependência de determinados mercados e pelo impacto que já exerce na economia local.
- Vasto conjunto de elementos de património imóvel do Concelho localizado sobretudo nas zonas mais povoadas e centrais, concentrando aí um maior foco de visitação em detrimento das localidades mais periféricas.
- Notícias que poderão conferir uma imagem negativa sobretudo nos domínios social e ambiental, o que pode influenciar negativamente a opinião de potenciais visitantes e investidores e prejudicar o esforço continuo de valorização e promoção da Ribeira Grande.

Cooperação e participação cívica

Aspetos positivos

- Grande diversidade de movimentos associativos e organizações da sociedade civil que proporcionam oportunidades de integração e participação ativa da comunidade local.
- Número alargado de órgãos consultivos em diversos domínios no apoio à atividade administrativa de âmbito municipal, com papel relevante na implementação e acompanhamento de políticas de desenvolvimento.
- Implementação de novas formas de contacto e de serviço aos munícipes, sobretudo digitais, facilitando a resposta às necessidades e solicitações diárias da comunidade, após o surgimento da pandemia da COVID-19.
- Rede abrangente de contactos e parcerias institucionais e territoriais, estabelecidas a diversos níveis com outros municípios e organismos, procurando a cooperação e a identificação de oportunidades comuns de desenvolvimento.

Aspetos negativos

- Condição arquipelágica e ultraperiférica continua a ser motivo de constrangimentos ao processo de desenvolvimento territorial, colocando enormes desafios a toda a Região, também em termos políticos e económicos.
- A participação pública nos processos de desenvolvimento estratégico e na tomada de decisão é ainda diminuta, apesar das maiores facilidades de acesso existentes atualmente.
- Afastamento coletivo dos cidadãos às principais causas e desígnios públicos, contribuindo para uma reduzida cultura de participação e reduzindo a variedade de opiniões e de soluções.

2.2. Síntese das orientações políticas

O Município, ciente dos principais desafios que se colocam ao desenvolvimento da Ribeira Grande, para além do presente Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, tem vindo a desenvolver, como ficou patente no diagnóstico, um conjunto de documentos estratégicos de âmbito municipal que, sectorialmente, orientam a sua atuação.

Na definição da Estratégia de desenvolvimento para 2030 é essencial identificar as opções estratégicas e iniciativas constantes desses documentos cuja pertinência se mantém e que, como tal, devem ser integradas no presente Plano Estratégico. A saber:

- **Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Ribeira Grande**, instrumento de gestão territorial de âmbito municipal, definidor da estratégia de desenvolvimento territorial do Concelho e disciplinador da ocupação, uso e transformação solo. Encontra-se presentemente em elaboração, tendo sido elaborada a Proposta de Plano que mereceu parecer da Comissão Mista de Coordenação, que agrega o conjunto de entidades locais e regionais com interesses a ponderar.
- **Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento 2014-2020**, documento orientador em matéria de planeamento estratégico integrado e operacional de desenvolvimento do território, com uma carteira de projetos estruturantes alinhados com as prioridades estabelecidas pelo Município, pelo Acordo de Parceria do Portugal 2020 e pelo Programa Operacional Regional Açores 2020, assegurando as oportunidades de acesso a financiamento comunitário. Considera-se pertinente a sua análise, dado que o atual momento de planeamento se configura como a continuação do ciclo anterior.
- **Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável (PIRUS) da Ribeira Grande**, documento que surgiu em resposta ao convite da Autoridade de Gestão do PO Açores 2020, de 8 de maio de 2015, dirigido aos municípios, para efeitos de enquadramento do financiamento comunitário ao conjunto de intervenções de reabilitação urbana nas cidades e vilas açorianas sedes de concelho, em alinhamento com o Eixo Prioritário 6 do referido programa operacional.
- **Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) da cidade da Ribeira Grande, da vila de Rabo de Peixe, da Ribeirinha e de Santa Bárbara**, documentos estratégicos enquadrados pelo regime jurídico da reabilitação urbana, definidores das áreas de reabilitação urbana do Concelho e das intervenções integradas de reabilitação urbana, sobre o edificado, o espaço público, os equipamentos e as infraestruturas urbanas, a concretizar através das correspondentes Operações de Reabilitação Urbana (ORU).

- **Plano Estratégico para o Turismo da Ribeira Grande 2015-2020**, documento que apresenta uma visão estratégica para o desenvolvimento turístico do Concelho, enquanto atividade fundamental na dinâmica socioeconómica do território municipal através de uma oferta diferenciada e suportada pela inovação e pelos recursos endógenos.
- **Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande**, documento que concretiza os objetivos estratégicos do Município da Ribeira Grande em matéria de mobilidade sustentável e transportes, com o enfoque na promoção da mobilidade suave e na redução do peso do transporte individual no Concelho, bem como na descarbonização do setor dos transportes e o aumento do recurso à mobilidade elétrica.
- **Estratégia Local de Habitação (ELH) da Ribeira Grande**, documento que retrata as problemáticas e as necessidades habitacionais no Concelho e define um conjunto de soluções para a resolução das mesmas, tendo como principal objetivo responder às situações de grave carência habitacional da população socioeconomicamente mais desfavorecida, com recurso ao apoio técnico-financeiro enquadrado pelo Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Por outro lado, as orientações constantes nos documentos estratégicos de âmbito superior, seja este regional, nacional ou comunitário, oferecem um enquadramento estratégico orientador que deve ser tido em consideração na definição da presente Estratégia e Plano de Ação. Assim, para a identificação das principais orientações políticas com relevância para a Região Autónoma dos Açores e para o concelho da Ribeira Grande, foi analisado um conjunto de documentos estratégicos de âmbito supramunicipal, garantindo-se a coerência estratégica do presente Plano, assim como condições acrescidas para a sua operacionalização, por via da identificação de potenciais apoios e fontes de financiamento que, previsivelmente, estarão associadas aos objetivos de política definidos a montante.

Os diferentes documentos analisados, que representam escalas de aplicabilidade e âmbitos temáticos distintos, são os seguintes:

- Quadro financeiro plurianual 2021-2027 (QFP 2021-2027);
- Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Recuperar Portugal 2021-2026;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Estratégia Portugal 2030;
- Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PAC) 2023-2027 – proposta da Região Autónoma dos Açores (versão de consulta alargada);

- Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA);
- Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC);
- Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERCPES) 2018-2028;
- Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores (RIS3 Açores 2021-2027) – versão de auscultação pública.

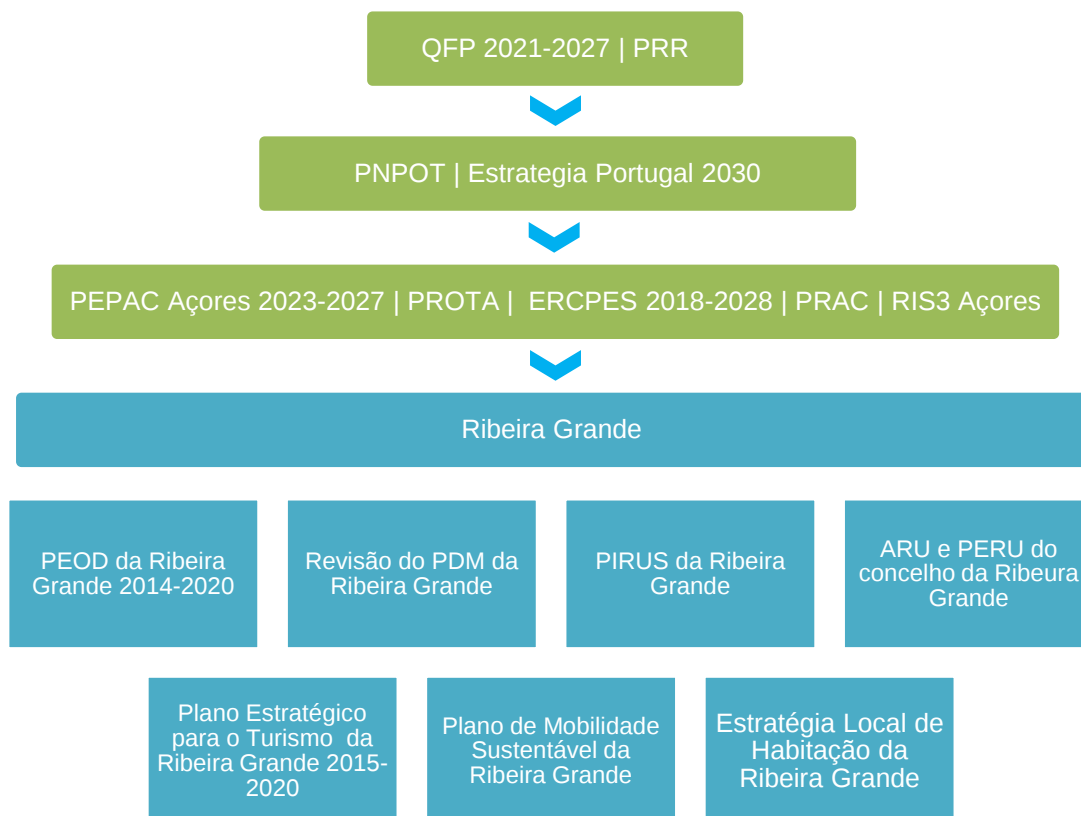


Figura 12. Moldura estratégica: documentos e escalas
Fonte: SPI

Estes documentos estratégicos de âmbito supramunicipal são apresentados sinteticamente em anexo (Anexo 1), tendo sido individualmente analisados, nomeadamente quanto à sua relevância para a definição da presente Estratégia.

Da sua análise conjunta, atendendo às suas características comuns, é possível identificar quatro temas-chave, que correspondem a prioridades comuns das atuais políticas e estratégias de médio-longo prazo, onde se concentrará uma parte substancial dos apoios de financiamento a disponibilizar até 2030, pelo que, por esses motivos, deverão ser consideradas na conceção da presente Estratégia e Plano de Ação. Estes temas-chave interagem entre si, não correspondendo a domínios completamente isolados (Figura 13).

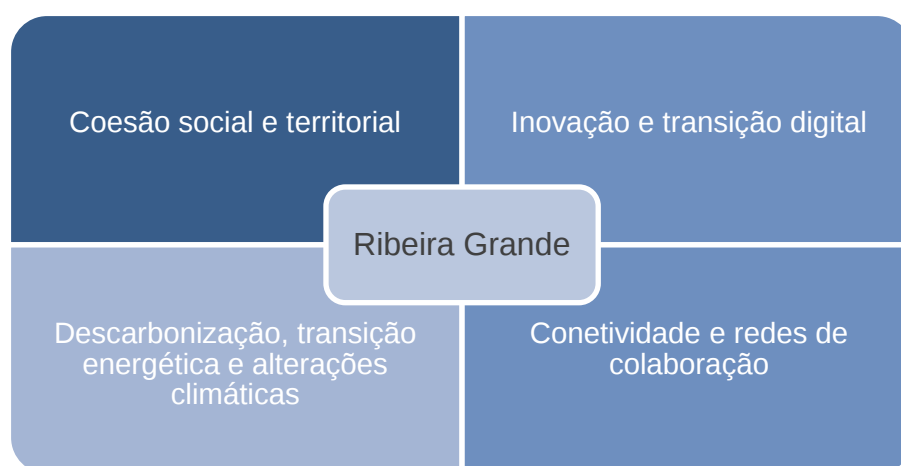


Figura 13. Temas-chave abordados nos documentos estratégicos de âmbito supramunicipal
Fonte: SPI

→ Coesão social e territorial

O atual cenário de crise provocada pelo contexto pandémico da doença COVID-19 veio agravar as situações de desigualdade social e a acessibilidade a direitos e serviços fundamentais, sendo, portanto, fundamental assegurar um quadro de respostas que promova um desenvolvimento social mais harmonioso e uma maior robustez ao nível da coesão territorial.

A coesão social e territorial é o conceito mais transversal a todas as estratégias analisadas, subjacente e agregando os restantes temas. O princípio da coesão social e territorial é um domínio globalmente adotado e serve de enquadramento à aplicação de medidas e instrumentos que procuram reverter os desequilíbrios sociais e as disparidades territoriais, principalmente procurando a convergência entre zonas urbanas e zonas rurais, bem como entre as comunidades mais desfavorecidas com as mais favorecidas. De uma forma geral, estes procuram responder às questões mais críticas que se colocam no Concelho, como o acesso à habitação e a promoção do ensino, o fomento ao emprego e a qualificação de recursos humanos, a proximidade aos equipamentos e serviços de proximidade e, ainda, as respostas de emergência social.

→ Inovação e transição digital

O desenvolvimento da economia, num contexto adverso como o presente, de crise pandémica, que apela a uma maior resiliência das estruturas e agentes económicos, é indissociável de uma maior aposta na inovação, na transição digital e na especialização inteligente. A base económica no concelho da Ribeira Grande revela assimetrias e vulnerabilidades, nomeadamente ao nível dos seus setores estratégicos, particularmente vulneráveis a contextos de crise (e.g. construção civil, turismo), nas baixas qualificações dos trabalhadores, nos níveis reduzidos de empreendedorismo, entre outros. Os novos instrumentos de desenvolvimento e planeamento estratégico, a várias escalas, reconhecem atualmente a necessidade de os territórios alargarem

a sua base territorial de competitividade, através do estímulo à inovação, da capacitação do capital humano e da modernização da sua infraestrutura tecnológica.

Além das orientações europeias e nacionais, patentes nos objetivos da política de coesão europeia para o período 2021-2027 e nas agendas temáticas da Estratégia Portugal 2030, há que realçar o desenvolvimento desta temática ao nível da RIS3 2021-2027 – Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da RAA (versão de auscultação pública), um documento estratégico de natureza setorial que prossegue com o processo desenvolvido no ciclo de planeamento anterior e identifica os recursos e capacidades distintivas e emergentes da Região², sendo nestas que os territórios devem, a nível local, implementar uma estratégia para um crescimento inteligente e capaz de atrair talento, criatividade e inovação.

➔ Descarbonização, transição energética e alterações climáticas

Num período onde se atravessam notórias mudanças climáticas, as problemáticas ambientais assumem um protagonismo crescente, estando entre as questões com maior projeção a necessidade da descarbonização das atividades humanas (transportes e modos de produção menos dependentes do carbono), a transição energética para modos de produção de energia mais limpos, a circularidade da economia e a sustentabilidade dos recursos, e a adaptação das comunidades às alterações climáticas.

Estas problemáticas estão presentes na generalidade dos documentos estratégicos analisados, face à sua cada vez maior relevância no quadro futuro de incerteza e de mudanças climáticas. Estes fenómenos ambientais assumem uma particular relevância na Região Autónoma dos Açores e no concelho da Ribeira Grande, onde as especificidades climáticas e o contexto territorial aumentam os riscos e a vulnerabilidade do território, por exemplo, a eventos extremos.

De uma forma geral, será necessário assegurar soluções de organização do território orientadas para o aumento da resiliência das comunidades e dos sistemas naturais, agrícolas e florestais. Já a descarbonização apela à utilização de novas tecnologias limpas, ao nível da habitação, da mobilidade, das indústrias e dos serviços. Por seu turno, a economia circular tem como foco a promoção de uma sociedade mais sustentável e a transformação de resíduos em novos recursos e valor, em oposição a uma economia circular geradora de desperdícios e que coloca em causa o equilíbrio do nosso planeta.

² De acordo com a versão de auscultação pública da RIS3 Açores 2021-2027, são áreas prioritárias: Agricultura e agroindústria; Mar e crescimento azul; Turismo e património: Interações Espaço-Terra; enquanto áreas transversais considera Território, recursos e economia circular; Ambiente, clima e biogeodiversidade; Tecnologias e transformação digital; Qualidade de vida e desafios sociais; Dinâmicas atlânticas e geoestratégicas.

→ Conetividade e redes de colaboração

Com as mudanças tecnológicas a resultarem em repercussões em todos os setores, o mundo e a economia estão mais inovadores, interconectados e interdependentes. Discute-se, assim, a importância de criar uma cultura de cooperação e de funcionamento em rede, de forma transversal a vários atores (empresariais, institucionais e sociedade civil), tendo em conta as respetivas diferenças e especificidades territoriais.

Esta temática surge de forma mais ou menos direta em todos os documentos analisados, que tentam encontrar novas respostas e soluções para os desafios e oportunidades que esta nova realidade tecnológica e digital acarreta. Para tal, definem abordagens para a ligação de pessoas, dados, processos, dispositivos e máquinas, através da organização de serviços, cidadãos e processos de negócio.

É de todo importante levar esta interconexão à escala local, através de projetos entre parceiros e grupos internos, mas também estabelecendo parcerias externas. Estas permitem estimular relacionamentos e fazer crescer os fluxos de conhecimento entre diferentes áreas geográficas, combatendo o isolamento de áreas remotas e fomentando dinâmicas mais integradas e sustentáveis, potenciando a competitividade das redes urbanas, fomentando as redes de conhecimento e estimulando a articulação entre áreas rurais e urbanas.



3. Estratégia de desenvolvimento



3. Estratégia de desenvolvimento

O presente capítulo explicita os aspetos conceptuais da definição da Estratégia para o concelho da Ribeira Grande, com o horizonte de 2030, partindo, para tal, das questões sistematizadas no capítulo anterior, relativas às alterações e tendências nos planos demográfico e social, económico, ambiental e cultural, presentes no território, como também das orientações constantes no conjunto de documentos estratégicos que, a múltiplas escalas, guiam a atuação supramunicipal no Concelho. Neste processo foram, naturalmente, atendidos os projetos e as intenções municipais definidos para o território, bem como os diferentes documentos setoriais de âmbito municipal atualmente disponíveis.

Com este enquadramento é definida uma **Visão de futuro** para a Ribeira Grande, a qual oferece a linha orientadora de atuação que identifica um conjunto de **eixos estratégicos de intervenção** e, para cada um destes, o respetivo conjunto de objetivos estratégicos. Com esta base estratégica, são identificados os **projetos estruturantes** que sustentam a operacionalização da Estratégia, através do Plano de Ação.

3.1. Visão de futuro para a Ribeira Grande

A visão de futuro corresponde ao cenário prospetivo que se almeja para o concelho da Ribeira Grande. Traduz, assim, a ambição, a médio prazo, para este território, apontando um conceito global e integrado que deverá guiar a estratégia de desenvolvimento territorial, no horizonte de 2030. Sintetiza um desígnio comum, que permitirá canalizar os meios disponíveis para as áreas de atuação consideradas estratégicas e prioritárias.

Esta visão de futuro alicerça-se num conjunto de eixos de intervenção e respetivos objetivos estratégicos, que, por sua vez, orientam a resposta operacional, refletiva numa carteira concreta de projetos estruturantes interrelacionados (Figura 14).



Figura 14. Níveis de definição estratégica
Fonte: SPI

Após as análises até aqui apresentadas, entende-se que o futuro desejado para o concelho da Ribeira Grande assenta numa procura progressiva de equilíbrio nos domínios **social, económico e ambiental**, num processo que deverá necessariamente ser integrado e assumindo as naturais interdependências, bem como assegurar respostas às questões mais emergentes decorrentes da crise provocada pela pandemia da COVID-19.

O concelho da Ribeira Grande deverá prosseguir com o seu processo de desenvolvimento, reforçado com os apoios do ciclo comunitário 2014-2020, ainda em execução, procurando centrar a sua atuação na coesão social e territorial, no apoio a uma economia mais resiliente, focado nos setores estratégicos, na valorização da relação com o mar, dos seus recursos endógenos, patrimoniais e culturais, na qualificação dos espaços urbanos e industriais, tendo presente os desafios tecnológicos e da transição digital e climática que se colocam presentemente. Deverá afirmar-se como um território que mantém uma trajetória de qualificação e onde se pretende oferecer padrões elevados de qualidade de vida a quem reside, trabalha ou visita. Deverão ser criadas as condições para fixar as pessoas e para lhes garantir igualdade de oportunidades e as condições necessárias para que possam planear e executar as suas ambições sem deixar definitivamente a sua terra.

Deverá ser um território que apoia a sua população no plano social, laboral e formativo, e que atrai nova população originária de outros contextos e com competências diversas, oferecendo acesso a uma habitação e serviços de qualidade para o suporte familiar e profissional e oportunidades de emprego qualificado, num contexto de igualdade de oportunidades e de equilíbrio entre a atividade profissional e a sua vida particular e familiar. Devem ser promovidas a coerência e a coesão entre territórios de diferentes matrizes de ocupação e de diferentes estágios de desenvolvimento, procurando fomentar a articulação entre os benefícios da modernidade urbana e a preservação dos valores rurais.

A capacitação dos recursos humanos e a qualificação do tecido empresarial deverão ocorrer em paralelo, numa ótica de apoio à criação de emprego qualificado e de incentivo ao empreendedorismo, à dinamização socioprofissional e ao aumento de competências técnicas, por via da aposta na formação da população residente mas também na atração de valor exterior para fixação definitiva ou temporária, criando-se condições para modernizar, digitalizar, atrair e investir nos serviços, nas empresas e nas indústrias transformadoras.

Sendo um território com uma longa tradição das atividades agrícola e piscatória, deverá continuar a aposta nesta vocação e na especialização e modernização dos setores, com o objetivo de imprimir maior dinamismo a atividades fundamentais para a economia local, promovendo a articulação de todos os agentes das respetivas fileiras para a implementação de processos inovadores e ambientalmente sustentáveis, privilegiando a reestruturação, a investigação, a diversificação das produções, a prospeção e o uso sustentável de novas soluções e de recursos terrestres e marinhos, e a preservação de ecossistemas, temas que, aliás, se encontram cada

vez mais presentes nas diretrizes políticas regionais, nacionais e internacionais em matéria de agricultura e de mar.

Possuindo uma diversidade assinalável de paisagens e de valores naturais e ecológicos, o concelho da Ribeira Grande deverá ser capaz de desenvolver esforços para a preservação dos seus valores ambientais distintivos, para a valorização dos ecossistemas e para o aproveitamento económico e turístico das zonas litorais e dos sistemas hídricos interiores, potenciando cada vez mais o lazer, o descanso e o contacto com as tradições locais através do turismo de natureza, do turismo rural e do agroturismo, fatores que contribuirão para o fortalecimento da coesão e das relações urbano-rurais. Aliado à componente natural, o património cultural é um importante recurso de complemento às atividades de lazer e visitação, devendo haver a capacidade de explorar esta capacidade e o acesso à cultura para trabalhar na inclusão e no dinamismo social dos diversos estratos populacionais, contribuindo para o incremento de competências, da criatividade, da colaboração e das redes sociais locais.

As redes colaborativas afiguram-se como uma das dinâmicas de maior potencial por explorar, devendo abrir-se a oportunidade de contactar e interagir com outros territórios, estabelecer parcerias e fomentar redes para a colaboração e para a troca de conhecimentos, a múltiplos níveis e âmbitos, emergindo assim novas formas de cooperação e de governança para um Concelho mais conectado, mais digital, mais inclusivo e mais participativo a nível interno e externo.

Até 2030, o Município da Ribeira Grande deverá manter uma trajetória de progressão, respondendo de forma sólida às principais fragilidades e carências sociais e económicas do concelho e procurando esbater desequilíbrios territoriais e fortalecer as dimensões sociais, económicas e ambientais, promovendo:

Um crescimento sustentado, onde a valorização das pessoas e a recuperação da economia assumem prioridade, em prol de maior justiça social, de uma economia mais resiliente, da valorização dos recursos territoriais, num território mais colaborativo e projetado no exterior.



Ribeira Grande: em 2030 um Concelho mais inclusivo, resiliente e conectado, que responde aos desafios da transição digital, climática e verde, com uma posição reforçada na Região

Figura 15. Definição da visão estratégica

Fonte: SPI

3.2. Eixos prioritários e objetivos estratégicos

Tendo por base a Visão traçada para 2030, os resultados do diagnóstico do território e os temas chave que emergem do mesmo e dos novos referenciais estratégicos para o período 2021-2027, em certa medida coincidentes com as perspetivas de aposta dos atores regionais e locais auscultados (ver Anexo II), preponderantes para o desenvolvimento local, identificam-se **5 eixos prioritários** para o desenvolvimento do Concelho (Figura 16).

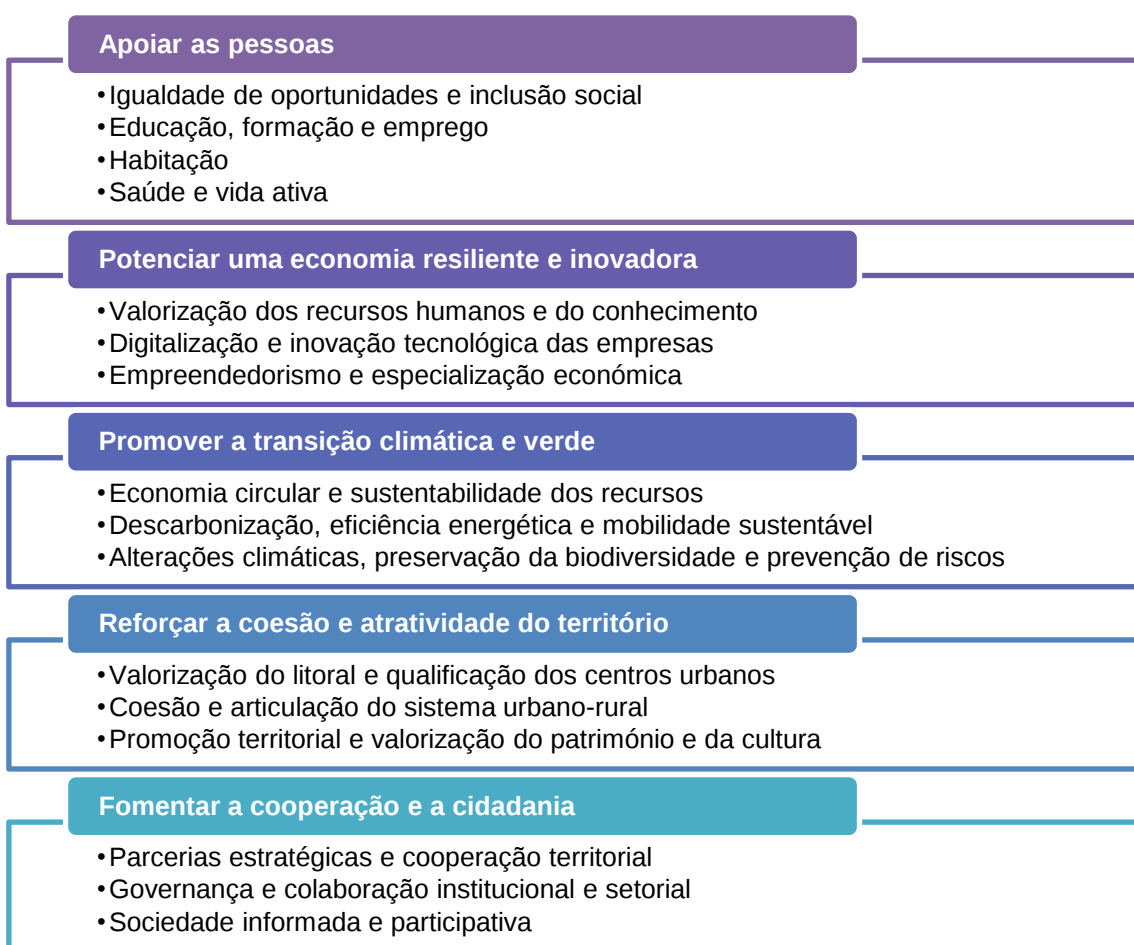


Figura 16. Eixos prioritários e domínios de intervenção

Fonte: SPI

A estes eixos prioritários associa-se um **conjunto de objetivos estratégicos**, também eles complementares e correlacionados. Estes 5 eixos prioritários de intervenção interagem entre si e influenciam-se mutuamente, contribuindo, em conjunto, para a prossecução da Visão de futuro (Figura 17).



Figura 17. Eixos prioritários e Visão de futuro

Fonte: SPI

Desta forma, define-se uma estratégia integrada e operacional para o Concelho que visa promover a melhoria da qualidade de vida, das condições sociais e económicas e que valorize os seus recursos endógenos e patrimoniais, tendo por base um modelo de desenvolvimento que coloca as pessoas e as suas necessidades ementares em primeiro plano, especialmente as mais vulneráveis, que responde aos novos desafios sociais e ambientais, apostando na inovação e desenvolvimento tecnológico nas empresas e indústria, na qualificação dos trabalhadores, na digitalização das atividades e na transição climática e verde.

Com estes propósitos, pretende-se que o território da Ribeira Grande se torne mais resiliente em termos socioeconómicos e ambientais, com níveis superiores de coesão social e territorial, integrando as comunidades mais vulneráveis e desfavorecidas no processo de desenvolvimento, que terá por base uma economia melhor preparada e um território qualificado e atrativo, que continua a apostar na valorização dos seus recursos endógenos e patrimoniais e na sua identidade própria como fatores distintivos.

3.2.1. Apoiar as pessoas

O apoio social assume um papel determinante e prioritário no âmbito da presente Estratégia, tendo em conta os condicionalismos do próprio concelho da Ribeira Grande e os efeitos devastadores a nível socioeconómico provocados pela pandemia da doença COVID-19, que agravaram as desigualdades existentes. À adoção de medidas nos planos sanitário e da saúde

para o combate à doença, que surgiram em primeira instância e assim se mantêm enquanto se mantiver a incidência da doença, outras medidas urgem ser implementadas, com o intuito de travar os enormes danos sociais e económicos que atingem as famílias na capacidade de manter os seus rendimentos, os empregos, a habitação e o acesso aos serviços essenciais.

Para que no futuro se dê um maior equilíbrio, as pessoas terão de ser assumidas como agentes da dinâmica e da transformação do território, sendo um motor importante para o seu desenvolvimento. Neste sentido, será fundamental garantir que as suas características e a valorização das suas competências sejam pilares da estratégia, numa lógica de cruzamento permanente com as questões de inclusão social e igualdade de oportunidades, que, em complementaridade, promovam a consolidação da comunidade e a melhoria da sua qualidade de vida.

Apesar de ser um território jovem, em crescimento demográfico e com saldo natural positivo, observa-se no concelho da Ribeira Grande uma certa desaceleração destes fenómenos, situação que convém mitigar no seu estado inicial, promovendo condições para a fixação da sua população e para a atração de população vinda de outros quadrantes, assumindo o concelho como local apto para residência, aprazível e com condições atrativas para o desenvolvimento da atividade profissional, para o exercício da parentalidade e para a educação, bem como para a prática de atividades de lazer e tempos livres. Além de fixar e atrair população jovem e qualificada, capaz de promover uma evolução positiva nas dinâmicas sociais e económicas, o esforço terá de ser transversal a outras faixas etárias, sendo também necessário cuidar das pessoas mais idosas, promovendo a sua vida coletiva e a integração na comunidade, fornecendo condições para o acesso a cuidados de saúde adequados e manutenção das suas competências e autonomia, garantindo que poderão usufruir de um envelhecimento ativo.

A saúde, no plano individual e da comunidade, deverá ser abordada de forma a promover estilos de vida saudáveis e a combater problemas prementes no Concelho e mais marcantes do que noutras escalas e territórios vizinhos, através da promoção de bons hábitos alimentares e incentivo à prática desportiva generalizada, combate ao alcoolismo e tratamento de comportamentos aditivos, ou ainda a redução dos níveis de gravidez na adolescência.

A população jovem do Concelho constitui-se como um importante ativo que importa ser valorizado e motivado a prosseguir com a sua educação para níveis de ensino mais elevados e para uma especialização que possa ser direcionada e aproveitada pelos setores fortes da economia local. Deverão ser promovidas as condições para inverter a tendência de insucesso e de abandono escolar entre os jovens, implementando em definitivo a digitalização do ensino e fomentando a promoção do emprego estável e da inclusão, especialmente dos grupos mais vulneráveis, abrindo oportunidades ao surgimento de uma comunidade mais coesa, com menor risco de pobreza extrema e onde haja a capacidade de, individualmente ou coletivamente, optar por alternativas de empregabilidade que possam passar pelo empreendedorismo e a criação do

próprio emprego. O apoio ao emprego deverá merecer especial atenção em tempos de crise e de emergência social, aumentadas pela pandemia da COVID-19, e cuja importância assume-se acrescida pela necessidade de proteger as famílias e os rendimentos, conferindo-lhes a capacidade de manterem a autonomia na sua vida familiar.

Além de fatores como a família, a educação, a saúde e o emprego, a habitação é também um dos pilares para uma vida condigna no plano individual e na comunidade, devendo ser promovido o direito de um acesso a uma habitação digna e acessível para todos, especialmente os indivíduos e agregados familiares em maior carência, mas também às famílias de estratos e rendimentos intermédios, com uma aposta no reforço da habitação pública, na reabilitação do parque habitacional existente e na promoção do arrendamento enquanto solução habitacional, adaptando os edifícios a pessoas com maiores condicionamentos físicos e garantindo o abrigo às situações de maior precariedade, promovendo o acesso a serviços e equipamentos complementares que possam reduzir ou eliminar situações de exclusão.

O combate à exclusão social deverá, aliás, merecer atenção num plano transversal a diversas iniciativas, devendo ser promovida uma redução sustentada das desigualdades e ser combatidas todas as formas de discriminação nos meios físicos e no mundo digital, na prossecução de uma maior integração e equilíbrio social, como a igualdade de género e a igualdade de oportunidades, no acesso ao trabalho e na distribuição de rendimentos, no combate à violência doméstica e na aceitação da diferença na origem racial e/ou étnica, na nacionalidade, na condição física e de saúde. A sensibilização para estes fatores deverá ser trabalhada a todos os níveis, em todos os setores de atividade e faixas etárias, tendo como base fundamental a escola e a literacia.

Tendo presente o diagnóstico realizado e o objetivo genérico de apoiar as pessoas e de garantir uma maior coesão social, maior acesso à habitação e cuidados de saúde, melhores níveis de educação e menos fatores de exclusão social, estipulam-se os seguintes **objetivos estratégicos**:

- ➔ Fixar população jovem, promover o acolhimento de novos residentes e aumentar a capacidade de retenção de população qualificada, contribuindo para assegurar uma pirâmide etária sustentável e aumentar níveis de qualificação profissional;
- ➔ Criar condições favoráveis para o incremento dos níveis de escolaridade da população e para a sua valorização e capacitação, promovendo a educação digital e melhores níveis de qualificação, de empregabilidade e de rendimentos.
- ➔ Promover a inclusão social e o combate à exclusão, integrando os grupos populacionais mais desfavorecidos e garantindo condições para o exercício da sua autonomia e o acesso aos serviços e direitos básicos de cidadania;

- ➔ Promover a oferta de soluções habitacionais adequadas e com a devida abrangência a toda a população, garantindo um leque diversificado de apoios para necessidades específicas de diferentes grupos e estratos sociais, bem como o acesso a serviços públicos e coletivos;
- ➔ Estimular a adoção de estilos de vida saudáveis e garantir o acesso aos serviços básicos de saúde, que promovam a melhoria da qualidade de vida, um envelhecimento ativo e inclusivo, a melhoria de hábitos alimentares e a redução de comportamentos aditivos;
- ➔ Combater todas as formas de discriminação e de desigualdade social, garantindo o respeito pela diferença e promovendo de forma sustentável o acesso da população às mesmas oportunidades, serviços, rendimentos e conhecimento.

3.2.2. Potenciar uma economia resiliente e inovadora

Uma economia forte e estável é determinante para o bem-estar social, para a capacidade de gerar emprego e para aumentar os níveis de competitividade de um território, pelo que este eixo prioritário assume, à semelhança do anterior, uma importância basilar na definição da presente Estratégia.

A recente pandemia da COVID-19 veio expor de forma acentuada as fragilidades do tecido empresarial e industrial, da dependência do turismo e do consumidor externo, criando fortes constrangimentos às atividades tradicionais pouco baseadas em tecnologia e no mercado digital e com menores graus de especialização, criando dificuldades especialmente nas pequenas empresas, com menor robustez financeira e com recursos humanos pouco qualificados.

No âmbito do apoio ao tecido empresarial, deverá ser dada prioridade à consolidação e capacitação das pequenas e médias empresas (PME) e ao fomento da inovação e do empreendedorismo, de modo transversal aos diversos setores de atividade presentes no Concelho, sendo estes fundamentais para garantir a manutenção de emprego e a geração de novos postos de trabalho qualificado. O incentivo ao empreendedorismo deverá promover a diversificação e a inovação da base económica local, mobilizando os ativos locais para as potencialidades do território, funcionando também como forma de gerar o próprio emprego e fazer diminuir os níveis de desemprego.

Complementarmente, importa reforçar e requalificar infraestruturalmente os espaços de acolhimento empresarial do Concelho, direcionados para a indústria transformadora, os serviços e os projetos empreendedores, proporcionando uma maior dinâmica empresarial e capacidade para atrair para novos investimentos.

Este reforço na capacitação de infraestruturas deverá ser aproveitado para promover o reforço das bases de conhecimento, alinhando as novas tendências e processos técnicos e científicos com os desafios emergentes do território, estimulando a colaboração entre agentes económicos e entidades não empresariais e incentivando para a transferência de conhecimento capaz de gerar valor. Em simultâneo, a transição digital da economia nos seus mais diversos atores e setores deve ser promovida, incorporando-se nas empresas e nas organizações novas estratégias e processos que incorporem o recurso à inovação tecnológica e aos meios digitais, estabelecer e reforçar infraestruturas de dados e reorientar a produção para produtos de valor acrescentado e mercados apetecíveis, especialmente em bens transacionáveis.

Ao reforço de capital próprio das empresas e à sua reestruturação para uma economia mais digital e sustentável, deverá acompanhar a formação e qualificação dos recursos humanos, nas suas competências técnicas básicas e na formação avançada, em todas as áreas de atividade mas, especialmente, nos setores mais preponderantes da economia local, com uma especialização cada vez mais voltada para uma produção de excelência e com um incentivo constante à renovação de conhecimentos por via de um acesso globalizado às plataformas digitais de ensino e formação.

A atividade agrícola deverá manter-se como uma das bases da economia local, abrindo-se espaço para um futuro onde esta se torna uma prática mais qualificada e diversificada nos seus métodos produtivos, onde se aposta em nichos de mercado específicos e produtos de excelência e onde as formas de trabalho se demonstram mais sustentáveis e orientadas para a produção biológica, para o reforço da aposta nos produtos endógenos e para a criação de produtos de valor acrescentado e diversificado. Importa, aliás, na fileira agroalimentar, mas também noutras, estimular e promover a criação de serviços conexos, como é o caso da gastronomia e do agroturismo, gerando-se mais emprego e maior diversidade de oferta, com ganhos múltiplos noutros setores de atividade. Para esta realidade será fundamental apostar na modernização do setor, ao nível de processos e de ferramentas, na formação no ramo agrícola, na valorização do profissional e na criação de estruturas capacitadas para robustecer as bases do setor, ao nível do ensino e da oferta formativa, da inovação empresarial da agricultura e da promoção dos produtos locais.

O mar constitui-se como uma enorme fonte de potencialidades para o território açoriano, enquanto origem de recursos e elemento marcante para o sustento da população local, especialmente das comunidades costeiras, do setor da pesca e de toda a fileira que desta depende. O concelho da Ribeira Grande encetou na última década uma estratégia virada para o mar e focada no aproveitamento das potencialidades deste, sendo determinante manter esta trajetória de aposta na economia do mar, que permita o aproveitamento de recursos de uma forma sustentável, inovadora e valorizadora, que potencie a qualificação dos recursos humanos, a qualidade e valor do produto e a beneficiação das zonas costeiras e das infraestruturas. De futuro, deverão ser criadas as

condições para a modernização do setor, com a atualização de conhecimentos e de qualificações ao nível dos profissionais, bem como a modernização da indústria transformadora, com a revisão de processos, das tecnologias e o recurso à eficiência energética. Estes deverão ser acompanhados pela requalificação das infraestruturas de apoio à atividade que paralelamente permitirão potenciar resultados para a economia e requalificar a frente litoral, com relevantes benefícios ambientais, urbanísticos e paisagísticos. O mar não se constitui apenas como uma fonte de recursos para a pesca, constituindo igualmente um laboratório para a experimentação de novas soluções e aplicações de base tecnológica e científica, sendo importante promover a concretização de projetos que aliem a capacidade empreendedora e inovadora ao estudo em áreas como as alterações climáticas e a prevenção de riscos, a sustentabilidade dos recursos, a biodiversidade e a diversificação alimentar. Além destes, o mar é também espaço para a atividade turística e de lazer, onde deverá ser reforçada a aposta nos serviços marítimo-turísticos, no recreio e nos desportos náuticos, tendo presente a combinação de sol e mar, a promoção de eventos e a articulação com a hotelaria e outros setores conexos, como é exemplo o turismo.

O setor turístico afirmou-se como um setor emergente na economia da Região a partir da segunda metade da década de 2010, impulsionado pela abertura do espaço aéreo às companhias de aviação *low cost* e ao crescente interesse das rotas de cruzeiros, motivando a captação de um volume crescente de visitantes oriundos do território continental português e do estrangeiro, verificando-se uma trajetória ascendente sem paralelo à qual o concelho da Ribeira Grande não foi alheio. O Concelho possui, de facto, potencialidades múltiplas, no setor do turismo, que providenciam experiências diversificadas, desde o turismo rural e de natureza, sol e zonas balneares, o termalismo e a náutica, roteiros culturais e gastronómicos, organizações e eventos institucionais em setores diversos, bem como uma carteira ampla de agentes culturais capazes de, em parceria, fomentar uma agenda cultural rica. Tal como noutros setores, a pandemia da COVID-19 interrompeu de forma abrupta esta trajetória, colocando à vista, tal como noutras realidades e territórios, as fragilidades do setor do turismo e de todas as atividades que deste dependem, criando dificuldades a um número alargado de agentes turísticos e de outros setores económicos. Deverá por isso ser dada atenção a esta questão, promovendo formas de apoiar o setor nas suas múltiplas dimensões, criando condições para a retoma segura e sólida da atividade, diversificando produtos turísticos e orientando a oferta para alvos e segmentos específicos.

Por último, é de destacar naturalmente que o concelho da Ribeira Grande é rico em recursos geológicos, que ao longo de gerações têm alimentado a indústria extrativa local, principalmente com destino à construção civil e da ornamentação. Esta dimensão deverá ser explorada, reforçando o papel central que o Concelho assume na Região, podendo estabelecer-se como um centro de competências ao nível da indústria da pedra e apostando na valorização deste recurso, especificamente do basalto ou da pedra pomes nos seus diversos tipos, incrementando o conhecimento generalizado sobre os mesmos, a qualidade e o seu valor económico, mas também assumindo-se como um polo regional aglutinador e especializado no setor.

De acordo com o diagnóstico efetuado, e com o intuito de apoiar a rentabilidade da economia local e promover a competitividade, de qualificar os recursos humanos, fomentar a inovação, a sustentabilidade e a transição digital nos serviços e na indústria dos setores chave do Concelho, são objetivos estratégicos:

- ➔ Apoiar para uma base económica mais diversificada, equilibrada e sustentável, resiliente e capaz face aos grandes desafios sociais e económicas da atualidade, que seja o garante da estabilidade social e da coesão territorial;
- ➔ Promover o crescimento inteligente, a qualificação das instituições, dos serviços e do tecido empresarial de forma transversal, avançando para a modernização e inovação tecnológica de processos e ferramentas, para a digitalização, desmaterialização e reforço da conectividade;
- ➔ Incentivar a geração de emprego mais qualificado e a capacitação dos recursos humanos, garantindo formação avançada e especialização para as atividades e setores chave da economia local;
- ➔ Promover uma reestruturação sustentável e integrada de setores de atividade com grande peso económico e social no concelho, como a agricultura e a agroindústria, as atividades das pescas e do mar e, ainda, o turismo, contribuindo para o seu reerguer em contexto de crise e para valorizar produtos e atividades das respetivas fileiras;
- ➔ Requalificar e dinamizar as infraestruturas e os espaços físicos determinantes para o exercício das atividades de empresas e indústrias, nos vários setores, bem como criar as condições para o surgimento e fixação de quadros qualificados e empreendedores;
- ➔ Apostar no ensino alternativo, virado para a especialização nos setores de atividade com maior expressão no Concelho e para as novas tendências, que garanta o rejuvenescimento da economia, a criação do emprego próprio e redução do desemprego, que qualifique e capacite para as novas formas de trabalho, para as ferramentas digitais e para o mercado global.

3.2.3. Promover a transição climática e verde

As questões climáticas assumem atualmente uma importância crescente, impulsionada pela aceitação generalizada de que o atual modelo de desenvolvimento social e económico a nível global é gerador de desequilíbrios ambientais e de mudanças nos padrões climáticos. Em causa está, por exemplo, o aumento da temperatura, alterações nos padrões de precipitação, e o aumento e agravamento de fenómenos meteorológicos extremos, com consequências sobre a

qualidade dos recursos naturais e o aumento das vulnerabilidades e riscos associados³. Associado está também um aumento da consciência ambiental e um despertar dos diferentes setores da sociedade para estas questões.

Estas questões ganham naturalmente uma dimensão acrescida em territórios arquipelágicos, de dimensão reduzida e de recursos finitos, pelo que, nos diversos quadrantes da Região e também no concelho da Ribeira Grande, a ocupação do território e as atividades económicas exercem pressões sobre recursos naturais e ecossistemas, que motivam alterações na paisagem e alterações nas dinâmicas naturais de forma rápida e muitas vezes definitiva. Por esse motivo, é importante colocar em prática mecanismos que assegurem uma transição climática eficiente, através da gestão sustentável de recursos, da valorização do capital natural e da biodiversidade e, quando aplicável, da proteção e recuperação de ecossistemas sensíveis. Estes têm necessariamente de ser entendidos como um valor coletivo e um legado comum que deve funcionar como fator de diferenciação do território e preservado para as gerações futuras.

Em matéria de sustentabilidade de recursos e de crescimento sustentável, importa promover a economia circular e incentivar os investimentos em projetos amigos do ambiente, junto da sociedade civil e de todos os agentes económicos, serviços públicos e organismos privados, devendo a transição para este modelo ser uma prioridade para o concelho da Ribeira Grande, através de uma economia mais eficiente e regenerativa, da transformação de resíduos em recursos e da promoção de uma comunidade mais sustentável, em intervenções providenciem uma educação ambiental orientada para a circularidade da economia, que motivem e favoreçam a preservação do meio ambiente, a gestão eficiente de resíduos e de ativos ambientais (como a água e os solos) e a conservação de habitats e serviços de ecossistemas, não desvalorizando a existência de áreas protegidas e sítios da rede natura no Concelho.

A descarbonização e a eficiência energética não são temas novos no concelho da Ribeira Grande, pois no âmbito do quadro financeiro plurianual 2014-2020 foram amplamente abordados e tratados ao nível do planeamento para a mobilidade sustentável e dos transportes e da eficiência energética em edifícios públicos. Importa, agora, consolidar este domínio e colocá-lo em prática de forma abrangente a todos os setores da sociedade civil, empresas e indústrias, devendo-se assegurar o acesso a soluções de consumo de energia renovável e de transição e eficiência energética na habitação, nos transportes, nas empresas, no espaço público, nas infraestruturas e equipamentos, bem como no domínio industrial.

³ Segundo o documento “The Global Risks Report 2021” (World Economic Forum. <https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2021>), na perceção dos riscos com maior impacto futuro mantêm-se a crise dos recursos naturais, a perda de biodiversidade, fenómenos climáticos extremos, danos ambientais pela ação humana e o insucesso na resposta à crise climática.

Os transportes e a indústria são os setores que mais peso exercem na libertação de gases com efeito de estufa e na pegada de carbono, sendo por isso fundamental assegurar a eficiência destes serviços e a sua produtividade e rentabilidade com recurso a fontes energéticas alternativas, promovendo a descarbonização e contribuindo, a longo prazo, para a neutralidade carbónica. A transição para uma mobilidade mais sustentável deverá ser acompanhada pela implementação de sistemas de gestão inteligentes, que permitam otimizar redes e percursos, garantindo melhores níveis de custo benefício tanto nos transportes públicos como no transporte individual, sendo importante reforçar frotas com veículos modernos e sustentáveis, incentivar para as vantagens do uso de transporte coletivo e promover a redução da utilização do veículo automóvel.

Além das necessárias alterações de paradigma ao nível da descarbonização e da transição de uma economia linear para uma economia circular, a transição climática faz-se também sobre outros domínios que deverão ser acautelados para uma ação integrada e mais eficiente ao nível de resultados. Nesse sentido, importa assegurar uma gestão eficiente dos recursos hídricos, garantir níveis adequados da qualidade dos solos, do ar e do ambiente nos centros urbanos, e ainda a requalificação e valorização ambiental, urbanística e paisagística nas zonas costeiras, com influência direta na preservação do património, qualificação de zonas balneares e demais zonas do *interland* marítimo-terrestre, na valorização das atividades económicas situadas no litoral e, ainda, na prevenção e gestão de riscos.

A adaptação às alterações climáticas requer, aliás, uma ação integrada na prevenção para a redução do risco de catástrofes, que assume uma dimensão importante no domínio da transição climática. Nesse sentido, deverá ser desenvolvido um esforço coletivo ao nível da cooperação e da educação para a prevenção de riscos, deverão ser elaboradas estratégias locais de adaptação às alterações climáticas e deverá ser incentivado o aumento do conhecimento científico e técnico sobre os riscos presentes no território e deverão ser reforçados e capacitados todos os agentes de proteção civil ao nível dos meios preventivos e dos meios operacionais na resposta às situações mais críticas.

De acordo com a análise efetuada, de forma a promover uma transição climática de forma sustentada e integrada no concelho da Ribeira Grande, com benefícios a nível do ambiente urbano, da gestão dos recursos e da proteção de ecossistemas, da eficiência energética, da descarbonização da sociedade e dos transportes, e da prevenção de riscos e da adaptação às alterações climáticas, pretende-se:

- ➔ Valorizar os recursos naturais, promover a biodiversidade, aumentar a consciência ambiental da sociedade e dos diversos agentes locais, incentivar a economia circular e os investimentos ambientalmente sustentáveis;

- ➔ Melhorar a qualidade do ambiente urbano, reforçando a atratividade residencial, a visitação e as atividades, valorizando as relações mar-terra e urbano-rural e contribuindo para o ordenamento do território, para a preservação e valorização da paisagem;
- ➔ Estimular a inovação e a experimentação no domínio do ambiente, dos ativos naturais, do clima e dos riscos, bem como a adoção de tecnologias sustentáveis para uma maior eficiência, maior conhecimento e melhor qualidade dos solos, da água e do ar;
- ➔ Promover a transição energética da sociedade, incentivando a adoção de fontes energéticas renováveis e sustentáveis a nível residencial, nos serviços, nas empresas e nas indústrias e nos transportes, assegurando a implementação de sistemas eficientes de gestão energética.
- ➔ Fomentar um maior conhecimento e cultura para o risco, incentivando atividades inovadoras no plano da prevenção e da educação, adotando estratégias locais para a prevenção dos riscos e para a adaptação às alterações climáticas no geral e, particularmente, na necessária resiliência das atividades económicas.

3.2.4. Potenciar a coesão e a atratividade do território

A Estratégia de desenvolvimento para o concelho da Ribeira Grande configura-se como um momento elementar para potenciar a coesão territorial e para incrementar os níveis de competitividade. Este é um território que, à sua escala, observa uma grande diversidade e heterogeneidade de elementos e realidades, configurando-se a existência de grandes potencialidades, mas também de grandes desafios.

Num território com duas realidades distintas em termos de desenvolvimento urbano, ocupação e densidade populacional, onde a cidade e as localidades da zona central e poente do Concelho assumem características distintas das freguesias situadas a nascente, que configuram territórios de muito baixa densidade, importa reforçar a competitividade territorial com base nos recursos endógenos, na diversificação de base económica e na intensificação da cooperação a nível interno e externo, garantindo o importante papel que a cidade e as localidades imediatamente envolventes assumem em termos de aglomeração de massa crítica, de volume de negócios, de geração de emprego, de concentração de equipamentos e infraestruturas e de difusão de conhecimento, mas tendo presente que esta sairá beneficiada pela ação articulada com as zonas rurais, dado que o esforço conjunto e uma abordagem integrada permitirá a adoção de mecanismos para um maior equilíbrio das dinâmicas demográficas, na promoção da qualidade de vida, no acesso a serviços, para uma maior atratividade residencial e para os negócios, bem como na melhoria da conectividade e no acesso à oferta cultural, serviços de saúde e lazer.

A funcionalidade do território é também determinada pelos processos de ocupação e de regeneração urbana, sendo este um domínio que conheceu um evolução nos anos recentes por todo o Concelho, com a criação de espaços verdes, a requalificação do litoral, a reabilitação de equipamentos, a beneficiação de arruamentos em conjunto com intervenções ao nível do saneamento, a criação de novas bolsas de estacionamento, entre outras, que, ainda assim, se concentraram especialmente na cidade da Ribeira Grande, fruto da oportunidade criada pelo quadro financeiro do PO Açores 2020 e pela necessidade de aproveitar os fundos disponíveis para o efeito, dirigidos essencialmente e por imposição regulamentar às sedes de concelho. Nesse aspeto, o Município executou a totalidade do financiamento disponibilizado neste âmbito, com intervenções que marcam decisivamente o ambiente urbano, pela melhoria visual, paisagística e ambiental que conferem, mas também pela funcionalidade e adaptabilidade às novas exigências da qualidade do espaço urbano e pelo potencial de interesse que dão à Ribeira Grande enquanto território qualificado e atrativo para o investimento, com efeitos visíveis ao nível dos investimentos recentes realizados ao nível da hotelaria e comércio.

Não obstante, estes apoios revelaram-se insuficientes dentro do quadro de necessidades identificadas e da estratégia até então montada, importando agora, por isso, dar continuidade ao trabalho desenvolvido e reforçando as intervenções em todas as freguesias, equilibrando os níveis de regeneração do território e possibilitando a reabilitação física e funcional das zonas mais rurais. Esta interligação urbano-rural deverá permitir ações de regeneração física, económica e social que contemplem o combate às situações de exclusão e de pobreza visível, com a realização de programas de regeneração das áreas mais degradadas e desfavorecidas, e uma maior dotação e de equipamentos e serviços ao dispor das comunidades mais vulneráveis.

Os recursos endógenos constituem-se como ativos relevantes na dinamização económica e de afirmação do território por via da sua diferenciação, como os recursos endógenos, naturais, geológicos, patrimoniais e culturais, valorizando as produções locais e conferindo projeção ao destino turístico. Importa, por isso, promover a valorização dos recursos existentes no Concelho, como alavancas de um desenvolvimento sustentável e harmonioso, equitativamente distribuído por todo o território e abrangente na sua tipicidade, desde o edificado ligado ao património histórico-cultural (artesanato, indústria, agricultura, defesa, religião, lazer, vida coletiva), património móvel (gastronomia, costumes e tradições culturais e artesanais), património imaterial e oral (paisagens, artes, festividades, etnografia, entre outros). O turismo, como foi perceptível nos anos recentes, exerce um efeito contágio a outros setores, com particular relevância quando focado nos valores patrimoniais, naturais e paisagísticos, especialmente em articulação com a valorização e integração dos produtos locais nas estratégias de promoção territorial, devendo, por isso, manter-se como um domínio de aposta enquanto alavanca de desenvolvimento, com capacidade para atrair população, conhecimento e massa crítica, dinamização e investimento capaz de gerar emprego e riqueza.

Como já foi referido anteriormente, a atividade turística tem no mar e na frente litoral do Concelho um recurso de grande potencial de aproveitamento, como aliás se tem verificado pela prática de atividades náuticas, aspeto que tem fortalecido o investimento privado, especialmente focado na instalação de serviços de apoio ao turismo náutico e balnear e ao ramo da hotelaria, promovendo a proximidade do visitante com este elemento natural. Conforme fica patente na nova estratégia Portugal 2030, após um período em que o mar não assumiu um papel central na política de desenvolvimento do país, este merece agora outra atenção pelo potencial que oferece em termos de exploração sustentável de recursos, de proteção da sua biodiversidade, do estudo dos efeitos das alterações climáticas e dos riscos, e da necessidade de adequar e apoiar a atividade piscatória. As regiões autónomas perfilam-se como territórios essenciais na projeção da dimensão atlântica pretendida para o país, pelo que esta deverá ser aproveitada para tirar partido das condições para a coesão do território, em particular com a renovação de infraestruturas portuárias, a melhoria dos sistemas logísticos e das redes de ligações às acessibilidades terrestres.

As acessibilidades e a beneficiação da rede viária são aspetos cruciais no incremento da coesão social e territorial do concelho da Ribeira Grande, pois permitirão reforçar a mobilidade e a competitividade social e económica, otimizar redes e itinerários da rede viária estruturante e promover o reforço e a segurança das deslocações de e para os centros logísticos e áreas de localização empresarial. A intervenção neste domínio deverá também melhorar e renovar a rede viária complementar e de uso diário da população nas suas deslocações pendulares casa-trabalho e casa-escola, sendo a nível infraestrutural essencial para a implementação da estratégia preconizada em matéria de mobilidade e transportes pelo Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande.

De forma a promover a coesão e a qualificação territorial do concelho da Ribeira Grande, a aumentar e estender a qualificação ambiental, urbanística urbana a todas as freguesias, a reforçar a identidade local e a reafirmar a vocação turística, e a garantir centralidade e melhores acessibilidades, pretende-se:

- ➔ Estender os processos de reabilitação urbana e de requalificação ambiental e urbanística a todo o concelho, garantindo coerência lógica e funcional nas intervenções e promovendo a inclusão e o acesso a equipamentos e serviços por toda a população, em especial a mais vulnerável;
- ➔ Promover uma economia de base diversificada, que privilegia os recursos endógenos e valoriza o seu património ambiental, natural, cultural e paisagístico, fornecendo as bases para a competitividade do território, para a criação de emprego e para um desenvolvimento robusto e sustentável;

- ➔ Explorar o manancial de recursos conferidos pela relação mar-terra, aliando à qualificação dos meios urbanos e rurais, a requalificação ambiental e paisagística do litoral, a intensificação das atividades náuticas de turismo e de lazer e do conhecimento do mar, em articulação com o reforço e a requalificação de centros logísticos e de infraestruturas de apoio à atividade marítima;
- ➔ Beneficiar a rede viária concelhia, contribuindo para a melhoria das acessibilidades e da concretização de um território central e atrativo, como uma rede que beneficia a mobilidade sustentável, a fluidez logística e económica e a articulação com outros meios e circuitos de transporte.

3.2.5. Fomentar a cooperação e a cidadania

Este prioritário relaciona-se diretamente com a intensificação dos diferentes tipos de dinâmicas de cooperação de participação cívica. São hoje questões incontornáveis os processos de cidadania participativa, estimulando os indivíduos a assumirem um papel ativo enquanto agentes do desenvolvimento do território e da comunidade e as lógicas de trabalho em rede, possibilitando assim a partilha de ideias e de experiências e, por sua vez, favorecendo o aperfeiçoamento de respostas e a difusão da inovação.

Os avanços tecnológicos abrem oportunidades diversas, nomeadamente no campo da conectividade e da facilidade de comunicação e cooperação com outras geografias, por vezes, mais distantes. A revolução digital e as telecomunicações móveis possibilitam o acesso ao ciberespaço e à informação, à escala global favorecendo a mobilização de atores distintos e permitindo vencer distâncias geográficas e barreiras socioculturais. A facilidade de contacto com o exterior constitui hoje um aspeto fundamental para a qualidade de vida da população residente e para a captação de nova população. As tecnologias de informação e comunicação constituem ferramentas indispensáveis no incremento da capacidade competitiva das empresas, nomeadamente através das possibilidades oferecidas ao nível do negócio e do comércio eletrónico, e da utilização das ferramentas digitais como veículo de promoção e divulgação.

As novas tecnologias e o apelo que o digital exerce sobre os indivíduos impulsionaram mudanças sociais profundas e constituem hoje ferramentas importantes ao serviço de entidades e instituições. Se corretamente utilizadas, podem proporcionar um espaço de encontro e comunicação e favorecer a emergência de dinâmicas de participação e mobilização em diferentes grupos da população, com efeitos positivos sobre o envolvimento e motivação da comunidade na dinamização do território.

Estas dinâmicas englobam, quer o nível institucional, colocando em contato e mobilizando em torno de objetivos comuns territórios com localizações distantes ou chegando a públicos mais

vastos, quer a nível individual, favorecendo a participação da sociedade civil nos processos de decisão, na implementação de estratégias e no acompanhamento dos seus resultados, democratizando a capacidade de expressar opinião e impulsionando a mudança. O concelho da Ribeira Grande deverá afirmar-se enquanto palco de inovação cívica e experimentação no domínio social e da cidadania, aproveitando o potencial da sua população jovem, trabalhando soluções para diferentes problemas, em conjunto com as comunidades e as instituições locais, fomentando a progressivo surgimento de uma comunidade ativa e implicada.

A cooperação territorial e institucional é hoje, também, uma realidade cada vez mais presente, colocando em contacto e articulação órgãos públicos e privados, associações setoriais e representantes do tecido empresarial, de diversas escalas e quadrantes, debatendo temas de interesse comum, expandindo as redes da inovação e do conhecimento e procurando as melhores respostas e soluções para os desafios globais que exigem ações locais e medidas consertadas.

As lógicas de cooperação relacionam-se transversalmente com as linhas de atuação anteriormente explanadas, pelo que esta questão deverá ser trabalhada em diferentes domínios e escalas complementares. A dinâmica de cooperação e articulação em rede deverá abarcar os diferentes intervenientes da sociedade civil e promover a colaboração entre diferentes instituições e territórios, reunidos por temáticas comuns e objetivos comuns. Todo este processo deverá ser partilhado e apropriado pela comunidade, aproveitando o potencial das plataformas eletrónicas e da transição digital, e promovendo o envolvimento e empenho dos diversos atores locais.

Assim, visando a cooperação territorial e institucional, a promoção das redes de conhecimento e de parcerias estratégicas, a mobilização da sociedade civil para a interação em iniciativas públicas e para os processos de decisão, definem-se como objetivos estratégicos:

- ➔ Reforçar a colaboração entre parceiros estratégicos em torno de temas e objetivos comuns, através das redes locais e regionais, criando e/ou integrando outras de âmbito nacional e internacional, para efetivar uma cultura de cooperação ativa e a operacionalização de parcerias estratégicas;
- ➔ Afirmar e transmitir claramente a importância do Município enquanto elemento aglutinador das diferentes forças locais e de representante de todos os munícipes;
- ➔ Tirar partido da modernização tecnológica e da digitalização, aproveitando novas formas de aproximação à comunidade para instituir uma cultura de maior participação nos processos de decisão para promover o acesso e a divulgação de iniciativas, abordagens e resultados;

- ➔ Promover a apropriação coletiva da estratégia de desenvolvimento e fomentar o empenho e envolvimento da sociedade civil na sua operacionalização, bem como na implementação de outras iniciativas de desenvolvimento local;
- ➔ Vencer a pequena escala e ampliar a capacidade de afirmação no exterior, fomentando a articulação com outros municípios e desenvolvendo abordagens comuns e integradas.

3.3. Projetos estruturantes

A operacionalização do Plano Estratégico da Ribeira Grande e a persecução da visão de futuro desenhada para este território – **em 2030 um Concelho mais inclusivo, resiliente e conectado, que responde aos desafios da transição digital, climática e verde, com uma posição reforçada na Região** – desenvolvem-se através da implementação de um conjunto de projetos estruturantes, muitos dos quais interligados, que recaem sobre as dimensões anteriormente abordadas e que constituem, pela sua natureza, potenciadores das almejadas dinâmicas de transformação.

Estes projetos estruturantes constituem propostas concretas de intervenção que pretendem desencadear dinâmicas de combate aos problemas estruturais e desafios identificados. Assim, prevê-se um processo de contaminação positiva, com a realização de novos projetos e ações, que resultará num verdadeiro processo de dinamização do tecido social, económico e cultural. Neste sentido, estes projetos tendem a responder, de forma integrada e dinâmica, a necessidades prementes existentes no Concelho, como: (i) a coesão social, num concelho onde emergem fragilidades sociais e onde as desigualdades são acentuadas; (ii) o reforço do tecido empresarial, que enfrenta dificuldades acrescidas decorrentes da atual crise pandémica, na perspetiva de se criar uma economia local mais resiliente; (iii) a transição climática, a valorização ambiental e a digitalização, requisitos transversais às políticas europeias e com natural tradução nas políticas de desenvolvimento do Concelho; e, (iv) a projeção externa da Ribeira Grande, como catalisadora da concretização da visão de futuro.

De salientar que os projetos estruturantes procuram, não só, incluir novas perspetivas, ideias e iniciativas para o desenvolvimento do território, como também dar continuidade a projetos e iniciativas já existentes, reforçando o processo de melhoria contínua. Projetada para o horizonte temporal de 2030, esta Estratégia incorpora um conjunto de **8 projetos estruturantes**, materializados através das respetivas ações integradas (Figura 18).



Figura 18. Projetos estruturantes
Fonte: SPI

Tabela 1. Projetos estruturantes e ações integradas
Fonte: SPI

Ribeira Grande: em 2030 um Concelho mais inclusivo, resiliente e conectado, que responde aos desafios da transição digital, climática e verde, com uma posição reforçada na Região								
PROJETOS ESTRUTURANTES	PE1. RIBEIRA GRANDE INCLUI	PE2. RIBIRA GRANDE CAPACITA	PE3. RIBEIRA GRANDE COMPETE	PE4. RIBEIRA GRANDE DIGITAL	PE5. RIBEIRA GRANDE MAIS VERDE	PE6. RIBEIRA GRANDE ATRAI	PE7. RIBEIRA GRANDE COM VIDA	PE8. RIBEIRA GRANDE EM REDE
	Inclusão social, habitação e correção de desigualdades	Formação e valorização do capital humano	Coesão territorial e apoio ao tecido empresarial	Modernização da infraestrutura tecnológica e transição digital	Qualidade ambiental e paisagística e transição climática	Qualificação dos centros urbanos e melhoria das condições de atratividade à população	Promoção territorial e consolidação do turismo, da cultura e do lazer	Cooperação territorial e institucional
AÇÕES INTEGRADAS	1.1. + Habitação Reforço e reabilitação do parque habitacional dirigido à população desfavorecida 1.2. População qualificada Combate ao abandono e insucesso escolar e fomento da literacia e da aprendizagem ao longo da vida 1.3. Ribeira Grande saudável Promoção do bem-estar e da inclusão social, da saúde e da vida ativa 1.4. + Equipamentos Reforço da capacidade instalada na ótica dos equipamentos sociais de nova geração 1.5. Programa Filho de Peixe Criação de projeto de inovação social direcionado para as comunidades desfavorecidas	2.1. RG Empreendedora Formação e capacitação para o fomento do empreendedorismo e criação de emprego próprio 2.2. RG Skills Promoção da qualificação de recursos humanos em domínios chave do território 2.3. RG Mar Criação e implementação do Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar	3.1. Polos industriais e empresariais Qualificação das áreas industriais e de acolhimento empresarial e criação de centro logístico da Ribeira Grande 3.2. AgroCenter Centro empresarial para a inovação e sustentabilidade no setor agrícola 3.3. RG Nest Dinamização de polo de inovação para a valorização da produção e das atividades locais	4.1. DIH Ribeira Grande Criação de um <i>digital innovation hub</i> para apoio às empresas e organizações na transição digital 4.2. Administração digital Modernização e digitalização de infraestruturas e serviços públicos 4.3. Economia digital Programa de capacitação das empresas e do comércio local para a transição digital 4.4. Sociedade digital Programa de capacitação das pessoas para a transição digital	5.1. Cidade verde Reforço da oferta de espaços verdes urbanos e valorização dos corredores ribeirinhos 5.2. Edifícios eficientes Programa de incentivo à eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas municipais e na habitação 5.3. RG Adapta-se Criação de uma estratégia local de adaptação às alterações climáticas 5.4. RG Circular Programa de promoção da economia circular e da valorização de resíduos 5.5. Melhor mobilidade Programa de promoção da mobilidade sustentável	6.1. Território renovado Requalificação dos centros urbanos e da habitação degradada e apoio à fixação da população 6.2. Cidade Mar Requalificação da Frente de Mar – eixos Matriz/Monte Verde - e Monte Verde/Bandejo e valorização do litoral do concelho. 6.3. RG + próxima Programa de requalificação e reestruturação da rede viária municipal, do estacionamento e da oferta de transporte coletivo 6.4. Nomads.RG Criação das condições logísticas para a instalação de nómadas digitais no concelho da Ribeira Grande	7.1. Made in RG Criação da marca e selo Ribeira Grande 7.2. AgroSM Criação do Centro de interpretação da agricultura de São Miguel 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo Dinamização do património, da cultura e das artes 7.4. Ribeira Grande Distingue-se Valorização dos recursos naturais e endógenos na diferenciação e promoção territorial do concelho da Ribeira Grande	8.1. Laboratório para a cidadania Criação de programa de estímulo ao desenvolvimento e participação cívica 8.2. Ribeira Grande Parceira Desenvolvimento e implementação de uma estratégia para novas parcerias 8.3. Ribeira Grande informada Criação de plataforma de divulgação de apoios, projetos e parcerias

3.4. Modelo territorial

A Estratégia definida e o conjunto de projetos estruturantes que constituem a sua vertente operacional, tem presente a Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Concelho, uma dimensão relevante a ter em conta, reforçada pelo facto do PDM da Ribeira Grande se encontrar presentemente em revisão e, nesta medida, existir um referencial estratégico de desenvolvimento territorial que é considerado na definição do presente Plano Estratégico.

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial sintetiza-se num modelo territorial que traduz, de uma forma esquemática, os elementos base reveladores das características e dos valores intrínsecos do território, bem como as principais opções estratégicas de base territorial, tendo presente a perspetiva de valorização de todo o potencial humano, económico, biofísico, paisagístico e cultural aqui presente, de forma a afirmar a Ribeira Grande como um território coeso, sustentável e atrativo, que reforça a sua posição na Região.

Neste modelo territorial (Figura 19), assumem destaque as seguintes opções:

- **Valorização dos recursos naturais e a biodiversidade**, preservando e fortalecendo as áreas fundamentais para a conservação da biodiversidade.

Esta opção foca-se em iniciativas de valorização das **áreas de conectividade ecológica**, áreas fundamentais para a conservação da biodiversidade, compostas por áreas e elementos de particular sensibilidade ambiental e paisagística e por áreas de risco (e.g. áreas da reserva ecológica nacional, florestas de proteção, áreas classificadas, geomonumentos, rede hidrográfica); a que se associam as **paisagens culturais**, com um conjunto de espaços e valores a potenciar, como os laranjais de Rabo de Peixe, as plantações de chá de Porto Formoso e da Gorreana e as Caldeiras. Pretende-se, desta forma, para além de salvaguardar a biodiversidade, os valores paisagísticos e a ocupação das áreas de risco, aproveitar todo o potencial ambiental e paisagístico deste território como fator de produção de riqueza, conciliando-o com formas e usos sustentáveis de utilização do território e com as atividades de turismo e lazer, que assumem particular relevo no desenvolvimento da economia local.

- **Valorização do potencial endógeno**, intervindo e dinamizando os locais preferenciais para a exploração dos recursos naturais.

Esta opção centra-se na gestão sustentável dos recursos nas **áreas preferências para a produção agroflorestal**, que integra as áreas de reserva agrícola regional e os povoamentos florestais do Concelho; reforço das atividades agropecuárias centralizadas na segunda maior **bacia leiteira** da Região, polarizando o setor nascente do Concelho; formalização da **áreas de gestão de massas minerais**, enquanto mecanismo de

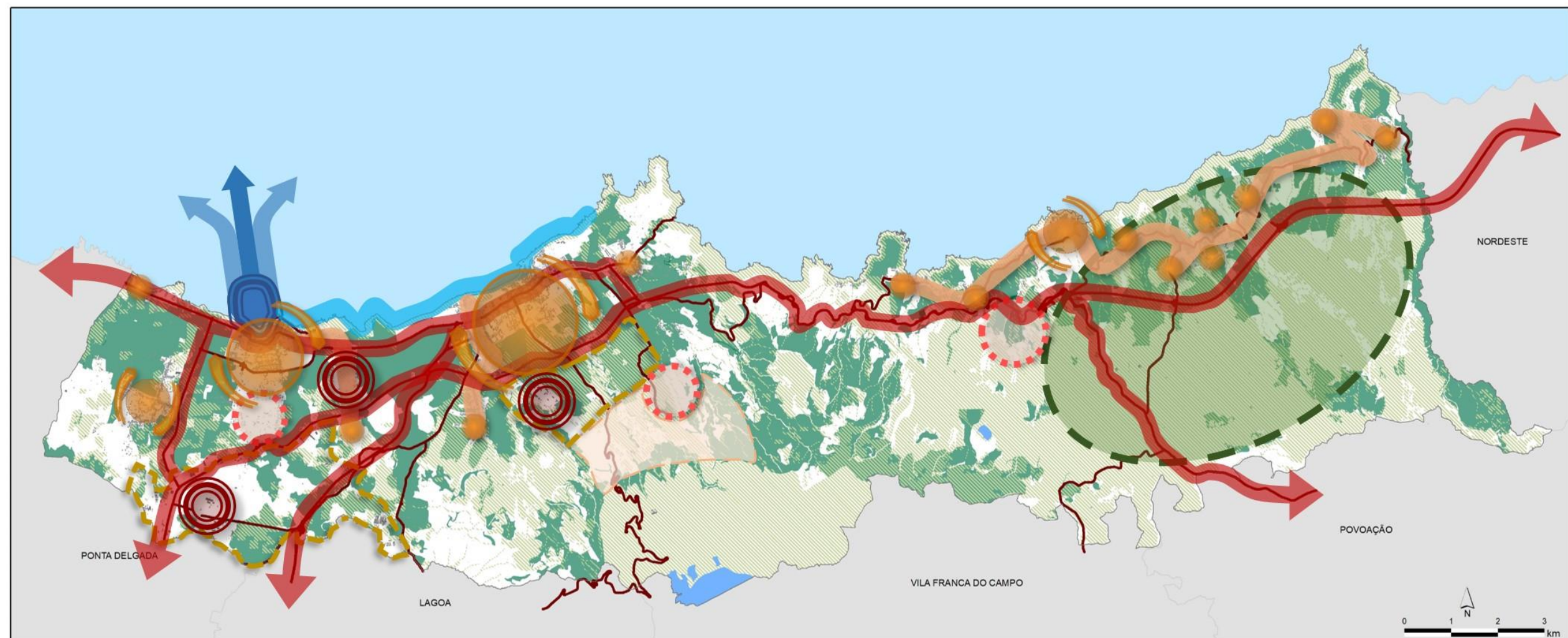
mitigação dos conflitos gerados pela exploração de um importante recurso local e que se concentra nessas áreas; a **valorização dos recursos geológicos**, através da formalização de um centro de investigação e interpretação deste importante recurso; e, a afirmação do **Mar dos Açores**, enquanto importante recurso local, ancorando-se as intervenções estratégicas no Porto de Pesca de Rabo de Peixe e comunidade envolvente, bem como na Praia da Viola, explorando, no setor nascente do Concelho, o potencial de uma nova zona para a prática do surf e de competições de ondas gigantes.

- **Promover a coesão territorial**, promovendo o fortalecimento dos sistemas urbanos, as suas funções e a qualificação dos seus núcleos populacionais.

A este propósito importa salientar o impacto desta opção nas **dinâmicas de polarização e coesão**, através de ações de qualificação urbana, de introdução de novas funções valorizadoras e de dotação de equipamentos e serviços, a verificar na **cidade da Ribeira Grande**, enquanto núcleo principal, na **vila de Rabo de Peixe**, enquanto núcleo estruturante, bem como na **Maia e no Pico da Pedra**, enquanto aglomerados complementares. Para além destes, existe um conjunto de aglomerados secundários, com funções de suporte às atividades socioeconómicas, que se encontram na dependência funcional dos núcleos superiores e cujas **relações intraconcelhias** importa reforçar. Esta dimensão é particularmente relevante no setor nascente do Concelho, sendo a valorização deste subsistema, mais periférico face às principais dinâmicas urbanas e funcionais e de menor densidade populacional, fundamental para a coesão territorial no Concelho. A intervenção de **valorização da Frente de Mar urbana**, enquanto elemento de atração e de estruturação da ocupação urbana nesta faixa, é igualmente fundamental para garantir o equilíbrio funcional e ambiental na ligação entre a Ribeira Grande e Rabo de Peixe.

- **Reforçar a competitividade**, dotando o Concelho de estruturas de acolhimento empresarial e aplicando uma política económica de valorização dos produtos locais.

A este propósito importa referir o seu impacto na dinamização e valorização das infraestruturas e áreas de acolhimento empresarial existentes, promovendo o **investimento na economia do conhecimento**, com a instalação e promoção de novos centros de competências na Zona Industrial da Ribeira Grande e na Associação Agrícola de São Miguel, e nas **áreas de produção industrial**, com a valorização e gestão da Zona Industrial da Lomba do Cavalo. O Porto de Rabo de Peixe, bem como o cluster industrial associado às pescas localizado na sua envolvente, pela sua vocação e importância para a economia local, também será alvo de um conjunto de intervenções que reforcem o **investimento na economia do mar**. Por fim, e enquanto elemento de suporte à competitividade do Concelho, destacar o papel da SCUT no suporte das **conexões e ligações externas** e na estruturação das ligações internas, o que permite uma fácil e rápida articulação aos vários municípios de São Miguel.



LEGENDA

Valorizar os recursos naturais e potencial endógeno

Áreas fundamentais para a conservação da biodiversidade

- Áreas de conectividade ecológica
- Paisagens culturais de elevado valor patrimonial
- Lagoas e linhas de água

Áreas preferenciais para a exploração de recursos naturais

- Áreas estruturantes de produção agroflorestal
- Polo de dinamização da bacia leiteira da Ribeira Grande
- Áreas de gestão de massas minerais
- Espaço de valorização dos recursos geológicos
- Valorização das atividades de exploração dos recursos do Mar dos Açores

Reforçar a coesão territorial e competitividade

Intervenções estruturais para valorização dos núcleos urbanos

- Principal
Estruturante
Complementar
Secundário
- Dinâmicas de polarização e coesão urbana
- Reforço das ligações intra-concelhias
- Intervenção na Frente de Mar urbana

Reforço da competitividade e das ligações externas

- Investimento na economia do conhecimento e nas áreas de produção industrial
- Investimento na economia do mar
- Potenciar as conexões e ligações externas

Figura 19. Definição do Modelo territorial do concelho da Ribeira Grande
Fonte: SPI (2021)



4. Plano de Ação



4. Plano de Ação

A implementação dos projetos estruturantes permitirá gerar e impulsionar as dinâmicas de desenvolvimento local, dando corpo às ações e iniciativas que visam a concretização dos objetivos estratégicos assumidos para a Ribeira Grande no horizonte de 2030. De salientar que a articulação entre os diferentes projetos é expectável e contribui, direta ou indiretamente, para os diferentes eixos de intervenção que, no seu conjunto, suportam a visão de futuro.

Os projetos estruturantes e o conjunto de ações e iniciativas que aqui se identificam devem ser objeto do necessário desenvolvimento, nas suas diferentes vertentes e componentes, nomeadamente em termos programáticos, envolvimento de parceiros, requisitos de execução e adequação aos instrumentos operacionais de financiamento, de forma a se criarem as condições necessárias para que possam ser concretizados com sucesso e dentro do calendário estabelecido para o efeito.

O presente capítulo apresenta, em fichas próprias, os 8 projetos estruturantes (PE), que integram um total de **31 ações integradas (AI)** – que configuram abordagens integradas nos domínios de intervenção em que se focam –, assim como um planeamento físico previsional para a sua implementação e um programa indicativo de investimento e financiamento.

4.1. Fichas dos projetos estruturantes e ações integradas

Para cada projeto estruturante é apresentada uma ficha-síntese, que inclui:

- Identificação do projeto;
- Objetivos gerais associados;
- Breve descrição do projeto;
- Identificação das ações prioritárias;
- Avaliação do impacto nos diferentes eixos de intervenção;
- Estimativa preliminar de investimento e natureza do mesmo; e,
- Cronograma previsional.

Cada uma das ações é igualmente apresentada com maior detalhe numa ficha, estruturada da seguinte forma:

- Identificação do promotor e possíveis entidades parceiras;
- Identificação das potenciais fontes de financiamento;
- Estimativa de investimento;
- Identificação das ações com relação de interdependência e complementaridade.

PE1. RIBEIRA GRANDE INCLUI

Inclusão social, habitação e correção de desigualdades



Objetivos específicos:

- Promover o acesso a habitação condigna a todas as famílias em carência habitacional e financeira.
- Garantir a igualdade de oportunidades no acesso à saúde e bem-estar, à educação, ao trabalho, à cultura e à informação, promovendo a inclusão social.
- Criar mecanismos de fomento à inclusão nas comunidades desfavorecidas através de iniciativas de inovação social.

Impacto nos eixos prioritários



Descrição:

No concelho da Ribeira Grande assiste-se à presença de uma realidade diversificada e complexa em termos sociais e económicos, observando-se focos de exclusão social, de desigualdade e de desequilíbrios que merecem uma resposta forte. Esta é uma realidade acentuada pela pandemia da COVID-19, que provocou uma das maiores crises sociais e económicas até à data, a uma escala global e com repercussões locais. Este projeto estruturante foca-se nas pessoas e na melhoria das condições de vida da população mais desfavorecida, procurando reforçar a resposta promovida pelo Município, através de ações de inclusão social e de combate às desigualdades e fatores de exclusão, apoios à habitação pública, beneficiação e dinamização de equipamentos e serviços dirigidos à população mais vulnerável.

Neste âmbito deverá ser apoiado o acesso a uma habitação condigna por parte dos agregados populacionais mais desfavorecidos, operacionalizando a Estratégia Local de Habitação da Ribeira Grande, que concorre para a resolução dos problemas habitacionais no âmbito do

Programa 1.º Direito e promove ações de reabilitação, construção e realojamento no parque habitacional público e no privado.

Os níveis de qualificação da população deverão ser trabalhados de forma a promover o seu incremento, sendo incentivado o acesso ao ensino e aprendizagem ao longo da vida, fomentando o acesso à cultura e informação, procurando elevar os níveis de literacia e gerando uma maior massa crítica no Concelho.

Este projeto estruturante integra ainda uma ação focada na promoção do bem-estar individual, na melhoria do acesso aos cuidados de saúde e na adoção de hábitos de vida saudáveis, procurando sensibilizar a população, nas diferentes faixas etárias, para os benefícios de uma vida ativa e capacitando o concelho com as infraestruturas e os espaços necessários para o desenvolvimento de atividades de lazer que promovam a saúde.

Por fim, este projeto procura ainda no seu âmbito promover o reforço e a beneficiação dos equipamentos sociais do concelho com vocação para respostas inovadoras aos grupos mais vulneráveis e com necessidades especiais, bem como a criação de iniciativas socialmente inovadoras, que promovam a integração social através da concretização de projetos de inovação e empreendedorismo social com impacto e com soluções diferenciadas às necessidades específicas das várias comunidades.

Ações integradas:

AI 1.1. + Habitação | Reforço e reabilitação do parque habitacional dirigido à população desfavorecida

AI 1.2. Promoção qualificada | Combate ao abandono e insucesso escolar e fomento da literacia e da aprendizagem ao longo da vida

AI 1.3. Ribeira Grande saudável | Promoção do bem-estar e da inclusão social, da saúde e da vida ativa

AI 1.4. + Equipamentos | Reforço da capacidade instalada na ótica dos equipamentos sociais de nova geração

AI 1.5. Programa Filho de Peixe | Criação de projeto de inovação social direcionado para as comunidades desfavorecidas

Indicadores:

- População residente em risco de pobreza ou exclusão social por sexo e grupo etário;
 - Proporção de população residente em áreas urbanas que vive em alojamentos não clássicos ou em alojamentos com falta de condições de habitação;
 - Número de fogos de habitação social de âmbito local reabilitados;
 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa;
-

-
- Proporção da população que vive em agregados com sobrecarga das despesas familiares em saúde relativamente ao total das despesas familiares ou do rendimento familiar;
 - Índice de longevidade - pessoas com 75 ou mais anos por 100 idosos;
 - Taxa de participação de jovens e adultos em educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo;
 - Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem;

Número de crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos.

AI 1.1. + Habitação | Reforço e reabilitação do parque habitacional dirigido à população mais desfavorecida

A Estratégia Local de Habitação (ELH) da Ribeira Grande, elaborada em 2020, identificou 502 agregados habitacionais residentes em fogos sem as condições mínimas de habitabilidade e que, por não possuírem meios próprios para aceder a uma habitação condigna, carecem de uma resposta adequada. A estratégia desenhada focou-se especialmente na resolução das situações de carência habitacional identificadas no âmbito do Programa 1.º Direito, procurando promover a inclusão social e territorial das comunidades mais desfavorecidas, numa perspetiva de valorização do parque habitacional e de requalificação e revitalização do território.

Assim, considerando o estabelecido na ELH da Ribeira Grande, no quadro da presente ação integrada deverão ser desenvolvidas e implementadas as seguintes medidas:

- Beneficiar as condições do parque habitacional de âmbito local, tendo como foco a reabilitação/adequação do parque habitacional público;
- Beneficiar as condições do parque habitacional regional, visando a articulação com a Direção Regional da Habitação para a reabilitação e beneficiação dos fogos que são propriedade daquela entidade;
- Construir nova habitação municipal para arrendamento apoiado, especialmente direcionada para as famílias em risco de exclusão;
- Reabilitar habitações devolutas para arrendamento apoiado, dirigidas a famílias em risco de exclusão e/ou com necessidade de acesso a uma habitação social;
- Criar uma rede de espaços multifuncionais de utilização coletiva, reabilitando e refuncionalizando prédios ou frações destinadas a equipamentos complementares de apoio social para o desenvolvimento de competências individuais e sociais da população mais desfavorecida.
- Reabilitar ou adequar o parque habitacional privado sem condições dignas de habitabilidade, apoiando os proprietários que não possuem condições financeiras para, por si só, manter as suas habitações.
- Reforçar o acesso a uma casa própria condigna, apoiando a autopromoção em famílias com maior estabilidade laboral.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande; Direção Regional da Habitação; Particulares.	Potenciais parceiros: Juntas de Freguesia; Sociedade para o Desenvolvimento da Ribeira Grande; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Entidades do 3.º setor; Privados.
---	---

Potenciais fontes de financiamento: Plano de Recuperação e Resiliência; Programa 1.º Direito (IHRU); Orçamento regional; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 48 milhões de euros
---	---

Articulação com outras ações integradas:

AI 1.2. População qualificada;
AI 1.3. Ribeira Grande saudável;
AI 1.4. + Equipamentos;
AI 1.5. Programa Filho de Peixe;
AI 4.4. Sociedade digital;
AI 6.1. Território renovado;
AI 8.1. Laboratório para a cidadania.

AI 1.2. População qualificada | Combate ao abandono e insucesso escolar e fomento da literacia e da aprendizagem ao longo da vida

As mudanças e exigências sociais que se têm assistido nos últimos anos, decorrentes da globalização e de um mundo cada vez mais competitivo, acentuam e tornam mais visíveis as desigualdades sociais, entre várias vertentes, no acesso à aprendizagem e à informação e no consumo de cultura.

No concelho da Ribeira Grande são evidentes as vulnerabilidades sociais associadas a situações de risco de pobreza, sendo um concelho com taxa de analfabetismo expressiva e elevadas taxas de retenção e desistência no ensino básico, que se traduzem em baixas qualificações e baixos rendimentos. Em Portugal, a falta de investimento, a fraca aposta na educação e o baixo poder de compra são os principais responsáveis pelo baixo consumo de cultura.

Neste sentido, por forma a combater os problemas estruturais mencionados, acompanhar os avanços a que se assiste na sociedade e garantir o acesso democrático à cultura e à informação, entende-se que deverão ser desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Promover técnicas de aprendizagem facilitadoras, o desenvolvimento vocacional e a reorientação do percurso escolar e profissional, num processo de autodescoberta que requer o envolvimento do agrupamento de escolas e dos encarregados de educação;
- Realizar jornadas e *workshops* dedicados aos domínios das ciências, da tecnologia e da engenharia, e direcionados para as camadas mais jovens, procurando atribuir prémios aos seus participantes;
- Fomentar a aprendizagem ao longo da vida, através da realização de formações direcionadas para a cidadania, literacia, competências multilingues, matemáticas, nos domínios das ciências, da tecnologia e da engenharia e empreendedorismo;
- Realizar campanhas de valorização de leitura e da escrita criativa, direcionadas a qualquer faixa etária, procurando atribuir prémios aos seus participantes;
- Realizar jornadas e *workshops* direcionados para a prática da leitura, escrita e teatro, abertas a toda a comunidade;
- Desenvolver projetos de escrita criativa, de leitura e de acesso equitativo à cultura e à informação, como uma biblioteca itinerante, a leitura ao domicílio ou no bairro, para diversos públicos alvo prioritários (bairros sociais e comunidades desfavorecidas), pessoas em risco de exclusão, pessoas idosas e pessoas portadores de deficiência, não descurando o acesso às novas tecnologias de informação e o processo de transição digital.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Direção Regional da Educação; Direção Regional da Cultura; Agrupamento de

	Escolas; Escola Profissional da Ribeira Grande; Associações locais.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Plano de Recuperação e Resiliência; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 1 milhão de euros
Articulação com outras ações integradas: AI 1.1. + Habitação AI 1.2. População qualificada AI 1.4. + Equipamentos AI 1.5. Programa Filho de Peixe AI 4.4. Sociedade digital AI 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo	

AI 1.3. Ribeira Grande saudável | Promoção do bem-estar e da inclusão social, da saúde e da vida ativa

Esta ação visa a promoção do bem-estar, da saúde e de uma vida ativa, combatendo a prevalência de uma reduzida atividade física, da mortalidade prematura a ela associada e a incidência de determinadas doenças. Esta ação deve, igualmente, promover a inclusão social da população mais vulnerável, através da prática de estilos de vida saudáveis. Trata-se de uma ação centrada fundamentalmente no terreno, procurando adotar uma estratégia *bottom-up* apoiada pelo Gabinete de Saúde Pública da Autarquia, que poderá contemplar:

- Elaboração e implementação de uma Estratégia Local de Combate às Dependências;
- Realização de eventos abertos à comunidade que promovam a atividade física, uma alimentação saudável e a saúde mental;
- Criação de um Gabinete Municipal de Apoio Psicológico para apoio na saúde mental e acompanhamento de famílias vulneráveis com problemas estruturais e de exclusão;
- Promoção do acesso equitativo a hábitos de vida saudável e o desporto como modo de inclusão junto das comunidades mais vulneráveis e desfavorecidas;
- Aumento da oferta de equipamentos e espaços para a prática regular de desporto, em linha com o conceito de *health urban planning* articulando com os projetos estruturantes PE5. Ribeira Grande Mais Verde e PE6. Ribeira Grande Atrai.
- Promoção a diversificação da prática desportiva para a competição.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Direção Regional da Saúde; Instituto da Segurança Social dos Açores; Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande; Centro de Saúde da Ribeira Grande; Agrupamento de Escolas; Associações locais; Ginásios locais; Clubes e associações desportivas.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Banco Português de Fomento; Orçamento Regional; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 1 milhão de euros

Articulação com outras ações integradas:

AI 5.1. Cidade verde
 AI 5.5. Melhor Mobilidade
 AI 6.1. Território renovado
 AI 6.2. Cidade Mar

AI 1.4. + Equipamentos | Reforço da capacidade instalada na ótica dos equipamentos sociais de nova geração

Atualmente, o Município é detentor de uma rede de equipamentos diversificada e, no geral, qualificada. No entanto, no que respeita aos equipamentos sociais, entende-se ser necessário o reforço da capacidade de resposta atual (quer da rede de equipamentos sociais existentes, quer dos recursos humanos disponíveis) e reabilitação e/ou adequação e refuncionalização de recursos e equipamentos, incluindo a eficiência energética dos edifícios, a renovação do parque automóvel face às necessidades dos seus utentes, não esquecendo o atual contexto sanitário que se atravessa.

Assim, no âmbito da presente medida, deverão ser tomadas as seguintes iniciativas:

- Reforço e beneficiação da rede de equipamentos sociais do concelho vocacionados para o apoio às crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou outras condições específicas e vulnerabilidades;
- Promover a requalificação e transição energética dos equipamentos, aumentando a sua sustentabilidade e funcionalidade face a crises sanitárias;
- Criar uma incubadora social destinada a iniciativas inovadoras de empreendedorismo social, que promovam o contato intergeracional, e inclusão social e a resolução de problemas da comunidade;
- Reforço do transporte e renovação do parque automóvel alocado às iniciativas e atividades de índole social, garantindo maior sustentabilidade ambiental e conforto para os utentes, de acordo com as suas necessidades específicas.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Governo Regional dos Açores; Instituições Particulares de Solidariedade Social
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Plano de Recuperação e Resiliência; Orçamento Municipal.	Estimativa de investimento: Até 1 milhão de euros

Articulação com outras ações integradas:

AI 1.1. + Habitação
AI 1.2. Ribeira Grande saudável
AI 1.5. Programa Filho de Peixe
AI 4.5. Sociedade Digital

AI 1.5. Programa Filho de Peixe | Criação de projeto de inovação social direcionado para as comunidades desfavorecidas

Os problemas socioeconómicos ocorrentes no concelho da Ribeira Grande são especialmente visíveis na freguesia de Rabo de Peixe. A forte ligação ao mar, que resulta numa grande intensa atividade piscatória, é condicionada pelas fortes correntes e relevo dos fundos, pela sazonalidade e baixas remunerações associadas, o que se agrava com intempéries e por situações excecionais, como a crise sanitária da pandemia da COVID-19.

A Autarquia tem desenvolvido esforços no combate aos problemas sociais existentes nesta comunidade, de forma a aproveitar as potencialidades desta, sendo exemplo recente as parcerias estabelecidas e o lançamento de projetos formativos para o desenvolvimento das capacidades de divulgação do património cultural, natural e social das comunidades piscatórias e costeiras, financiados pelo programa operacional Mar 2020.

No sentido de continuar a trabalhar ativamente com esta população, prevê-se:

- Eleger conselhos locais que sinalizem problemas e projetem soluções, procurando incutir responsabilidade, autonomia e participação ativa;
- Criar o orçamento participativo para a comunidade piscatória, com o envolvimento da comunidade e a concretização de ideias nos domínios das pescas e mar;
- Estimular a frequência dos jovens na escola, apoiando-os nos estudos e desenvolvendo técnicas de estudo autónomo;
- Formar no setor das pescas e mar, promovendo a troca de conhecimento entre comunidade piscatória e meio académico, em rede com a Escola do Mar dos Açores;
- Formar para a sustentabilidade dos recursos, para a inovação e tecnologia, a diversidade de espécies no mar dos Açores, comercializáveis e com potencial de valorização;
- Divulgar a arte de pesca tradicional através do turismo e a formação no setor, fomentando a atividade como alternativa ou em complemento à pesca, em parceria com a Escola Profissional da Ribeira Grande e com o Clube Naval de Rabo de Peixe;
- Criar um incentivo para os jovens com aproveitamento escolar, de forma a combater as elevadas taxas de retenção e abandono do ensino;
- Atribuir periodicamente um prémio à ideia mais inovadora para a resolução de problemas da comunidade local.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Instituto da Segurança Social dos Açores; Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências; Escola do Mar do Açores; Escola Profissional da Ribeira Grande; Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande; Clube Naval de Rabo de Peixe.

Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 250 mil euros
--	---

Articulação com outras ações integradas:

AI 1.1. + Habitação
AI 1.4. + Equipamentos;
AI 2.1. RG Empreendedora;
AI 2.2. RG *Skills*;
AI 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo

PE2. RIBEIRA GRANDE CAPACITA

Formação e valorização do capital humano



Objetivos específicos:

- Dinamizar o empreendedorismo e apoiar a criação de emprego próprio.
- Valorizar o capital humano e o conhecimento, promovendo a integração laboral.
- Criar condições para o ensino especializado nos setores económicos fundamentais.
- Aumentar os níveis de qualificação e especialização da mão de obra.

Impacto nos eixos prioritários



Descrição:

A valorização do capital humano, através da capacitação da população e da reconversão profissional, é essencial para o desenvolvimento do Concelho. Numa economia em constante mudança e num contexto territorial de baixas qualificações, o investimento na formação pessoal e profissional é fundamental para incrementar a competitividade, atrair investimento e dinamizar a economia local. Com o desígnio de transformar a Ribeira Grande num concelho mais resiliente, este projeto foca-se no desenvolvimento do capital humano e na criação de melhores condições para a integração laboral da população.

Este desígnio deverá ser alcançado, num primeiro ponto, com a promoção do empreendedorismo no Concelho, enquanto motor de desenvolvimento e inovação e à criação de emprego próprio e redução do desemprego, desenvolvendo uma estratégia local para o fomento do empreendedorismo e aproveitando as infraestruturas dedicadas para o efeito, gerando um novo ecossistema empreendedor.

Deverá também ser feita uma aposta na valorização individual e profissional, promovendo uma integração laboral de estabilidade e qualificada, pelo incentivo à formação avançada, pela

qualificação dos recursos humanos e pelo incentivo para a formação em setores basilares da economia local, como a agricultura, as pescas, a construção e o turismo.

Por fim, entende-se que o crescimento económico do Concelho e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos recursos humanos deverá passar pela emergência do setor do mar enquanto área fulcral para o desenvolvimento da Região, afigurando-se como oportuno o posicionamento dianteiro da Ribeira Grande nos aspetos ligados à economia do mar, através da elaboração e implementação de um Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar, em estreita articulação com a criação do futuro Cluster do Mar dos Açores.

Ações integradas:

AI 2.1. RG Empreendedora | Formação e capacitação para o fomento do empreendedorismo e criação de emprego próprio

AI 2.2. RG Skills | Promoção da qualificação de recursos humanos em domínios chave do território

AI 2.3. RG Mar | Criação e implementação do Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar

Indicadores:

- Taxa de retenção e desistência no ensino básico;
 - Número de formandos em ações de formação;
 - Número de ações de formação para o empreendedorismo;
 - Número de ações de formação/sensibilização nos setores estratégicos da economia local;
 - Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência;
 - Taxa de emprego de longa duração (variação);
 - Taxa de natalidade das empresas;
 - Taxa de desemprego (evolução).
-

AI 2.1. RG Empreendedora | Formação e capacitação para o fomento do empreendedorismo e criação de emprego próprio

O empreendedorismo pode assumir diversas formas, sendo entendido como um veículo para a resolução de problemas estruturais, contribuindo no desenvolvimento económico, valorização dos recursos humanos, subida dos rendimentos e poder de compra, redução da taxa de desemprego, combate às desigualdades, requalificação do território, promoção do turismo e dos produtos locais. É de realçar nos Açores o papel das aceleradoras, responsáveis pela promoção do arranque e amadurecimento das *start-ups*, pela formação e mentoria.

Com a presente ação o Município pretende estimular o espírito empreendedor no concelho da Ribeira Grande, direcionando-o para o desenvolvimento de projetos de inovação e desenvolvimento em domínios chave para o desenvolvimento do Concelho, tomando iniciativas como:

- Criar um Plano de Fomento do Empreendedorismo do concelho da Ribeira Grande;
- Promover ações de formação e workshops que permita a partilha de conhecimento e de exemplos empreendedores de sucesso;
- Promover o empreendedorismo feminino, com eventos direcionados para o público feminino, que permitam a partilha de exemplos de sucesso de mulheres empreendedoras;
- Divulgação do empreendedorismo das áreas STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática) para jovens com qualificação superior, bem como junto da comunidade escolar;
- Promover o empreendedorismo inclusivo, para apoio e mentoria aos desempregados e grupos vulneráveis, com a criação de oficinas de projetos, na orientação das vocações e no desenvolvimento de novas competências;
- Realizar eventos de desenvolvimento de ideias e de modelo de negócios inovadores – *Startup Weekend* Ribeira Grande – que junte investidores e mentores na criação de ideias, em sessões de mentoria e atribuição de prémios;
- Captar *business angels*, investidores privados e individuais que investem na fase de arranque das *start-ups* e prestam apoio de mentoria;

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Potenciais parceiros:

Aliança das Nações Europeias para o Empreendedorismo; Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores; Incubadora de Empresas de Base Local da Ribeira Grande; Câmara de Comércio e Indústria de Ponta

	Delgada; Associação Empresarial da Ribeira Grande.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 250 mil euros
Articulação com outras ações integradas: AI 1.2. População qualificada AI 1.5. Programa Filho de Peixe AI 2.2. RG <i>Skills</i> AI 3.2. AgroCenter AI 3.3. RG <i>Nest</i> AI 4.1. DIH Ribeira Grande AI 4.3. Economia digital	

AI 2.2. RG Skills | Promoção da qualificação de recursos humanos em domínios chave do território

O concelho da Ribeira Grande possui uma das taxas de desemprego mais elevadas da RAA, sendo o nível de qualificações da população baixo. É urgente tomar medidas que conduzam ao aumento da empregabilidade da população e que permitam a inserção no mercado de trabalho. Paralelamente, assiste-se na Europa à aposta na transição energética e digital, no qual resulta um novo quadro financeiro plurianual com forte preponderância nestas áreas.

A presente ação integrada tem como foco a aposta na qualificação de recursos humanos, em áreas chave do território, como a indústria, agropecuária, pescas e construção civil, direcionando-a para as vertentes de transição energética e digital. Assumindo um papel dinamizador, o Município deverá desenvolver as seguintes iniciativas:

- Auscultar o tecido empresarial para conhecer as necessidades emergentes das empresas e criar as condições para a promoção de novos cursos vocacionados para o mesmo;
- Renovar a oferta formativa adaptada às novas áreas emergentes, como a transição energética e a transição digital, com aplicação nas áreas chave do território;
- Criar redes de colaboração entre o ensino profissionalizante, o setor empresarial e a diáspora, fortalecendo a atual oferta formativa existente e potenciando a criação de emprego;
- Fortalecer parcerias entre o ensino profissionalizante e a Associação Agrícola de São Miguel e integrar valências da Associação Terra Verde, para a formação, inovação e investigação e ainda no incentivo pelo desenvolvimento de outras culturas agrícolas;
- Diligenciar esforços para a instalação de um polo da Escola do Mar dos Açores na vila de Rabo de Peixe, oferecendo uma oferta formativa técnica e profissional não superior ligadas aos setores marinho e marítimo;
- Promover a agilização de processos, nomeadamente ao nível do financiamento;
- Criar as condições para o acesso equitativo ao ensino profissionalizante a todos os residentes do Concelho, através de uma oferta de rede de transporte mais coesa e na disponibilização de materiais e equipamentos didáticos;
- Dinamizar o Portal do Emprego promovido pelo Município, de forma articulada entre recursos humanos e tecido empresarial.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Escola Profissional da Ribeira Grande; Associação Agrícola de São Miguel; Escola do Mar dos Açores; Associação dos

	Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores; Associação Empresarial da Ribeira Grande
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 500 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

AI. 1.2. População qualificada
 AI. 1.5. Programa Filho de Peixe
 AI. 2.1. RG Empreendedora
 AI. 3.2. AgroCenter
 AI. 3.3. RG Nest
 AI. 4.1. DIH Ribeira Grande
 AI. 4.3. Economia digital

AI 2.3. RG Mar | Criação e implementação do Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar

Num território em que o mar e as atividades ligadas ao setor das pescas, à indústria transformadora do pescado e ao *surf* assumem particular destaque, oferecendo igualmente boas condições para o desenvolvimento de atividades como a aquacultura, o recreio náutico, o mergulho, a pesca desportiva e as ligações marítimas lúdicas associadas aos serviços marítimo-turísticos, entende-se fundamental a criação de um plano de âmbito local com linhas orientadoras no apoio à economia do mar.

A criação e implementação deste plano deverá alinhar-se com o surgimento do Cluster do Mar dos Açores, fortalecendo a posição estratégica do concelho na temática da economia do mar e reforçando a ação do Município no processo de voltar a cidade e o concelho da Ribeira Grande para o mar.

A elaboração de um Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar deverá envolver os agentes locais e regionais de relevo na temática do mar, implicando a constituição de um grupo de ação local e o estabelecimento de parcerias externas de relevância. A CMRG terá um papel preponderante, ao definir prioridades de investimento para o Concelho em termos do desenvolvimento da economia do mar.

Na elaboração deste Plano, entende-se como fundamental uma abordagem às seguintes temáticas:

- Modernização do setor da indústria transformadora;
- Valorização dos profissionais e do pescado;
- Fomento das atividades de investigação e desenvolvimento, da exploração dos fundos oceânicos, da economia azul e a literacia dos oceanos;
- Reforço da posição geoestratégica dos Açores;
- Gestão do litoral, obras e infraestruturas;
- Adaptação às alterações climáticas e preservação dos oceanos e da sua biodiversidade.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Agentes locais/regionais; Associações empresariais; Cluster do Mar dos Açores
Potenciais fontes de financiamento: Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 500 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

AI.1.5. Programa Filho de Peixe	AI.4.3. Economia digital
AI.2.1. RG Empreendedora	AI.5.3. RG Adapta-se
AI.2.2. RG <i>Skills</i>	AI.6.3. Cidade Mar
AI.3.3. RG <i>Nest</i>	AI.7.4. Ribeira Grande Distingue-se
AI.4.1. DIH Ribeira Grande	AI.8.2. Ribeira Grande Parceira

PE3. RIBEIRA GRANDE COMPETE

Coesão territorial e apoio ao tecido empresarial



Objetivos específicos:

- Investir na beneficiação funcional das zonas industriais e de acolhimento empresarial.
- Promover o desenvolvimento das infraestruturas logísticas e de apoio à atividade económica.
- Apoiar o comércio e o tecido empresarial contrariando os efeitos da pandemia.
- Potenciar a inovação e o conhecimento nos processos produtivos nas atividades estruturantes.

Impacto nos eixos prioritários



Descrição:

O tecido empresarial e produtivo presente na Ribeira Grande é um elemento distintivo e essencial na dinamização da economia local. A tradição industrial ligada à transformação, a presença de quadros com experiência profissional, aos quais se alia a existência de produtos endógenos de qualidade e diferenciados, são uma alavanca para a afirmação deste território a nível regional.

A indústria local tem de acompanhar o crescimento e a inovação inerente aos diferentes setores de atividade para continuar a ser competitiva. É neste âmbito de atuação que o presente projeto pretende atuar, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do tecido empresarial através da requalificação das zonas industriais e de acolhimento empresarial, com o ordenamento e qualificação do espaço físico e das infraestruturas, melhoria da circulação e condições funcionais e beneficiação das condições de trabalho, de forma a atrair mais investimento para o Concelho.

À semelhança da Região, no concelho da Ribeira Grande assiste-se a uma predominância do setor agrícola. Neste sentido, deverão ser promovidos os esforços para a formalização de uma estrutura que permita o reforço da oferta formativa atualmente realizada (em via profissionalizante) e a realização de

atividades que sustentem a renovação e modernização do setor, através do desenvolvimento de projetos e atividades inovadoras, sustentáveis, de base científica e com recurso a quadros qualificados, em alinhamento com as áreas estratégicas da nova Política Agrícola Comum.

O concelho da Ribeira Grande deverá também afirmar-se em áreas e setores emergentes, sendo por isso desejável que se potenciem as condições para a criação e troca de conhecimentos e de valor, e para a prática de processos produtivos inovadores, nas áreas do mar, no turismo, na construção civil, nos recursos geológicos e na geotermia, tendo como mote a formalização da nova incubadora de empresas de base local do concelho e o aproveitamento de todos os seus recursos no apoio ao surgimento de novos empreendedores e ideias e produtos inovadores.

Ações integradas:

AI 3.1. Polos industriais e empresariais | Qualificação das áreas industriais e de acolhimento empresarial e criação de centro logístico da Ribeira Grande

AI 3.2. AgroCenter | Centro empresarial para a inovação e sustentabilidade no setor agrícola

AI 3.3. RG Nest | Dinamização de polo de inovação para valorização da produção e atividades locais

Indicadores:

- Valor acrescentado bruto (VAB) das empresas não financeiras;
 - Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada;
 - Número de empresas;
 - Número de protocolos de valorização dos produtos endógenos;
 - Proporção do emprego informal no emprego total, por sector e por sexo;
 - Área de superfície total intervencionada nas zonas industriais;
 - Superfície reservada a novas áreas de acolhimento empresarial.
-

AI 3.1. Polos industriais e empresariais | Qualificação das áreas industriais e de acolhimento empresarial e criação de centro logístico da Ribeira Grande

O concelho da Ribeira Grande tem uma forte presença de atividade industrial, alguma da qual localizada na zona industrial. Ainda assim, é possível encontrar diversos estabelecimentos industriais de forma dispersa pelo concelho, especialmente nas freguesias do setor poente, situação que descaracteriza o território e revela carência de organização para a espacialização do setor. Ao longo dos últimos anos o Município tem procurado requalificar algumas zonas industriais, nomeadamente o acesso ao parque industrial da Chã das Éguas e, recentemente, a requalificação da zona industrial da vila de Rabo de Peixe, junto ao quilómetro 8.

Tendo presente o setor industrial como um dos principais motores da economia do Concelho e o potencial da sua zona industrial no contexto de Ilha, importa dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos e apostar na requalificação e valorização das zonas industriais do Concelho, dotando-as de melhores condições de funcionalidade, de melhores níveis de qualificação urbana e paisagística e de um melhor enquadramento das suas envolventes.

Assim, no âmbito desta ação deverão ser desenvolvidas seguintes iniciativas:

- Proceder à requalificação física e funcional das zonas industriais do Concelho, promovendo o reordenamento dos espaços, melhores condições trabalho e de circulação e um melhor usufruto por parte trabalhadores e utilizadores;
- Vocacionar a Zona Industrial da cidade da Ribeira Grande para a localização de indústria e empresas especializadas no desenvolvimento de produtos e soluções inovadoras, de acordo com as áreas chave da economia local e com as áreas de especialização da Região.
- Garantir a beneficiação e eficiência dos espaços e infraestruturas das zonas industriais do Concelho, captando novos investidores e apoiando novas oportunidades de negócio;
- Promover a transição digital e energética das zonas industriais, promovendo a sustentabilidade e a modernização tecnológica das indústrias, empresas e serviços estabelecidos;
- Divulgar e potenciar as redes de contacto entre empresários e industriais da Ribeira Grande com outros da esfera regional, nacional e internacional, promovendo a exportação e parcerias inovadoras;
- Estudar a criação de um centro logístico (porto seco), que proporcione uma melhoria significativa das condições de operacionalidade das indústrias do Concelho, permitindo uma maior sustentabilidade, racionalidade de custos e atração de investimento.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores; Associação Empresarial da Ribeira Grande; e outros agentes económicos privados.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 2 milhões de euros
Articulação com outras ações integradas: AI. 5.5. Melhor mobilidade AI. 6.1. Território renovado AI. 6.3. Ribeira Grande + próxima AI: 8.2. Ribeira Grande Parceira	

AI 3.2. AgroCenter | Centro empresarial para a inovação e sustentabilidade no setor agrícola

A presente ação tem por objetivo a criação de um centro empresarial que promova um desenvolvimento inovador e sustentável do setor agrícola no concelho da Ribeira Grande. Com esta estrutura, o Município procurará proporcionar as condições para a captação de investimento para o Concelho e a concretização de novos negócios assentes, especialmente, em novas tecnologias e na modernização do setor.

Com a possibilidade de localização no parque de Santana, estabelecendo parcerias estratégicas com agentes locais, como a Associação Agrícola de São Miguel e a Associação Terra Verde, a concretização desta ação deverá englobar:

- Desenvolvimento de serviços de consultoria direcionados para o aconselhamento e apoio técnico e financeiro, assim como para o *marketing* e publicidade.
- Formação contínua dos produtores agrícolas em áreas chave para o desenvolvimento do setor;
- Desenvolvimento de projetos alinhados com as orientações estratégicas da nova Política Agrícola Comum (resiliência das explorações agrícolas, reforço da segurança alimentar, digitalização do setor, valorização do agricultor, adaptação às alterações climáticas, gestão sustentável dos recursos, proteção da biodiversidade e preservação dos serviços de ecossistemas, atração a jovens agricultores, incremento da produção biológica, bem estar animal e integração social das zonas rurais através da agricultura);
- Criação de redes de colaboração entre produtores locais e centros de investigação e universidade, para o desenvolvimento de I&D e integração de novos quadros com formação superior;
- Disponibilização de uma bolsa de terras que permitam o desenvolvimento e testes dos projetos;
- Articular, conjuntamente com a ação integrada 7.2 (Centro Interpretativo) a promoção das atividades agrícolas, traçando o rumo para o futuro e expondo o trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento do setor.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Rede Europeia de Desenvolvimento Rural;
Rede Rural Nacional; Universidade dos Açores; Associação Agrícola de São Miguel;
Associação Terra Verde

Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 500 mil euros
Articulação com outras ações integradas: Ação 2.2. RG <i>Skills</i> Ação 7.2. AgroSM Ação 8.2. Ribeira Grande Parceira	

AI 3.3. RG Nest | Dinamização de polo de inovação para valorização da produção e das atividades locais

Encontra-se atualmente em fase de execução a construção da incubadora de empresas de base local do concelho da Ribeira Grande, que tem como objetivo fomentar o empreendedorismo, a competitividade e a inovação, dinamizando o ecossistema empresarial, com vista à criação de emprego e o desenvolvimento da economia local. Esta infraestrutura irá contemplar espaços para incubação, salas multiusos para a realização de reuniões, formações e exposições, e ainda, espaços de *co-working*.

A formalização da incubadora deverá garantir as condições para a atividade empreendedora alinhada com as áreas de especialização inteligente previstas para os Açores, bem como aquelas que possuem maior expressão no concelho da Ribeira Grande. Deverão ser desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Elaboração da Estratégia Local de Desenvolvimento da Incubadora, que permita assegurar o seu pleno funcionamento e a elegibilidade para a sua integração na Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores (RIEA);
- Orientação para a instalação de empresas em início de atividade, com disponibilização de espaços e apoio de ideias de negócios com significativo valor acrescentado;
- Promover parcerias estratégicas junto de atores do sistema científico e tecnológico regional e outras entidades do ecossistema empreendedor a nível nacional e internacional;
- Apoiar o a criação e o crescimento de projetos inovadores que contribuam para o desenvolvimento local, económico e sustentável, em áreas temáticas com elevada expressão no Concelho, as pescas e o mar, a construção civil, a geotermia e o turismo;
- Garantir o alinhamento das atividades empresariais e empreendedoras com as áreas prioritárias e áreas transversais para a região, no âmbito da RIS3;
- Potenciar as condições para o trabalho temporário de nómadas digitais, potenciando a sua plena integração e privilegiando as parcerias e redes de contacto para benefício da capacitação dos empreendedores e empresas locais.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Rede Rural Nacional; OceanInvest; Bluetech Accelerator; Tourism Innovation Center; Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores

Potenciais fontes de financiamento:	Estimativa de investimento:
Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Portugal Ventures; Orçamento municipal	Até 250 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

AI. 2.2. RG *Skills*
 AI. 2.3. RG Mar
 AI. 3.2. AgroCenter
 AI. 4.3. Economia digital
 AI. 5.4. RG Circular
 AI. 6.4. Nomads.RG
 AI. 8.2. Ribeira Grande Parceira

PE4. RIBEIRA GRANDE DIGITAL

Modernização da infraestrutura tecnológica e transição digital



Objetivos específicos:

- Desenvolver as infraestruturas tecnológicas e apoiar a transição digital no Concelho.
- Melhorar a gestão integrada e eficiente do território e seus recursos.
- Promover a utilização dos canais digitais nos serviços público e na economia local.
- Preparar a sociedade civil para a os desafios do mundo digital e do acesso à informação.

Impacto nos eixos prioritários



Descrição:

Este projeto estruturante tem como principal objetivo a promoção de um Concelho moderno a nível tecnológico e digital, preparado para os desafios desta transição e capaz de aproveitar os recursos e as tecnologias emergentes ao serviço dos seus mais diversos domínios de atividade, tornando o território mais inteligente e competitivo. A modernização da infraestrutura tecnológica deverá ser um passo importante a ter conta, permitindo a desmaterialização e desburocratização de processos, desde toda a atividade económica à administração local.

Neste sentido, no âmbito do presente projeto pretende-se capacitar o concelho a nível local para as condições de apoio à transição digital das empresas, especialmente das PME, através da constituição de uma estrutura que promova a orientação técnica para a modernização de processos e para o investimento em tecnologias digitais enquanto o comércio e o tecido empresarial deverão ser capacitados dos recursos necessários promoção e concretização de negócios através das plataformas digitais.

Os serviços do Estado, nas suas diversas escalas, e naturalmente também a nível local, assumem um peso considerável no nível burocrático do sistema, pelo que deverão ser reforçados os meios para o acesso, consulta e resolução de processos pela via digital, numa realidade cada vez mais presente na vida dos munícipes em sequência da pandemia da COVID-19.

O processo de transição digital só ficará completo quando alargado a toda a sociedade civil, propondo-se dotar as diferentes faixas etárias do conhecimento e da devida preparação para a utilização dos meios digitais e das novas tecnologias, dotando a população com as ferramentas necessárias para o acesso a serviços, realização de compras e proteção face a ciberameaças.

Ações integradas:

AI 4.1. DIH Ribeira Grande | Criação de um *digital innovation hub* para apoio às empresas e organizações na transição digital

AI 4.2. Administração digital | Modernização e digitalização de infraestruturas e serviços públicos

AI 4.3. Economia digital | Programa de capacitação das empresas e do comércio local para a transição digital

AI 4.4. Sociedade digital | Programa de capacitação das pessoas para a transição digital

Indicadores:

- N.º de acessos/atendimentos nos canais digitais;
 - Evolução da rede de sensorização/comunicação;
 - Número de computadores por aluno nos estabelecimentos de ensino;
 - Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram internet;
 - Número de empresas aderentes às plataformas digitais;
 - Cobertura do processo de transição digital nos serviços públicos.
-

AI 4.1. DIH Ribeira Grande | Criação de um *digital innovation hub* para apoio às empresas e organizações na transição digital

Os *Digital Innovation Hub* (DIH), consistem em redes colaborativas que prestam apoio à transição digital no setor empresarial, tornando as empresas mais capazes de competir, melhorando os seus processos produtivos e serviços com a automatização e/ou a integração de tecnologias disruptivas.

Direcionados especialmente para as PME, apoiam a realização de testes e a experimentação de tecnologias, incutindo competências digitais e prestando aconselhamento e apoio no acesso a financiamento para a transição digital. Estes *hubs* procuram, ainda, fomentar a cooperação entre vários parceiros, como centros de investigação, universidades, centros de interface tecnológico, incubadoras, *clusters* de competitividade, associações empresariais, agências de desenvolvimento, entre outros atores do ecossistema de inovação nacional ou regional.

A implementação do DIH deverá surgir na incubadora de empresas de base local da Ribeira Grande, apoiando a transformação digital das empresas do Concelho e potenciando as sinergias com os novos modelos de negócio empreendedores que surjam naquela nova infraestrutura. Nesta estrutura poderão ser desenvolvidas iniciativas como:

- Apoio e aconselhamento de modelos de negócio para a transição digital;
- Apoio na elaboração de testes e de experimentação de tecnologia digital;
- Apoio na qualificação e formação de competências digitais;
- Apoio na procura de financiamento para o investimento em tecnologias digitais;
- Apoio no estabelecimento de parcerias e colaboração entre empresas e centros de investigação, universidades, centros de interface tecnológico, incubadoras, *clusters* de competitividade, associações empresariais, agências de desenvolvimento, entre outros.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Rede Nacional de Polos de Inovação Digital; Rede Nacional de Test Beds; Azores DIH; centros de interface; <i>clusters</i> de competitividade; laboratórios colaborativos.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 100 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

Al. 2.1. RG Empreendedora

Al. 3.3. RG *Nest*

Al. 4.3. Economia digital

Al. 8.2. Ribeira Grande Parceira

AI 4.2. Administração digital | Modernização e digitalização de infraestruturas e serviços públicos

Com a crescente importância das novas tecnologias na sociedade moderna e com os constrangimentos provocados pela pandemia da COVID-19, a administração pública reforçou os mecanismos de acesso a serviços através de balcões digitais, sendo exemplo o Município da Ribeira Grande que através da sua página institucional permite o acesso dos munícipes para a consulta de documentação diversa e notícias, apoios sociais, água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, comércio e urbanismo, entre outros.

A transição digital faz parte da nova agenda europeia, sendo uma das prioridades nacionais a digitalização da administração pública. Um setor público que investe em tecnologias de informação e comunicação, na modernização e inovação tecnológica, é um setor mais sólido, que aumenta a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Para isso é também elementar apostar na formação e valorização dos recursos humanos em matéria de tecnologias da informação e digitalização.

Com a presente ação, o Município tem como objetivo dar continuidade ao processo de digitalização dos seus serviços, procurando desenvolver um conjunto de iniciativas, como:

- Modernizar a infraestrutura tecnológica e promover a articulação de serviços entre diferentes plataformas;
- Investir na melhoria das tecnologias que visem a simplificação de procedimentos, desenvolvendo ferramentas que garantam a transparência, maturidade digital e cibersegurança;
- Capacitar e promover a inclusão digital dos seus recursos humanos, combatendo a iliteracia digital e garantindo-lhes um plano de qualificação;
- Desenvolver aplicação para prestação de serviços online;
- Implementar serviços de computação em nuvem, de acordo com a Estratégia *Cloud* para a Administração Pública em Portugal;
- Melhorar a divulgação e facilitação do acesso aos serviços públicos digitais da Autarquia juntos dos seus munícipes;
- Combater as desigualdades no acesso aos serviços digitais do Município, em articulação com a AI. 4.4. Sociedade digital.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Direção Regional da Ciência e Transição Digital; Juntas de freguesia.

Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Plano de Recuperação e Resiliência; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 500 mil euros
Articulação com outras ações integradas: AI. 4.4. Sociedade digital AI. 8.3. Ribeira Grande informada	

AI 4.3. Economia digital | Programa de capacitação das empresas e do comércio local para a transição digital

Com efeitos da globalização e as necessidades impostas pela pandemia da COVID-19, urge adotar mecanismos que contribuam para o aumento da produtividade, a criação de mais e melhor emprego e a redução de custos. A inteligência artificial, a tecnologia 5G, a computação em nuvem e a Internet das coisas (IoT) assumem um papel preponderante neste processo, sendo catalisadores da transformação empresarial e do cumprimento das metas de neutralidade carbônica de resposta às alterações climáticas.

Ao processo de transição digital das empresas está associada a qualificação dos seus recursos humanos. A digitalização assume ainda um importante papel na coesão territorial, contribuindo para o fortalecimento da economia, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

A presente ação visa ultrapassar os desafios inerentes à transição digital, reforçar a competitividade da economia e melhorar as cadeias de valor através da inovação e incorporação tecnológica. O Município poderá tomar as seguintes iniciativas:

- Promover o *know how* em tecnologias digitais e a cooperação entre empresas, comércio locais e cidades irmãs, universidades, centros de interface tecnológico, incubadoras, *clusters* de competitividade, associações empresariais e agências de desenvolvimento, em áreas chave como a assistência virtual, educação, gestão de riscos, agricultura, logística e transporte, comércio, entre outras;
 - Promover a divulgação da produção e do conhecimento do setor empresarial do Concelho, através de ferramentas digitais e apresentações em eventos internacionais;
 - Orientar para os sistemas de incentivo com aplicação na Região em matéria de capacitação empresarial para a competitividade, qualificação, inovação e internacionalização;
 - Apoiar na qualificação dos trabalhadores do setor empresarial, através da criação de instrumento de apoio municipal para a capacitação digital;
 - Estimular o desenvolvimento de uma plataforma *marketplace/e-commerce* dos tipos B2B e B2C que promova empresas, produtos locais e o Concelho no exterior, podendo ser também direcionada para o pequeno comércio (bairros comerciais digitais), tendo o consumidor local enquanto destinatário;
 - Capacitar e sensibilizar os comerciantes locais em matéria de transição digital, em ferramentas como o correio eletrónico, pesquisa online, serviços *homebanking* redes sociais, bem como para a cibersegurança.
 - Promover campanhas de *marketing* digital aplicadas ao comércio local.
-

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Associação Empresarial da Ribeira Grande; centros de investigação, universidades, centros de interface tecnológico, incubadoras, clusters de competitividade
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 250 mil euros
Articulação com outras ações integradas: AI. 4.1. DIH Ribeira Grande AI. 8.2. Ribeira Grande Parceira AI. 8.3. Ribeira Grande informada	

AI 4.4. Sociedade digital | Programa de capacitação das pessoas para a transição digital

À modernização da infraestrutura tecnológica e transição digital é indissociável da capacitação dos recursos humanos e a inclusão digital das pessoas para os desafios inerentes à digitalização. A capacitação digital da sociedade pode contribuir para o aumento da informação e da literacia, combate à pobreza e maior produtividade a nível laboral. Isto requiere a adoção de uma abordagem integrada e diferenciada para todas as faixas etárias e públicos.

A digitalização permite também desburocratizar o acesso a um conjunto alargado de serviços e suprimir necessidades diárias, sendo possível a conexão a outras pessoas, trabalhar remotamente, aceder a informação e fazer compras de forma segura, realizar operações bancárias e aceder a serviços do Estado, usufruir da cultura e potenciar a criatividade, entre outros.

A presente ação visa promover o conhecimento e a literacia digital da população ribeiragrandense, onde o Município deverá atuar com as seguintes iniciativas:

- Dinamizar a aprendizagem ao longo da vida e a capacitação e inclusão digital das pessoas, através da educação digital;
- Promover o ganho de competências digitais, direcionadas para a criação e gestão da conta de correio eletrónico, a capacidade de pesquisa online, a consulta e utilização de serviços digitais, o acesso ao ensino e formação pessoal, o acesso a serviços como *homebanking* ou o acesso a rede sociais
- Promover a formação de competências digitais da população, conjuntamente com entidades formativas certificadas, através de ciclos de aprendizagem curtos, em formato síncrono ou e-learning;
- Alertar para as questões da cibersegurança, sensibilizando a população para as ciberameaças, nomeadamente a pirataria informática, o *software* de sequestro (*software add-on*) e roubo de identidade.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Escola Profissional da Ribeira Grande; Associações locais.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 100 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

AI. 1.2. População qualificada

Al. 1.5. Programa Filho de Peixe
Al. 2.2. RG *Skills*
Al. 4.2. Administração digital
Al. 6.1. Território renovado
Al. 8.3. Ribeira Grande informada

PE5. RIBEIRA GRANDE MAIS VERDE

Qualidade ambiental e paisagística e transição climática



Objetivos específicos:

- Promover a qualificação e valorização ambiental, a biodiversidade e a sustentabilidade de recursos.
- Criar mecanismos e estratégias de adaptação às alterações climáticas e aos riscos.
- Potenciar a descarbonização das atividades e a eficiência energética dos edifícios.
- Promover o desenvolvimento do aproveitamento geotérmico no Concelho.
- Desenvolver a economia circular e incentivar a valorização de resíduos.

Impacto nos eixos prioritários



Descrição:

O património natural é uma das principais riquezas do concelho da Ribeira Grande. A sua conservação e uso sustentável traz benefícios para a dinamização das atividades turísticas, melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, exige ações de valorização e de proteção para assegurar a sua sustentabilidade.

Ao longos dos últimos anos, o Município da Ribeira Grande tem desenvolvido esforços para promover a valorização ambiental, dos recursos territoriais e a eficiência energética, com a criação de condições para a valorização de resíduos domésticos, com intervenções na criação e beneficiação das infraestruturas de saneamento básico, a elaboração do plano de mobilidade sustentável e criação da rede ciclável, a requalificação ambiental da orla costeira e a qualificação de zonas verdes, ou ainda a racionalização energética de edifício públicos. Importa, por isso, com o presente projeto, dar continuidade a esse trabalho, impulsionando um conjunto de medidas que possam ir ao encontro do roteiro do Pacto Ecológico Europeu, o

plano que define os investimentos necessários e os instrumentos disponíveis para apoiar uma transição justa e inclusiva.

O presente projeto estruturante prevê o reforço das áreas verdes urbanas da cidade da Ribeira Grande, especialmente com a criação do parque verde urbano do Monte Verde e estudando a possibilidade de reforço da estrutura verde urbana a outros locais da cidade e do concelho, articulando com a beneficiação das galerias ripícolas e proteção dos recursos hídricos nas principais linhas de água. Estas intervenções deverão naturalmente complementar e articular com as operações de construção e beneficiação da rede de saneamento básico do Concelho, um domínio onde se tem verificado um enorme esforço do Município, de forma a aumentar a taxa de cobertura de águas residuais e a eficiência dos sistemas.

O enfoque na promoção da transição climática e na sustentabilidade de recursos deverá passar também pela promoção de medidas de eficiência energética e de conforto térmico nas infraestruturas do setor público e no parque habitacional público e privado, alargando a ação recente do Município nesta matéria, bem como na adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas, que deverão estar devidamente enquadradas com uma estratégia local que identifique as principais vulnerabilidades do território e mobilize os atores relevantes para a implementação do plano.

O compromisso para uma transição climática procurará também corporizar mecanismos para a valorização de resíduos e para o incentivo à economia circular, procurando uma aproximação e cumprimento das metas europeias e nacionais nesta matéria com um conjunto de iniciativas junto da população local e com parcerias junto de associações e tecido empresarial local para a adoção de soluções para a gestão e circularidade de resíduos provenientes da atividade económica.

Por fim, o presente projeto estruturante integra ainda a componente da descarbonização dos transportes e da mobilidade, com uma ação focada em iniciativas que permitam devolver os espaços urbanos às pessoas, reforçar e promover a opção pelos modos suaves e pelos transportes elétricos e coletivos, em detrimento do transporte individual e motorizado, especialmente em viagens interurbanas e de curta duração.

Ações integradas:

AI 5.1. Cidade Verde | Reforço dos espaços verdes urbanos e valorização dos corredores ribeirinhos

AI 5.2. Edifícios e infraestruturas eficientes | Programa de incentivo à eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas municipais e na habitação

AI 5.3. RG Adapta-se | Criação de uma estratégia local adaptação às alterações climáticas

AI 5.4. RG Circular | Programa de promoção da economia circular e da valorização de resíduos

AI 5.5. Melhor Mobilidade | Programa de promoção da mobilidade sustentável

Indicadores:

- Emissão de CO₂ por unidade de valor acrescentado;
 - Número de candidaturas ao incentivo à eficiência energética do parque habitacional;
 - Intensidade energética da economia em energia primária;
 - Número de postos de carregamento rápido;
 - Número de utilizadores de bicicletas (evolução);
 - Qualidade da água para consumo humano (Água segura)
 - Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico (% da área total);
 - Proporção do fluxo de águas residuais domésticas e industriais tratada com segurança;
 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.);
 - Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%);
 - Despesas em ambiente dos municípios por habitante.
-

AI 5.1. Cidade verde | Reforço da oferta de espaços verdes urbanos e valorização dos corredores ribeirinhos

A cidade da Ribeira Grande é o principal centro urbano da vertente norte da ilha de São Miguel. Esta característica garante-lhe uma dinâmica populacional e de atividades económicas que devem ser valorizadas. Apesar dos investimentos efetuados na ótica da reabilitação urbana e dos espaços verdes urbanos do Concelho, algumas zonas do centro urbano encontram-se ainda desqualificadas e pouco atrativas, carecendo, igualmente, de um espaço urbano verde com dimensão e funcionalidades apropriadas ao uso recreativo. A estas dimensões, acresce ainda a dimensão das descargas de efluentes e das insuficiências ao nível da cobertura da rede de águas residuais, com consequências a nível sanitário, da qualidade ambiental e urbanística, que o Município tem procurado suprimir com intervenções para a beneficiação e alargamento dos sistemas de saneamento.

As áreas verdes no seio das cidades permitem combater a poluição, promover a biodiversidade e ainda minimizar os efeitos das ilhas de calor causados pela ausência de elementos naturais nestes meios. Para além destes efeitos, são também áreas promotoras de bem-estar físico e psicológico.

A presente ação tem como principais iniciativas a concretizar:

- Criar um parque verde na zona do Monte Verde, na cidade da Ribeira Grande, vocacionado para a promoção ambiental, para a prática do exercício físico, para o encontro entre gerações e realização de eventos.
- Estudar a criação de outras zonas verdes urbanas na cidade e no restante Concelho, nomeadamente no recinto da antiga Escola Gaspar Frutuoso, não descurando a requalificação e valorização ambiental e paisagística do troço ribeirinho adjacente;
- Promover a requalificação ambiental e paisagística da ribeira Grande e de outras linhas de água do Concelho, nomeadamente a ribeira Seca, a ribeira das Gramas e ribeira do Vilão;
- Alargar e reforçar a cobertura das redes de saneamento básico e águas residuais do Concelho, como a ligação do saneamento básico entre a cidade e Rabo de Peixe;
- Beneficiar e valorizar o trilho da ribeira Seca com criação de condições para a sua circulação, desde o núcleo urbano até à sua foz, na praia do Monte Verde.
- Valorizar a foz da ribeira Grande com a extensão do Jardim Paraíso até à nova Ponte do Atlântico.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; Universidade dos Açores; Associação Ecológica Amigos dos Açores.
---	--

Potenciais fontes de financiamento:	Estimativa de investimento:
Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Orçamento municipal	Até 5 milhões de euros

Articulação com outras ações integradas:

- Al. 1.3. Ribeira Grande saudável
- Al. 5.5. Melhor mobilidade
- Al. 6.1. Território renovado
- Al. 6.2. Cidade Mar
- Al. 6.3. Ribeira Grande + próxima

AI 5.2. Edifícios e infraestruturas eficientes | Programa de incentivo à eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas municipais e na habitação

O novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 procura orientar a política de coesão para uma Europa mais verde e descarbonizada, aplicando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na adaptação às alterações climáticas. É intenção do Município ir ao encontro destes objetivos no que respeita à transição energética e sustentabilidade ambiental, promovendo medidas de eficiência nos equipamentos e infraestruturas municipais e no parque habitacional, com iniciativas como:

- Apoio aos particulares para a renovação do parque habitacional privado, através da criação de um regulamento municipal de incentivo à adoção de boas práticas de transição energética e sustentabilidade ambiental;
- Definição de uma estratégia de eficiência energética local que potencie a redução da fatura energética do Concelho, prevendo a eficiência do património municipal, dos espaços públicos, dos transportes e da mobilidade suave, e o aproveitamento das energias renováveis.

Em consonância com o Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética, as ações a desenvolver nos setores público e privado deverão incidir nos seguintes elementos:

- Iluminação, melhorando os sistemas de iluminação interior e exterior com tecnologia LED;
- Força motriz, substituindo motores elétricos e eletrobombas em sistemas de captação e abastecimento de água das infraestruturas do Município;
- Calor industrial e águas quentes sanitárias, melhorando a operação e manutenção de caldeiras e sistemas de distribuição de água quente e instalando sistemas de recuperação de energia;
- Aquecimento, ventilação e ar condicionado, promovendo a climatização e ventilação por via da utilização de bombas de calor e instalação de sistemas AVAC;
- Equipamentos domésticos, sensibilizando a população para a substituição de arcas e frigoríficos por eletrodomésticos de classe energética superior;
- Fontes de energia renovável, promovendo a instalação de sistemas fotovoltaicos para produção de energia elétrica para autoconsumo;
- Água, promovendo a substituição de equipamentos para controlo e redução do caudal;
- Edificado, melhorando as condições de conforto dos ocupantes através de isolamento térmico, substituição dos vidros e caixilharias e a instalação de protetores solares.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Direção Regional da Energia; ERSARA; Eletricidade dos Açores SA; Proprietários.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Banco Português de Fomento; Orçamento municipal; privados	Estimativa de investimento: Até 1 milhão de euros
Articulação com outras ações integradas: Al. 1.1. + Habitação Al. 1.4. + Equipamentos Al. 5.3. RG Adapta-se Al. 6.1. Território Renovado	

AI 5.3. RG Adapta-se | Criação de uma estratégia local de adaptação às alterações climáticas

Reconhecendo a urgência da temática das alterações climáticas, e tendo presente que o Concelho se encontra exposto, segundo o PMEPCRG, a um conjunto de riscos naturais de grau elevado, pretende-se com esta ação elaborar a estratégia local de adaptação às alterações climáticas.

Em consonância com o Programa Regional para as Alterações Climáticas, na elaboração desta estratégia, o Município deverá adotar uma metodologia assente num processo de melhoria contínua, ajustando-a sempre que necessário e envolvendo diversos atores locais nos processos de decisão e de operacionalização.

A metodologia adotada deverá procurar preparar os trabalhos, identificar as vulnerabilidades, atuais e futuras, assim como identificar e avaliar as opções de adaptação, procurando integrar, monitorizar e rever, sempre que necessário, o plano de ação. Assim, esta ação deverá contemplar:

- Enquadramento da motivação para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas, por parte do Município;
- Definição dos objetivos da mesma e mobilização de uma equipa técnica responsável pela concretização dos trabalhos e pela delegação de funções;
- Identificação dos diferentes atores locais relevantes para o processo;
- Identificação das vulnerabilidades atuais, com caracterização da sua incidência espacial e temporal, potencial de gravidade e capacidade de adaptação.
- Projeção de cenários climáticos para a identificação de vulnerabilidades futuras, com a definição dos principais impactos/riscos climáticos associados e avaliação da evolução das vulnerabilidades atuais e futuras;
- Avaliação dos impactos da atividade antrópica e principais suscetibilidades da comunidade local e da atividade económica, decorrentes das alterações climáticas;
- Definição de estratégia de adaptação e de plano de ação para a sua implementação, compreendendo a participação dos diferentes atores locais;
- Definição de orientações para a integração de medidas de adaptação nos IGT;
- Modelo de governação e modelo de avaliação e monitorização da implementação da estratégia, prevendo revisões e ajustes sempre que necessário.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; Juntas de Freguesia; Agrupamento de Escolas; Associação Ecológica Amigos dos Açores; ARTAC.

Potenciais fontes de financiamento:	Estimativa de investimento:
Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Orçamento municipal	Até 100 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

- Al. 1.1. + Habitação
- Al. 2.3. RG Mar
- Al. 5.1. Cidade verde
- Al. 5.2. Edifícios e infraestruturas eficientes
- Al. 5.4. RG Circular
- Al. 5.5. Melhor mobilidade
- Al. 6.1. Território renovado
- Al. 6.3. Cidade Mar

AI 5.4. RG Circular | Programa de promoção da economia circular e da valorização de resíduos

A regulamentação europeia e nacional define metas exigentes em matéria de gestão de resíduos, em especial às autarquias, sendo importante ter presente a proibição do envio de resíduos para aterro a partir de 2026, a necessidade de aumentar as quantidades de resíduos de embalagem face ao peso total, a necessidade de reduzir a quantidade de resíduos urbanos produzidos por habitante, assim como da quantidade de resíduos alimentares produzidos nos restaurantes, supermercados e hipermercados.

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro permite aos municípios beneficiar de parte das receitas à taxa de gestão de resíduos para o apoio a investimentos no domínio dos resíduos e da economia circular. Para o cumprimento das principais metas, o Município poderá adotar medidas como:

- Sensibilizar a população para a importância da prevenção da produção de resíduos e a responsabilidade de cada um;
- Realizar recolha seletiva porta a porta, promovendo o contributo da população e atribuindo incentivos que se podem traduzir na taxa da gestão de resíduos;
- Promover projeto piloto de valorização de bio resíduos direcionados para a hotelaria e restauração, assente nos princípios da hierarquização de resíduos e que se traduza num retorno positivo para o produtor de resíduos.
- Desenvolver projeto junto de população desfavorecida, formando e trabalhando materiais suscetíveis de recuperação e/ou reutilização.
- Incentivar o desenvolvimento de ideias de negócio na área da economia circular, criando programa específico de apoio à implementação das mesmas e promovendo campanhas de sensibilização e informação sobre o processo de transição circular na Europa e sobre os apoios disponíveis.
- Estabelecer parcerias de fomento à investigação e desenvolvimento para o desenvolvimento de soluções para os resíduos em setores chave do concelho, como a construção (soluções para os resíduos de construção e demolição), agricultura (reutilização de água e recirculação de nutrientes, compostagem e soluções para plásticos de uso único), indústria (reutilização de produtos e conceção de produtos circulares), Pescas e indústria de transformação do pescado, (valorização dos resíduos resultantes da manipulação do pescado).

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; Associação da hotelaria, restauração e similares de Portugal;

	Universidades e centros tecnológicos e de I&D; Associações ambientais; Escolas
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Banco Português de Fomento; Fundo Ambiental; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 250 mil
Articulação com outras ações integradas: AI. 1.5. Programa Filho de Peixe AI. 3.3. RG Nest AI. 4.3. Economia digital AI. 8.2. Ribeira Grande Parceira AI. 8.3. Ribeira Grande informada	

AI 5.5. Melhor Mobilidade | Programa de promoção da mobilidade sustentável

O Plano de Mobilidade Sustentável da Ribeira Grande identificou um conjunto de constrangimentos ao desenvolvimento de condições que promovam a descarbonização e o recurso a modos suaves de transporte no Concelho, como o forte peso do automóvel nas deslocações e a existência de troços de via com perfis e geometrias que dificultam a convivência entre os meios motorizados e os modos suaves.

Contudo são de destacar alguns aspetos positivos que constituirão oportunidades a consolidar, como a localização central da cidade da Ribeira Grande e a facilidade de ligação aos restantes concelhos da ilha, a boa cobertura da rede viária, a localização central do terminal rodoviário, a criação da rede ciclável, a reabilitação do espaço público, os sistemas de acalmia de tráfego em algumas vias, entre outras.

A presente ação tem como desígnio a promoção das deslocações em modos mais sustentáveis, nomeadamente deslocações pedonais e cicláveis, bem como o transporte elétrico. Neste sentido, o Município poderá equacionar o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- Promover a beneficiação da rede pedonal (de modo articulado com a AI. 6.3.), assegurando a existência de percursos acessíveis e inclusivos nos centros urbanos;
- Estudar a extensão da rede ciclável para poente até à freguesia da Ribeirinha e para poente até às freguesias de Rabo de Peixe e Calhetas;
- Incentivar as deslocações pedonais e cicláveis nos percursos casa-escola e casa-trabalho;
- Reforçar o estacionamento de bicicletas, em articulação com o traçado da rede ciclável, incluindo equipamentos coletivos, interfaces de transporte público, zonas industriais/logísticas e as zonas centrais de aglomerados;
- Potenciar a utilização de sistemas *bikesharing*, incluindo bicicletas elétricas;
- Promover o transporte público elétrico na cidade, através do desenvolvimento de uma rede de minibus, em articulação com a AI. 6.3.;
- Implementar postos de carregamento de veículos elétricos nos principais aglomerados do Concelho, aproveitando, quando viável, o potencial geotérmico.
- Melhorar a eficácia da fiscalização do estacionamento ilegal/informal no espaço público.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia; Indústrias sediadas no Concelho; Operadores de transportes coletivos; Atlantic Bikes.

Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Banco Português de Fomento; Fundo Ambiental; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 3 milhões de euros
--	--

Articulação com outras ações integradas:

- Al. 5.1. Cidade verde
- Al. 5.3. Ribeira Grande + próxima
- Al. 6.2. Cidade Mar

PE6. RIBEIRA GRANDE ATRAI

Qualificação dos centros urbanos e melhoria das condições de atratividade à população



Objetivos específicos:

- Promover a qualificação física e funcional dos centros urbanos e reforçar a articulação e as relações urbano-rurais.
- Reforçar a qualificação e valorização da frente litoral.
- Garantir o acesso à habitação digna e a preços acessíveis, valorizando o parque habitacional.
- Atrair e fixar população jovem e qualificada.
- Garantir condições de acessibilidades a todos os núcleos através da rede viária do concelho.
- Criar condições para o estabelecimento de nómadas digitais no Concelho.

Impacto nos eixos prioritários

EP1	EP2	EP3	EP4	EP5
● ● ●	● ● ●	● ● ●	● ● ●	● ● ●

Descrição:

O presente projeto estruturante assume uma forte relação com os restantes, pela forma como se articula em torno de intervenções e domínios comuns. O desenvolvimento do Concelho como um todo deverá passar pela competitividade interna e pela coesão dos seus territórios, sendo importante explorar formas de aproveitar a heterogeneidade do território e fomentar a articulação das relações entre zonas de matriz marcadamente urbana e as zonas rurais e mais distantes da sede de Concelho.

A qualificação física e funcional do território deverá ser uma vertente a ter em consideração, de forma mais vincada na renovação dos centros urbanos e no processo de requalificação da

Frente Mar da cidade, dando sequência ao trabalho efetuado neste domínio até ao momento expandindo as iniciativas de qualificação urbanística a todos os quadrantes do Concelho.

Os desequilíbrios ao nível da ocupação populacional deverão ser trabalhados na ótica da sua correção, providenciando, com as ações propostas, as condições para a fixação de população nas freguesias menos populosas, criando uma oferta habitacional acessível e condições atrativas para os jovens, capacitando estas localidades para um desenvolvimento harmonioso, sustentado e em articulação com as zonas de maior massa crítica.

Para tal, além da necessária aposta nos meios de comunicação digital, é necessário pensar na reestruturação, requalificação e otimização de acessibilidades e transportes, oferecendo melhor conectividade para o uso pessoal e profissional e para as atividades económicas, bem como dar continuidade ao processo de requalificação urbanística e ambiental do território, favorecendo a qualidade de vida e o bem-estar de quem vive na Ribeira Grande e de quem a visita.

Por último, este projeto estruturante pretende contribuir para que a Ribeira Grande possa ser um novo destino de pessoas em novos conceitos e regimes de trabalho, como os nómadas digitais, que desenvolvem a sua atividade de forma remota em qualquer parte do mundo, desde que munidos de boas infraestruturas tecnológicas e boa ligação à internet, paralelamente enquanto disfrutam de todo o potencial natural, cultural e de atividades de lazer.

Ações integradas:

AI 6.1. Território renovado | Requalificação dos centros urbanos e da habitação degradada e apoio à fixação da população

AI 6.2. Cidade Mar | Requalificação da Frente de Mar - eixos Matriz/Monte Verde e Monte Verde/Bandejo - e valorização do litoral do concelho

AI 6.3. Ribeira Grande + próxima | Programa de requalificação e reestruturação da rede viária municipal, do estacionamento e da oferta de transporte coletivo

AI 6.4. Nomads.RG | Criação das condições logísticas para a instalação de nómadas digitais no concelho da Ribeira Grande

Indicadores:

- Superfície de espaço público requalificado;
 - Rácio entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento da população;
 - Saldo migratório;
 - Extensão de vias requalificadas;
 - Extensão de frente litoral requalificada.
-

AI 6.1. Território renovado | Requalificação dos centros urbanos e da habitação degradada e apoio à fixação de população

O Município da Ribeira Grande tem promovido diversas iniciativas de reabilitação urbana, com destaque para a delimitação das ARU e definição das operações de reabilitação urbana (ORU), visando a reabilitação física e funcional e a revitalização económica e social, a médio-longo prazo. O Município elaborou também o PIRUS da Ribeira Grande, cujo foco passou pela qualificação integrada dos espaços urbanos centrais e da frente marítima, com uma carteira de projetos que resultou em diversas intervenções já executadas.

A presente ação pretende afirmar a importância de continuar os trabalhos de reabilitação e revitalização urbana e alargar estes processos às restantes freguesias do Concelho, onde de observam índices elevados de envelhecimento e de degradação dos edifícios, associados a fenómenos de despovoamento e de envelhecimento populacional. Assim, de forma a reforçar a reabilitação física e a coesão socioterritorial, poderão ser desenvolvidas, de entre um amplo conjunto de iniciativas possíveis, as seguintes:

- Requalificação e beneficiação do espaço público, zonas verdes e vias municipais em todas as freguesias do Concelho, com enfoque nas mais periféricas e rurais;
- Reabilitação do quarteirão de serviços públicos da cidade da Ribeira Grande e Criação de novo espaço público na antiga zona da Feira do Gado;
- Requalificação dos largos do Rosário, de Santo André e de Gaspar Frutuoso;
- Requalificação do espaço público dos bairros da Praia, do Cabo da Vila, do Bandejo e de Santa Luzia;
- Valorização da Avenidas Marginal e Dr. Paulo José Gonçalves em Rabo de Peixe;
- Requalificação e valorização do Largo da Cruz, do jardim do Moinho e dos moinhos de água na Ribeirinha;
- Requalificação da Rua de N.S. das Vitórias/Rua da Igreja e da envolvente ao Centro Social e Paroquial de Santa Bárbara;
- Criar uma oferta de habitação pública para renda acessível e estimular a reabilitação do parque habitacional por via do investimento privado;
- Incentivo à natalidade com apoios à educação, saúde, alimentação e outras despesas correntes das famílias, prevendo majorações para quem se fixe nas freguesias mais periféricas;
- Melhoria da rede de transporte intraconcelhia, tornando-a mais adequada e atrativa, fomentando a proximidade aos serviços, centros de conhecimento e atividade económica.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações; Direção Regional da

	Habitação; IHRU; Juntas de Freguesia; privados
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Plano de Recuperação e Resiliência; IFFRU; Iniciativa Cidades Circulares; Orçamento municipal; Investimento Privado.	Estimativa de investimento: Até 8 milhões de euros
Articulação com outras ações integradas: Al. 1.1. + Habitação Al. 1.4. + Equipamentos Al. 5.1. Cidade verde Al. 5.2. Edifícios e infraestruturas eficientes Al. 5.5. Melhor mobilidade Al. 6.3. Ribeira Grande + próxima Al. 6.5. Nomads.RG	

AI 6.2. Cidade Mar | Requalificação da Frente de Mar - eixos Matriz/Monte Verde e Monte Verde/Bandejo - e valorização do litoral do concelho

A frente de mar da cidade da Ribeira Grande assume particular importância no processo de requalificação deste território, uma vez que ainda se concentram nesta zona focos de degradação e de desqualificação urbana, paisagística e ambiental.

O Município tem procurado voltar a cidade da Ribeira Grande para o mar, com intervenções realizadas ao longo da frente costeira, na valorização do espaço público e a crescente atividade turística com destaque para o surgimento de novos empreendimentos privados na rua do Estrela, assim como o aumento de atividades ao ar livre e de lazer.

A valorização desta faixa litoral traduz-se em impactos positivos a diversos níveis, como no desenvolvimento da economia, nas atividades de lazer e do turismo, na qualidade do ambiente urbano, na requalificação das zonas ribeirinhas e criação de zonas verdes, na atratividade da cidade da Ribeira Grande, na minimização dos fenómenos de erosão costeira e galgamentos costeiros, na melhoria dos espaços, elementos e equipamentos envolventes, na beneficiação da mobilidade suave e viária, na melhoria e valorização da praia do Monte Verde e espaço envolvente e ainda na garantia da segurança e condições mínimas de habitabilidade da população que outrora ali viveu.

Assim, a requalificação da Frente de Mar da cidade da Ribeira Grande, que tem decorrido por troços, deverá ter continuidade, acautelando iniciativas como as seguintes:

- Reabilitação urbana e ambiental dos troços Matriz-Monte Verde e Monte Verde-Bandejo;
- Integração e valorização de diversas estruturas e conjuntos arquitetónicos de cariz popular e militar, como os moinhos de água e as casamatas;
- Formalização da zona balnear da Praia do Monte Verde e criação de estruturas de apoio à atividade balnear e de lazer;
- Requalificação da foz da ribeira Grande e ribeira Seca, em complemento às intervenções de valorização das margens das linhas de água;
- Reabilitação pontual de troços mais desqualificados do Passeio Atlântico e beneficiação do Largo dos Cabouqueiros;
- Valorização da Avenida Marginal (nascente) e da Av. Dr. Paulo José Gonçalves (poente) em Rabo de Peixe.
- Requalificação da frente litoral da freguesia de Calhetas;

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Potenciais fontes de financiamento:	Estimativa de investimento:
Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Orçamento municipal	Até 10 milhões de euros
Articulação com outras ações integradas:	
AI. 5.1. Cidade verde	
AI. 5.5. Mobilidade sustentável	
AI. 6.1. Território renovado	

AI 6.3. Ribeira Grande + próxima | Programa de requalificação e reestruturação da rede viária municipal, do estacionamento e da oferta de transporte coletivo

O diagnóstico do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho identifica uma série de constrangimentos à reestruturação e ao desenvolvimento integrado da rede de transportes, como a utilização reduzida do transporte coletivo, trajetos extensos e muito demorados, monopólio do serviço de transporte público coletivo, frota pouco adaptada ao serviço em algumas zonas, estrutura tarifária complexa, horários desfasados das necessidades dos estudantes e trabalhadores, informação ao público deficitária ou inexistente, número reduzido de pontos de aquisição de títulos de transporte coletivo, entre outros. De salientar que estas lacunas podem traduzir-se, principalmente, nos territórios mais rurais e distantes do principal núcleo urbano, em fenómenos de exclusão social.

Neste sentido, em articulação com a AI. 5.5, a presente ação prevê as seguintes iniciativas:

- Requalificar as vias existentes no concelho e abrir novas ligações como a alternativa à Rua do Rosário (Rabo de Peixe), a alternativa à Rua de N.S. Vitórias (Santa Bárbara), e novos arruamentos no Pico da Pedra e na Maia;
- Requalificar e reestruturar a rede viária do Concelho adaptando às das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida;
- Reestruturar a oferta de transporte público coletivo de modo a tirar partido da melhoria das infraestruturas viárias da ilha;
- Introduzir transportes flexíveis para as zonas com baixa densidade de procura;
- Melhorar as condições de estadia das interfaces e paragens de transporte coletivo;
- Promover a acessibilidade para todos e a transição energética no transporte coletivo;
- Promover a digitalização do setor dos transportes;
- Promover o transporte coletivo entre a cidade da Ribeira Grande e as principais unidades industriais localizadas no Concelho, em colaboração com as mesmas.
- Criar novas bolsas de estacionamento em locais estratégicos;
- Criar tarifas flexíveis de estacionamento para diferentes locais da cidade;

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia; Operadores de transportes.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Banco Português de Fomento; Fundo Ambiental; Orçamento municipal.	Estimativa de investimento: Até 6 milhões de euros

Articulação com outras ações integradas:

Al. 3.1. Polos industriais e empresariais

Al. 4.4. Sociedade digital

Al. 5.5. Melhor mobilidade

Al. 6.1. Território renovado

AI 6.4. Nomads.RG | Criação das condições logísticas para a instalação de nómadas digitais no concelho da Ribeira Grande

O nomadismo digital tem vindo a crescer nos últimos anos, situação que se acentuou em consequência da atual crise pandémica e com a prática do teletrabalho, sendo cada vez mais uma modalidade procurada por empresas multinacionais e trabalhadores independentes.

Portugal está referenciado como um dos melhores destinos para os nómadas digitais, devido ao seu clima, qualidade de vida, o custo de vida e a emergente indústria tecnológica, velocidade da internet e acesso livre de *WiFi* nas cidades, a segurança, a inexistência de conflitos, a oferta de diversão e lazer, a qualidade dos espaços para trabalhar, entre outros.

O Concelho da Ribeira Grande tem características e particularidades que o tornam um território agradável de se viver, nomeadamente o clima ameno, o contato com a natureza e as paisagens únicas, a qualidade do ar, zonas balneares de excelência, inclusive para a prática do surf, o custo de vida baixo, a segurança, os locais (existentes e a criar) para trabalhar, a cobertura e velocidade de internet, entre outras. A presente ação tem como objetivo promover o nomadismo digital no concelho da Ribeira Grande, através de um conjunto de iniciativas, nomeadamente:

- A promoção da incubadora de empresas de base local como um local para os nómadas digitais, onde terão acesso a um espaço de trabalho apropriado e apoio que permita o fomento de parcerias;
- O desenvolvimento de campanhas que procurem promover o destino Ribeira Grande como local de trabalho de excelência ao nómada digital, recorrendo, igualmente, aos canais digitais atualmente existentes de promoção do Concelho, de partilha de informação e de orientações para quem pretende viajar para a Ribeira Grande;
- Constituição de uma equipa de apoio e aconselhamento nas questões logísticas e legais inerentes à prática nomadismo digital (*one-stop shop*), a localizar na incubadora de base local;
- Realização de encontro anual que proporcione o estabelecimento de redes de colaboração;
- Estabelecimento de uma rede de alojamentos locais destinados aos nómadas digitais.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Rede Nacional de Incubadoras; Direção Regional do Turismo; Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores; Associação de Alojamento Local dos Açores
Potenciais fontes de financiamento: Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 250 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

Al. 4.1. DIH Ribeira Grande

Al. 4.3. Economia digital

Al. 7.1. *Made in RG*

Al. 8.2. Ribeira Grande Parceira

PE7. RIBEIRA GRANDE COM VIDA

Promoção territorial e consolidação do turismo, da cultura e do lazer



Objetivos específicos:

- Fortalecer a identidade local, valorizar e promover a imagem da Ribeira Grande no exterior;
- Desenvolver o setor cultural e criativo;
- Potenciar as dinâmicas do turismo e do lazer, fruindo dos elementos naturais e valores endógenos.

Impacto nos eixos prioritários



Descrição:

Este projeto estruturante desenvolve-se em torno de diversas linhas de atuação complementares e visa potenciar as dinâmicas do turismo, da visitação e do lazer, fortalecendo a posição e a aposta destas enquanto áreas e setores emergentes e enriquecedores para a economia local. Neste capítulo, destaca-se o vasto património natural, paisagístico, cultural e arquitetónico, que tem vindo a ser valorizado pelo Município e integrado num conjunto de iniciativas que lhe dão visibilidade e que constituem um fator de produção de riqueza para o Concelho.

A recente crise no setor do turismo provocada pela pandemia da COVID-19 interrompeu abruptamente este caminho positivo que vinha sendo traçado e percorrido pelo Município, sendo por isso fundamental encontrar respostas que coloquem de novo estes fatores no caminho da sua valorização e rentabilização, tendo presente a marca da Ribeira Grande, como um território que promove a sustentabilidade ambiental e a valorização dos seus recursos endógenos mais distintos, dos seus valores e tradições culturais e do seu capital humano.

Será importante, desde logo, fortalecer a identidade local e a valorização da imagem da Ribeira Grande no exterior, através da criação de uma marca que saliente as características distintivas dos seus produtos, dos recursos naturais e patrimoniais, da cultura e das tradições locais.

O povo ribeiragrandense é, historicamente, um povo laborioso e com uma forte ocupação e tradição no setor agrícola, pelo que no âmbito deste projeto deverá ser promovida a criação de um centro vivo para a interpretação da agricultura de São Miguel, que promova roteiros pelo concelho e uma divulgação sólida das práticas e tradições antigas ao nível da agropecuária e das culturas agrícolas.

Em 2027 uma das capitais europeias da cultura estará sediada em Portugal e de entre o lote de candidatas está Ponta Delgada. Sendo esse o local que irá polarizar a candidatura, a mesma será, reconhecidamente, um momento de união em torno da cultura e das artes na Região, pelo que diversos municípios, entre eles a Ribeira Grande, já manifestaram o seu apoio e a intenção de receberem eventos da agenda do referido programa cultural. A cultura e as artes deverão por isso estar também no centro da ação no concelho da Ribeira Grande, aproveitando para tal uma infraestrutura de dimensão regional vocacionada para a prática e divulgação da cultura, das artes criativas e performativas, como o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas. Este domínio deverá ser aproveitado para potenciar a projeção do concelho da Ribeira Grande no exterior e para reunir a população local em torno de novos movimentos culturais e artísticos.

Por fim, pretende-se com este projeto estruturante maximizar o aproveitamento de elementos naturais e paisagísticos que conferem uma riqueza singular ao concelho da Ribeira Grande, a que se juntam os locais apelativos à prática de atividades culturais e de lazer, combinando o turismo de natureza, as atividades de montanha e o termalismo, a prática balnear, o surf e os desportos radicais, as festas tradicionais e os roteiros culturais, as mostras gastronómicas e os grandes eventos. Será por isso importante estender as atividades náuticas e do surf a outras localidades do Concelho, promover a Ribeira Grande enquanto destino para os banhos termais numa janela temporal alargada, divulgar a paisagem única dos chás e propor uma classificação internacionalmente reconhecida, e ainda, alargar a oferta de alojamento turístico pela criação de um parque de campismo no concelho que promova o contacto com o meio natural e as práticas sustentáveis.

Ações integradas:

AI 7.1. Made in RG | Criação da marca e selo Ribeira Grande

AI 7.2. AgroSM | Criação do Centro Vivo de interpretação da agricultura de São Miguel

AI 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo | Dinamização do património, da cultura e das artes

AI 7.4. Ribeira Grande Distingue-se | Valorização dos recursos naturais e endógenos na diferenciação e promoção territorial do concelho da Ribeira Grande

Indicadores:

- Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação;
 - Número de participantes anuais nas atividades culturais;
 - Número de ações de marketing territorial realizadas;
 - Visitantes estrangeiros de museus.
-

AI 7.1. *Made in RG* | Criação da marca e selo Ribeira Grande

A aposta nos ativos mais distintivos do concelho da Ribeira Grande tem sido feita de forma sustentada, contribuindo para a sua afirmação enquanto polo emergente da visitação e de atividade turística, não somente na ilha de São Miguel, mas no contexto regional. O concelho apresenta potencial no plano gastronómico – desde a excelência do produto típico ao processo de fabrico artesanal – o turismo sustentável e ecológico, o termalismo, os locais de visitação do património museológico e natural, bem como os percursos pedestres, entre tantos outros.

Esta ação visa assim identificar ativos locais, desde recursos endógenos aos produtos e práticas tradicionais, atividades lúdicas, festividades e pequenos eventos, que transmitam o saber e o ser ribeiragrandense, que potenciem a divulgação do Concelho e que se valorizem, trabalhem a sua imagem e fortaleçam os canais de venda e distribuição, com a certificação e distinção através de um selo que identifique a sua origem genuína na Ribeira Grande.

Deverão ser desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Criação de um selo “*Made in RG*”, que distinga produtos, processos, eventos e iniciativas próprias e tradicionais do Concelho, com potencial de valorização e de promoção territorial, segundo regras próprias definidas em regulamento municipal;
- Criação de sistemas de apoio e incentivos à produção tradicional e sustentável;
- Prestação de apoio ao nível de serviços de embalamento amigos do ambiente e de comercialização dos produtos locais, promovendo a homogeneização de uma imagem associada à qualidade dos produtos e a uma maior sustentabilidade;
- Apoio a todas os movimentos e agentes locais, no trabalho preparatório de inventariação, caracterização, descrição e distinção das principais atividades e tradições, de índole popular, artístico ou religioso, com carácter endógeno e passíveis de potenciar a projeção das vivências e da cultura ribeiragrandense no exterior;
- Valorização da gastronomia local, promovendo uma oferta de produtos de elevada qualidade que satisfaçam as exigências dos consumidores, e desenvolvimento de iniciativas de formação ao nível da restauração;
- Reforço das relações de proximidade entre produtor e o consumidor, com recurso à criação e distribuição de cabazes de produtos locais, que poderão ser encomendados por meio de plataformas digitais ou a outras estruturas associadas ao projeto;
- Reforço das ações de promoção dos produtos locais e a dinamização das relações entre os produtores e novos mercados, através do potencial dos meios digitais e das presenças em eventos (mostras e exposições) com projeção nacional e internacional.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Juntas de Freguesia; Associação Empresarial da Ribeira Grande; Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada
Potenciais fontes de financiamento: Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 250 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

AI. 3.2. AgroCenter
AI. 3.3. RG Nest
AI. 4.3. Economia digital
AI. 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo
AI. 7.4. Ribeira Grande Distingue-se
AI. 8.2. Ribeira Grande Parceira

AI 7.2. AgroSM | Criação do Centro Vivo de interpretação da agricultura de São Miguel

O arquipélago dos Açores apresenta-se como uma região predominantemente agrícola. Este setor assume-se, desde os tempos do povoamento, como um dos setores de maior envergadura na Região e no concelho da Ribeira Grande. A criação de um centro interpretativo, mais do que um espaço físico, tem como desígnio principal a preservação da memória, das tradições e práticas agrícolas de uma região, e ainda a sua afirmação além-fronteiras. Nos últimos anos assistiu-se ao crescimento do setor turístico em toda o arquipélago. O turista que chega aos Açores procura, essencialmente, uma maior proximidade e conexão com a natureza e atividades/experiências únicas no meio natural.

Esta ação pretende, aliar dois setores de atividades com grande expressão no Concelho (agricultura e turismo), tornando este território mais atrativo, oferecendo aos turistas experiências únicas e de ligação com a natureza, e ao mesmo tempo, preservando a memória e valorizando a agricultura açoriana, os costumes e as práticas ancestrais, bem como os trabalhadores do setor. Esta ação concretiza-se com as seguintes iniciativas:

- Definição do projeto para a criação de um centro interpretativo vivo da agricultura e da pecuária, onde se pretende construir uma memória individual e coletiva da atividade agrícola e da pecuária no Concelho, promovendo a história, tradições e práticas agrícolas e as tarefas do quotidiano ligadas ao setor
- Mobilização dos parceiros relevantes para o projeto, públicos e privados, provenientes dos setores da agricultura e do turismo;
- Criação do centro interpretativo vivo a localizar nas infraestruturas na Associação Agrícola de São Miguel, devendo ser palco de exposições demonstrativas da evolução do setor;
- Criação de polos temáticos de visitação pelo concelho e restante ilha de São Miguel, promovendo experiências únicas aos seus visitantes, com roteiros vivos e interativos, por diversas zonas e culturas, como as culturas do chá, as antigas quintas de laranja e o tabaco (em risco de extinção), explorações do maracujá e d batata, explorações de vacas leiteiras.
- Criação de mostra das atividades contemporâneas do setor, assim como das tecnologias emergentes e de futuro que poderão contribuir com avanços significativos para a prática de uma agricultura moderna e sustentável no concelho e na Região.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia; Direção Regional da Cultura; Universidade dos Açores; Associação Agrícola de São Miguel;

	Associação Terra Verde; Cooperativa Costa Norte CRL; Outros agentes económicos privados.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 500 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

- Al. 2.1. RG Empreendedora
- Al. 2.2. RG *Skills*
- Al. 3.2. AgroCenter
- Al. 3.3. RG Nest
- Al. 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo
- Al. 7.4. Ribeira Grande Distingue-se

AI 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo | Dinamização do património, da cultura e das artes

A Ribeira Grande detém um vasto património material e imaterial que resulta num importante espólio cultural, museológico e arquitetónico, assim como diversas manifestações de cariz popular, cultural e religioso que perpetuam as vivências típicas do povo ribeiragrandense e que contribuem para a promoção do Concelho.

O Município da Ribeira Grande irá apoiar a candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura em 2027, um processo liderado por aquele município e apoiado pelo Governo Regional, que pretende envolver os municípios açorianos, projetar além-fronteiras a singularidade e ao mesmo tempo a diversidade da cultura açoriana, mobilizando os artistas e agentes culturais, organizações sociais e cívicas, empresas, poder público e população açoriana.

Importa aproveitar este processo para alavancar o potencial cultural e criativo, o facto da Ribeira Grande ser um dos concelho no país com mais jovens, bem como a presença de equipamentos culturais estruturantes, como o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, de forma a que o Concelho se afirme como um polo cultural e criativo nos Açores, de difusão da arte contemporânea em variados formatos, como as artes visuais e performativas, multimédia, cinema, música, arquitetura, design, ilustração, literacia e moda. .

A presente ação tem como objetivo reforçar e projetar o concelho da Ribeira Grande além-fronteiras, através do desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que visam a dinamização e revitalização dos seus recursos patrimoniais e culturais, como sejam:

- Constituir a Ribeira Grande como um polo cultural e criativo à escala regional no domínio da arte contemporânea;
- Desenvolver iniciativas e eventos no âmbito da do apoio à candidatura de Ponta Delgada a Capital Europeia da Cultura 2027;
- Difundir, além-fronteiras, a cultura popular ribeiragrandense, os festivais gastronómicos e os grandes eventos, em articulação com as AI. 8.2. e 8.3.;
- Promover a o espólio literário de autores locais, em articulação com a AI. 1.3., através da criação de clubes de leitura e da disponibilização de conteúdos online,
- Procurar integrar na agenda cultural do Concelho artistas locais;
- Captar novos talentos para as artes, recorrendo para tal a atribuição de prémios;
- Promover a cultura ribeiragrandense, através da criação de roteiros culturais da Ribeira Grande;
- Promover o património cultural, através das novas tecnologias e da digitalização;
- Desenvolver um conjunto de medidas de incentivo à cultura em tempos de pandemia;
- Criar um pack turístico composto por elementos alusivos à cultura ribeiragrandense.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Direção Regional da Cultura; Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas; Câmara Municipal de Ponta Delgada; agentes culturais regionais e do concelho.
Potenciais fontes de financiamento: Programa Europa Criativa; Orçamento municipal	Estimativa de investimento: Até 1,5 milhões de euros

Articulação com outras ações integradas:

AI. 1.2. População qualificada;
 AI. 4.4. Sociedade digital;
 AI. 7.1. *Made in RG*;
 AI. 7.4. Ribeira Grande Distingue-se;
 AI. 8.2. Ribeira Grande Parceira;
 AI. 8.3. Ribeira Grande informada.

AI 7.4 Ribeira Grande Distingue-se | Valorização dos recursos naturais e endógenos na diferenciação e promoção territorial do concelho da Ribeira Grande

O concelho da Ribeira Grande é extremamente rico na presença de elementos singulares, naturais e patrimoniais, bem como de recursos endógenos cujas potencialidades são inclusive evidenciadas no PROTA, assumindo natural destaque o seu aproveitamento económico de forma sustentável, para um consequente fortalecimento e robustez da Região.

São reconhecidas as boas condições para a prática do surf, onde as características do mar e das correntes, da logística e das infraestruturas, fazem com que o Areal de Santa Bárbara integre regularmente o Circuito Mundial de Surf. Os recursos geotérmicos existentes no Concelho proporcionam condições ótimas para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de bem-estar e ao termalismo, sendo uma excelente oferta turística no inverno.

Não sendo um recurso endógeno, as plantações de chá existentes no Concelho deste o século XVIII assumem especial relevância, pelas paisagens singulares e técnicas tradicionais usadas e também pela singularidade que assumem na Europa. O setor turismo da Região evidenciou um claro crescimento nos anos recentes e os visitantes buscam sobretudo tranquilidade e o contacto com a natureza, pelo que urge reforçar a capacidade de alojamento, criando soluções alternativas e sustentáveis.

Tendo em consideração o potencial imenso destes recursos para reforçar a atual oferta turística e de lazer no concelho, o Município poderá equacionar o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

- Criar as condições para a expansão da prática do surf para outras zonas do Concelho, promovendo o “Mar do Norte”, por exemplo na Praia da Viola, freguesia da Maia, explorando o potencial das grandes ondas e estimulando a prática do surf na comunidade local;
- Promover o termalismo e as suas propriedades relaxantes, no combate a diferentes patologias, criando condições para a captação de investimento no turismo de saúde e bem-estar e potenciando o turismo de inverno;
- Promover os roteiros de visitação das “Terras do Chá” e propor a classificação das plantações de chá (Gorreana e Porto Formoso) como património cultural e natural da UNESCO, envolvendo para tal os produtores locais e o Governo Regional dos Açores.
- Criar um eco parque de campismo no concelho da Ribeira Grande, de construção com materiais mais ecológicos e com práticas e regras de funcionamento mais sustentáveis e amigas do ambiente.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

	Governo Regional dos Açores; Universidade dos Açores; centros de investigação; escolas de surf; produtores de chá; tecido empresarial local.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; Orçamento municipal; Privados	Estimativa de investimento: Até 1 milhão de euros
Articulação com outras ações integradas: Al. 1.5. Programa Filho de Peixe Al. 4.3. Economia digital Al. 7.2. AgroSM Al. 7.3. Ribeira Grande Centro Criativo Al. 8.2. Ribeira Grande Parceira Al. 8.3. Ribeira Grande informada	

PE8. RIBEIRA GRANDE EM REDE

Cooperação territorial e institucional



Objetivos específicos:

- Formar parcerias e colaborações efetivas entre cidadãos, organizações e territórios;
- Promover e cimentar hábitos de trabalho em rede e de cooperação, e a monitorização das iniciativas;
- Facilitar o acesso à informação e ao conhecimento.

Impacto nos eixos prioritários



Descrição:

O último projeto estruturante assume um caráter transversal face aos restantes. Neste sentido, tem como desígnio o desenvolvimento de uma estratégia integrada de construção de parcerias e associações efetivas, nos mais diversos domínios de atuação – economia, inovação e competitividade, formação e qualificação profissional, turismo e lazer, cultura e coesão social, qualificação sustentabilidade do território, e dinamização comunitária – que promova e cimente hábitos de trabalho em rede e a cooperação entre cidadãos, entidades e territórios.

A adoção destes princípios e a constituição de redes de colaboração estratégicas com outros municípios e/ou agrupamentos de âmbito local, nacional ou internacional, permitirá um alargamento dos recursos e do conhecimento disponível e o reforço da visibilidade do Município, incrementando a massa crítica, o acesso ao conhecimento e o poder de influência da autarquia em questões de interesse comum.

Pretende-se fomentar o interesse e a participação da sociedade civil nas matérias de interesse comum para o bem-estar e o desenvolvimento do Concelho, promovendo a criação e

dinamização de projetos colaborativos que incutam o gosto pela partilha de responsabilidades e pela participação cívica.

Por outro lado, pretende-se também alargar a rede de parceiros do Município, que a diferentes escalas e com diferentes organismos e entidades, permita efetuar uma partilha regular de conhecimentos, experiências e boas práticas que levem ao desenvolvimento de soluções para responder a desafios comuns.

Por fim, pretende-se criar uma plataforma para incentivar o acesso à informação, por parte de entidades e da sociedade civil, promover a literacia, o conhecimento e reforçar a capacidade crítica, fornecendo ferramentas para uma maior monitorização e poder reivindicativo sobre as questões chave do território.

Ações integradas:

AI 8.1. Laboratório para a cidadania | Criação de programa de estímulo ao desenvolvimento e participação cívica

AI 8.2. Ribeira Grande Parceira | Desenvolvimento e implementação de uma estratégia para novas parcerias

AI 8.3. Ribeira Grande informada | Criação de plataforma de divulgação de apoios, projetos e parcerias

Indicadores:

- Montante total de financiamento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais;
 - Número de parcerias envolvendo atores públicos e privados;
 - Número de projetos envolvendo atores do concelho e do exterior;
 - Número de sessões públicas direcionadas para o fomento da participação cívica;
 - Taxa de participação da população em sessões/eventos de promoção para a cidadania;
 - Número de soluções coletivas implementadas.
-

AI 8.1. Laboratório para a cidadania | Criação de programa de estímulo ao desenvolvimento e participação cívica

A participação dos cidadãos na melhoria dos locais onde habitam e trabalham é um passo essencial de democracia e cidadania. A dinamização de uma iniciativa de apoio à construção de ações colaborativas poderá ser um instrumento de incentivo ao desenvolvimento comunitário e à participação cívica dos residentes e trabalhadores na melhoria do bem-estar coletivo da sua rua, da freguesia e do Concelho.

Pretende-se, desta forma, impulsionar a união e o encontro das pessoas, residentes na Ribeira Grande ou outras interessadas, de qualquer idade ou nível de habilitações, de forma a contribuírem para criar e desenvolver, em conjunto, iniciativas locais e comunitárias que procurem responder a problemas e desafios do território no dia a dia. O “Laboratório para a cidadania”, dinamizado pelo Município da Ribeira Grande, deve articular-se com organizações da sociedade civil e personalidades locais, podendo articular-se com outras ações propostas no presente plano, nomeadamente no âmbito dos projetos estruturantes PE1 “Ribeira Grande Inclui”, PE2 “Ribeira Grande Capacita” e PE3 “Ribeira Grande Digital”.

Os interessados submetem uma ideia de projeto, pensada e desenvolvida especificamente para uma área/localidade, sendo esta avaliada por um júri. Posteriormente, os projetos aprovados serão aperfeiçoados até à sua implementação, com o apoio de grupos de trabalho multidisciplinares que recorrerão a pessoas interessadas para o efeito. Os projetos deverão preferencialmente ser trabalhados para incidirem em respostas inovadoras, com impacto positivo e sustentável na resolução de problemas da comunidade local, procurando uma transformação social positiva e duradoura e indo de encontro aos objetivos do desenvolvimento sustentável (Agenda 2030).

Este laboratório colaborativo deverá ter uma componente de auscultação da população e de perceção dos problemas de quotidiano sentidos, mas também de envolvimento do cidadão comum na tomada de decisões e nas respostas para essas questões.

A implementação desta ação tem subjacente as seguintes iniciativas:

- Definição de regulamento e convocação de júri formado por representantes de organizações locais e personalidades da sociedade civil;
- Escolha de uma sede/local de dinamização do “Laboratório para a cidadania”;
- Ações de divulgação do “Laboratório para a cidadania”;
- Realização de sessão de apresentação pública do “Laboratório para a cidadania”;
- Realização de sessão de debate dos projetos candidatados;
- Sessões de trabalho dos projetos selecionados;
- Implementação dos projetos vencedores.

Promotor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	Potenciais parceiros: Juntas de Freguesia; Parceiros e associações locais; Comunidade escolar; Empresas locais.
Potenciais fontes de financiamento: Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Orçamento Municipal	Estimativa de investimento: Até 250 mil euros
Articulação com outras ações integradas: Al. 1.2. População qualificada Al. 1.3. Ribeira Grande saudável; Al. 1.4. + Equipamentos; Al. 1.5. Programa Filho de Peixe; Al. 8.3. Ribeira Grande Informada.	

AI 8.2. Ribeira Grande Parceira | Desenvolvimento e implementação de uma estratégia para novas parcerias

Atualmente os territórios enfrentam uma série de desafios em múltiplas dimensões, que apesar de serem localizados, podem ser alvo de análise e partilha conjunta, explorando interdependências. A participação em redes de cooperação a nível regional, nacional e internacional é, assim, um passo fundamental na melhoria da atuação das entidades locais, através do intercâmbio de experiências e da aprendizagem mútua entre localidades e concelhos, focados em vetos fundamentais para o desenvolvimento do território.

A presente ação traduz-se no desenvolvimento de um programa de cooperação estratégica com entidades externas que preconize a participação em redes nacionais e internacionais, por forma a facilitar o acesso ao conhecimento e à inovação em diversos domínios. O grande objetivo é permitir um maior apoio entre participantes na implementação de práticas para a resolução de desafios comuns, partindo das lições resultantes da sua partilha de experiências.

Neste sentido, será importante explorar redes de intercâmbio, de transferência de conhecimento e de partilha de boas práticas, a diversos níveis e escalas, desde o internacional, passando pelo plano nacional e o regional, com outros municípios e/ou grupos de âmbito local, criando novas ligações e fortalecendo as já existentes, como são exemplo as diversas geminações do Município, permitindo assim reforçar a visibilidade do Concelho e da própria Região, incrementar a massa crítica no território e ampliar a voz do Município em questões de interesse comum entre vários parceiros.

A nível interno, deve avaliar-se se a ação dos conselhos consultivos existentes e, se necessário, proceder à sua reestruturação e às alterações necessárias para que se tornem órgãos operativos mais eficazes.

A implementação desta ação tem subjacente as seguintes iniciativas:

- Pesquisa e mapeamento de redes de cooperação regionais, nacionais e internacionais;
- Participação em eventos de *networking* com potenciais parceiros;
- Contactar autoridades nacionais e internacionais de programas de cooperação;
- Otimização dos conselhos consultivos do concelho da Ribeira Grande.

Promotor:

Câmara Municipal da Ribeira Grande

Potenciais parceiros:

Municípios; Associações de Municípios; Territórios geminados com o concelho da Ribeira Grande; Associações locais e externas de vários setores; Outras entidades regionais, nacionais e estrangeiras.

Potenciais fontes de financiamento:	Estimativa de investimento:
Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027; EEA Grants; Iniciativa Cidades Circulares; Orçamento Municipal	Até 100 mil euros
Articulação com outras ações integradas:	
Transversal a todas as ações.	

AI 8.3. Ribeira Grande informada | Criação de plataforma de divulgação de apoios, projetos e parcerias

O acesso à informação é essencial para o crescimento pessoal de qualquer cidadão e da sociedade civil como um todo, bem como das entidades, sejam elas organizações ou empresas de qualquer dimensão, entidades públicas locais ou regionais. Esta ação preconiza a criação, por parte do Município, de uma plataforma digital facilmente acessível que reúna e divulgue projetos, incentivos, apoios e financiamentos disponíveis, incluindo os propostos no âmbito desta estratégia ou com estes relacionados.

Esta plataforma deverá recolher informação atualizada relevante sobre as oportunidades existentes, promover o contacto direto entre diferentes projetos integrados na estratégia, e permitir o acompanhamento e monitorização dos mesmos.

Aposta-se numa linguagem acessível a todos os públicos e uma utilização intuitiva do website. Por outro lado, esta plataforma deve funcionar em paralelo com outros meios de comunicação do Município, merecendo uma divulgação personalizada e dedicada.

A plataforma poderá incluir informação organizada por perfis de utilizadores (jovens, novos residentes, população estrangeira, entre outros), permitindo a consulta de informação mais relevante para cada perfil (oportunidades de financiamento, documentação, parceiros, entre outros).

A implementação desta ação tem subjacente as seguintes iniciativas:

- Definição de equipa de trabalho;
- Criação da plataforma digital e produção de conteúdo;
- Atualização da informação disponibilizada;
- Monitorização e avaliação dos projetos.

Promotor:	Potenciais parceiros:
Câmara Municipal da Ribeira Grande	Entidades parceiras dos vários projetos.
Potenciais fontes de financiamento:	Estimativa de investimento:
Orçamento Municipal	Até 100 mil euros

Articulação com outras ações integradas:

Transversal a todas as ações.

4.2. Planeamento Físico Previsional

O Plano Estratégico engloba um conjunto de projetos estruturantes e respetivas ações integradas assentes em diferentes eixos de intervenção. Por forma a garantir o sucesso da estratégia, foi estabelecido um cronograma previsional para as ações até 2030.

Importa referir que o planeamento físico previsional para o Plano Estratégico da Ribeira Grande foi desenvolvido tendo em consideração que os diversos projetos estruturantes e suas ações encontram-se fortemente interligadas. A título de exemplo, tem-se: a articulação das ações integradas 1.2. “População qualificada”, 1.3. “Ribeira Grande saudável” e 1.5. “Programa Filho de Peixe” com a ação integrada 1.4. “+ Equipamentos”, todas do projeto estruturante PE1 “Ribeira Grande inclui”; as ações integradas 1.2. “População qualificada” e 1.5. “Programa Filho de Peixe” com a ação integrada 4.4. “Sociedade digital”, do projeto estruturante PE4 “Ribeira Grande digital”; e ainda a ação integrada 5.1. “Cidade verde” com a ação 5.5. “Melhor mobilidade”, do projeto estruturante PE5 “Ribeira Grande mais verde”, e com a ação integrada 6.2. “Cidade Mar”, do projeto estruturante PE6 “Ribeira Grande atrai”.

O cronograma proposto prevê a existência de algumas ações que, pelas suas características e objetivos, se estenderão até ao final do horizonte de incidência do presente plano. Destacam-se neste âmbito as seguintes ações integradas 1.2. “População ativa”; 1.3. “Ribeira Grande saudável”; 1.5. “Programa Filho de Peixe”; 2.1. “RG Empreendedora”; 2.2. “RG Skills”; 3.2. “AgroCenter”; 3.3. “RG Nest”; 4.1. “DIH Ribeira Grande”; 5.1. “Cidade verde”; 5.4. “RG Circular”; 5.5. “Melhor mobilidade”; 6.1. “Território renovado”; 6.2. “Cidade Mar”; 6.3. “Ribeira Grande + próxima”; 6.4. “Nomads.RG”; 7.1. “Made in RG”; 7.2. “AgroSM”; 7.3. “Ribeira Grande Centro Criativo”; 7.4. “Ribeira Grande Distingue-se”; 8.1. “Laboratório para a cidadania”; 8.2. “Ribeira Grande Parceira” e 8.3. “Ribeira Grande informada”.

Seguidamente, apresenta-se um cronograma indicativo da execução dos projetos e respetivas ações integradas (Tabela 2).

Tabela 2. Cronograma previsional
Fonte: SPI

Projetos estruturantes	Ações integradas		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PE1. RIBEIRA GRANDE INCLUI	1.1.	+ Habitação Reforço e reabilitação do parque habitacional dirigido à população desfavorecida										
	1.2.	População qualificada Combate ao abandono e insucesso escolar e fomento da literacia e da aprendizagem ao longo da vida										
	1.3.	Ribeira Grande saudável Promoção do bem-estar e da inclusão social, da saúde e da vida ativa										
	1.4.	+ Equipamentos Reforço da capacidade instalada na ótica dos equipamentos sociais de nova geração										
	1.5.	Programa Filho de Peixe Criação de projeto de inovação social direcionado para as comunidades desfavorecidas										
PE2. RIBEIRA GRANDE CAPACITA	2.1.	RG Empreendedora Formação e capacitação para o fomento do empreendedorismo e criação de emprego próprio										
	2.2.	RG Skills Promoção da qualificação de recursos humanos em domínios chave do território										
	2.3.	RG Mar Criação e implementação do Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar										
PE3. RIBEIRA GRANDE COMPETE	3.1.	Polos industriais e empresariais Qualificação das áreas industriais e de acolhimento empresarial e criação de centro logístico da Ribeira Grande										
	3.2.	AgroCenter Centro empresarial para a inovação e sustentabilidade no setor agrícola										
	3.3.	RG Nest Dinamização de polo de inovação para valorização da produção e das atividades locais										
PE4. RIBEIRA GRANDE DIGITAL	4.1.	DIH Ribeira Grande Criação de um <i>digital innovation hub</i> para apoio às empresas e organizações na transição digital										
	4.2.	Administração digital Modernização e digitalização de infraestruturas e serviços públicos										
	4.3.	Economia digital Programa de capacitação das empresas e do comércio local para a transição digital										
	4.4.	Sociedade digital Programa de capacitação das pessoas para a transição digital										
PE5. RIBEIRA GRANDE MAIS VERDE	5.1.	Cidade verde Reforço da oferta de espaços verdes urbanos e valorização dos corredores ribeirinhos										
	5.2.	Edifícios e infraestruturas eficientes Programa de incentivo à eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas municipais e na habitação										
	5.3.	RG Adapta-se Criação de uma estratégia local de adaptação às alterações climáticas										
	5.4.	RG Circular Programa de promoção da economia circular e da valorização de resíduos										
	5.5.	Melhor Mobilidade Programa de promoção da mobilidade sustentável										
PE6. RIBEIRA GRANDE ATRAI	6.1.	Território renovado Requalificação dos centros urbanos e da habitação degradada e apoio à fixação de população										
	6.2.	Cidade Mar Requalificação da Frente de Mar - eixos Matriz/Monte Verde e Monte Verde/Bandejo - e valorização do litoral do concelho										
	6.3.	Ribeira Grande + próxima Programa de requalificação e reestruturação da rede viária municipal, do estacionamento da oferta de transporte coletivo										
	6.4.	Nomads.RG Criação das condições logísticas para a instalação de nómadas digitais no concelho da Ribeira Grande										
PE7. RIBEIRA GRANDE COM VIDA	7.1.	Made in RG Criação da marca e selo Ribeira Grande										

Projetos estruturantes	Ações integradas		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	7.2.	AgroSM Criação do Centro Vivo de interpretação da agricultura de São Miguel										
	7.3.	Ribeira Grande Centro Criativo Dinamização do património, da cultura e das artes										
	7.4.	Ribeira Grande Distingue-se Valorização dos recursos naturais e endógenos na diferenciação e promoção territorial do concelho da Ribeira Grande										
PE8. RIBEIRA GRANDE EM REDE	8.1.	Laboratório para a cidadania Criação de programa de estímulo ao desenvolvimento e participação cívica										
	8.2.	Ribeira Grande Parceira Desenvolvimento e implementação de uma estratégia para novas parcerias										
	8.3.	Ribeira Grande informada Criação de plataforma de divulgação de apoios, projetos e parcerias										

4.3. Investimento e Fontes de Financiamento

Nesta seção é apresentada uma estimativa preliminar do investimento associado à implementação do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, sendo também identificadas algumas das potenciais fontes de financiamento que poderão auxiliar o Município no esforço financeiro requerido, sem prejuízo do recurso a outras fontes que possam ser, numa fase posterior, identificadas ou criadas.

4.3.1. Programa Indicativo de Investimento

Para a concretização do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030, dos seus objetivos, projetos estruturantes e respetivas ações integradas, foi delimitado um programa de investimentos afeto a cada uma das ações propostas. Saliente-se o facto de os valores apresentados corresponderem a valores indicativos, constituindo uma dificuldade, nesta fase, o seu apuramento, visto o grau de maturidade dos projetos ser ainda reduzido.

Os montantes de investimento apresentados correspondem a estimativas de valor máximo, por cada ação integrada, constituindo apenas uma referência resultante da ponderação das componentes que podem integrar essas mesmas ações. Este programa indicativo do investimento previsto pode ser alvo de revisão no desenvolvimento das ações, fase onde habitualmente surgem questões de maior definição das atividades e de abrangência territorial, com um impacto orçamental, embora não prejudiquem a coerência do projeto, naquilo que são os seus objetivos estratégicos.

A Tabela 3 sintetiza os montantes de investimento previstos para cada ação integrada.

Tabela 3. Programa indicativo de investimentos
Fonte: SPI

Projetos estruturantes	Ações integradas		Montante máximo de investimento estimado
PE1. RIBEIRA GRANDE INCLUI	1.1.	+ Habitação Reforço e reabilitação do parque habitacional dirigido à população desfavorecida	Até 48 milhões de euros
	1.2.	População qualificada Combate ao abandono e insucesso escolar e fomento da literacia e da aprendizagem ao longo da vida	Até 1 milhão de euros
	1.3.	Ribeira Grande saudável Promoção do bem-estar e da inclusão social, da saúde e da vida ativa	Até 1 milhão de euros
	1.4.	+ Equipamentos Reforço da capacidade instalada na ótica dos equipamentos sociais de nova geração	Até 1 milhão de euros
	1.5.	Programa Filho de Peixe Criação de projeto de inovação social direcionado para as comunidades desfavorecidas	Até 250 mil euros
PE2. RIBEIRA GRANDE CAPACITA	2.1.	RG Empreendedora Formação e capacitação para o fomento do empreendedorismo e criação de emprego próprio	Até 250 mil euros
	2.2.	RG <i>Skills</i> Promoção da qualificação de recursos humanos em domínios chave do território	Até 500 mil euros
	2.3.	RG Mar Criação e implementação do Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar	Até 500 mil euros
PE3. RIBEIRA GRANDE COMPETE	3.1.	Polos industriais e empresariais Qualificação das áreas industriais e de acolhimento empresarial e criação de centro logístico da Ribeira Grande	Até 2 milhões de euros
	3.2.	AgroCenter Centro empresarial para a inovação e sustentabilidade no setor agrícola	Até 500 mil euros
	3.3.	RG Nest Dinamização de polo de inovação para valorização da produção e das atividades locais	Até 250 mil euros
PE4. RIBEIRA GRANDE DIGITAL	4.1.	DIH Ribeira Grande Criação de um <i>digital innovation hub</i> para apoio às empresas e organizações na transição digital	Até 100 mil euros
	4.2.	Administração digital Modernização e digitalização de infraestruturas e serviços públicos	Até 500 mil euros
	4.3.	Economia digital Programa de capacitação das empresas e do comércio local para a transição digital	Até 250 mil euros
	4.4.	Sociedade digital Programa de capacitação das pessoas para a transição digital	Até 100 mil euros
PE5. RIBEIRA GRANDE MAIS VERDE	5.1.	Cidade verde Reforço da oferta de espaços verdes urbanos e valorização dos corredores ribeirinhos	Até 5 milhões de euros
	5.2.	Edifícios e infraestruturas eficientes Programa de incentivo à eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas municipais e na habitação	Até 1 milhão de euros
	5.3.	RG Adapta-se Criação de uma estratégia local de adaptação às alterações climáticas	Até 100 mil euros
	5.4.	RG Circular Programa de promoção da economia circular e da valorização de resíduos	Até 250 mil euros
	5.5.	Melhor Mobilidade Programa de promoção da mobilidade sustentável	Até 3 milhões de euros
PE6. RIBEIRA GRANDE ATRAI	6.1.	Território renovado Requalificação dos centros urbanos e da habitação degradada e apoio à fixação de população	Até 8 milhões de euros
	6.2.	Cidade Mar Requalificação da Frente de Mar - eixos Matriz/Monte Verde e Monte Verde/Bandejo - e valorização do litoral do concelho	Até 10 milhões de euros
	6.3.	Ribeira Grande + próxima Programa de requalificação e reestruturação da rede viária municipal, do estacionamento da oferta de transporte coletivo	Até 6 milhões de euros

Projetos estruturantes	Ações integradas		Montante máximo de investimento estimado
	6.4.	Nomads.RG Criação das condições logísticas para a instalação de nómadas digitais no concelho da Ribeira Grande	Até 250 mil euros
PE7. RIBEIRA GRANDE COM VIDA	7.1.	Made in RG Criação da marca e selo Ribeira Grande	Até 500 mil euros
	7.2.	AgroSM Criação do Centro Vivo de interpretação da agricultura de São Miguel	Até 500 mil euros
	7.3.	Ribeira Grande Centro Criativo Dinamização do património, da cultura e das artes	Até 1,5 milhões de euros
	7.4.	Ribeira Grande Distingue-se Valorização dos recursos naturais e endógenos na diferenciação e promoção territorial do concelho da Ribeira Grande	Até 1 milhão de euros
PE8. RIBEIRA GRANDE EM REDE	8.1.	Laboratório para a cidadania Criação de programa de estímulo ao desenvolvimento e participação cívica	Até 250 mil euros
	8.2.	Ribeira Grande Parceira Desenvolvimento e implementação de uma estratégia para novas parcerias	Até 100 mil euros
	8.3.	Ribeira Grande informada Criação de plataforma de divulgação de apoios, projetos e parcerias	Até 100 mil euros

4.3.2. Potenciais Fontes de Financiamento

A garantia da execução do programa de investimentos associado ao plano estratégico depende, igualmente, dos mecanismos e fontes de financiamento disponíveis. Neste sentido, é efetuada nesta secção uma análise das potenciais fontes de financiamento e instrumentos disponíveis que poderão ser mobilizados no sentido da concretização e implementação da estratégia e das várias ações delineadas. Estes instrumentos de financiamento constituem um apoio ao esforço de investimento do Município, que terá de mobilizar montantes próprios do orçamento municipal.

Em parte, o desenho da estratégia preconizada e de algumas linhas estratégicas preponderantes para o desenvolvimento territorial da Ribeira Grande resultou dos instrumentos disponíveis analisados, tendo presente os princípios e objetivos que os presidem.

Nesta análise foram considerados os fundos comunitários disponibilizados para o próximo período de programação 2021-2027, desde logo, os instrumentos de programação que compõem o Portugal 2030. O Portugal 2030⁴ apresenta-se com três Programas Operacionais (PO) Temáticos no Continente – Demografia e Inclusão; Inovação Digital e; Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos –, cinco PO Regionais no Continente, correspondentes ao território de cada NUTS II, dois PO Regionais nas Regiões Autónomas, e um PO de Assistência Técnica. No que respeita ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, a estruturação operacional deverá corresponder a um PO.

Para além do Quadro Financeiro Plurianual para o período de programação 2021-2027, que assenta em 7 eixos prioritários e 17 prioridades, foram consideradas outras potenciais fontes de financiamento como a Linha de Apoio à Qualificação da Oferta, a Linha de apoio à tesouraria para micro e pequenas empresas do turismo COVID-19, do turismo de Portugal, e a Linha de crédito com garantia mútua | Programa Revive, do turismo de Portugal.

Em matéria de reabilitação urbana, destaca-se do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) os programas Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível e o Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, destinados a dinamizar a reabilitação urbana, o acesso à habitação própria e o mercado de arrendamento habitacional. Atualmente, está a ser preparado o novo Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2030), destinado a prolongar o modelo IFRRU 2020 no apoio à revitalização física das cidades.

Seguidamente, são apresentados os instrumentos nos quais o financiamento das ações deste plano estratégico se enquadra, organizados segundo a fonte de financiamento:

⁴ <https://eurocid.mne.gov.pt/portugal-2030>

Tabela 4. Fontes de financiamento analisadas
Fonte: SPI

Fonte de financiamento	
Comunitário	Portugal 2020 (até 2023)
	Portugal 2030:
	- PO Regional Açores – Programa Operacional Regional dos Açores; - PO associado ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
	IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
	EEA Grants
	Programa Life 2021-2027
	URBACT
	ReactEU
	Horizonte Europa
	InvestEU
	Programa Europa Digital
	Programa ERASMUS +
	Programa Europa Criativa
	Programa para a Cooperação Territorial Europeia (Interreg)
	Programa Direitos e Valores
	Plano de Recuperação e Resiliência
Nacional	IHRU:
	- Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação
	Turismo de Portugal:
	- Linha de Apoio à Qualificação da Oferta, turismo de Portugal - Linha de apoio à tesouraria para micro e pequenas empresas do turismo COVID-19, turismo de Portugal - Linha de crédito com garantia mútua Programa Revive, turismo de Portugal
	Banco Português de Fomento
	Fundo Ambiental
	Iniciativa Nacional Cidades Circulares

No âmbito do [Portugal 2020](#), é de salientar a reprogramação global do Portugal 2020 e dos Programas Operacionais Temáticos e Regionais e dos Fundos que compõem a Política de Coesão, decorrente da atual crise pandémica. A sua reprogramação terá como principais linhas de atuação o aumento do apoio ao investimento público, nomeadamente nas áreas sociais, o apoio à digitalização da escola, o aumento do apoio ao emprego e o aumento à estabilização económica.

Algumas ações delineadas no plano estratégico encontram-se enquadradas no [Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas \(IFRRU\)](#), cujos objetivos se centram na revitalização das cidades, no apoio à revitalização física do espaço dedicado a comunidades desfavorecidas e no apoio à eficiência energética na habitação. O destino de utilização dos edifícios intervencionados poderá ser a habitação própria, atividades económicas ou equipamentos de uso coletivo. O IFRRU destina-se a pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas. As operações a financiar devem demonstrar viabilidade financeira e gerar receitas líquidas positivas de modo a amortizar o valor de financiamento do investimento. São consideradas elegíveis as seguintes operações, localizadas dentro das ARU:

- Reabilitação de edifícios, com idade igual ou superior a 30 anos ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, de acordo com o Decreto-Lei n.º 266-B/2012 de 31 de dezembro;
- Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão.

O [EEA Grants](#) consiste num mecanismo financeiro plurianual suportado pela Islândia, Noruega e Liechtenstein, no qual se providencia o apoio aos Estados Membros da União Europeia com desvios mais acentuados ao nível do PIB per capita, incluindo-se Portugal. Tem como grandes objetivos a redução das disparidades económicas e sociais no Espaço Económico Europeu e o reforço das relações bilaterais entre os países beneficiários e os países doadores. Portugal tem beneficiado do apoio destes três países para o seu desenvolvimento económico e social desde a entrada em vigor do Acordo, em 1994.

Outro instrumento de relevância para o enquadramento das ações delineadas neste plano estratégico é o [Programa LIFE 2021-2027](#). Este programa visa financiar projetos nos domínios da natureza, da biodiversidade, da ação climática e das energias limpas, contribuindo para a transição para uma economia limpa, circular, energeticamente eficiente, hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas.

O [Programa URBACT](#) é um programa europeu de cooperação territorial, de aprendizagem coletiva e troca de experiências em torno da promoção do desenvolvimento urbano sustentável e integrado. O URBACT apoia as cidades no desenvolvimento de soluções pragmáticas, inovadoras e sustentáveis e que integrem as dimensões económica, social e ambiental, encontrando-se algumas ações desta estratégia enquadradas com estas dimensões.

De forma a complementar ao financiamento da coesão para os países da União Europeia, surge o [REACT-EU](#), cujo objetivo é dar continuidade e alargar as medidas de resposta a situações de crise e de reparação de crises dadas pela Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do

Coronavírus e pela Iniciativa de Resposta à Crise do Coronavírus+. Esta iniciativa irá contribuir para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia.

O [Horizonte Europa](#) é o programa-quadro de investigação e inovação da União Europeia para o período 2021-2027, que dá continuidade ao Horizonte 2020, surgindo em complemento aos financiamentos nacionais e regionais. Destina-se a apoiar projetos de investigação e inovação, desde a conceção inicial até à comercialização, reforçando os setores científicos e tecnológicos da União Europeia de forma a fazer face a desafios globais em áreas como a saúde, envelhecimento, segurança, poluição e alterações climáticas, entre outras.

O [Programa InvestEU](#) é um programa que irá, no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, reunir numa única estrutura os múltiplos instrumentos financeiros da União Europeia disponíveis. Este programa engloba o fundo InvestEU, enquanto responsável pela mobilização de investimento público e privado com base em garantias do orçamento da UE, a plataforma de aconselhamento InvestEU, enquanto responsável pela prestação de aconselhamento técnico aos projetos de investimento que procuram obter financiamento, e o portal InvestEU, enquanto base de dados facilmente acessível, que reúne projetos e investidores. O programa, que deverá mobilizar mais de 372 mil milhões de euros, poderá apoiar projetos em quatro diferentes domínios de intervenção:

- Infraestruturas sustentáveis, nomeadamente nos domínios da energia sustentável, conectividade digital, transportes, economia circular, água, resíduos e outras infraestruturas ambientais;
- Investigação, Inovação e Digitalização, nomeadamente nos domínios da investigação e inovação, comercialização dos resultados da investigação, digitalização da indústria, aumento de escala das maiores empresas inovadoras e inteligência artificial;
- Pequenas e médias empresas;
- Investimento social e competências, e em específico nos domínios das competências, educação, formação, habitação social, escolas, universidades, hospitais, inserção social, saúde, cuidados de saúde de longa duração e acessibilidade, microfinanciamento, empresas sociais, integração de migrantes, refugiados e pessoas vulneráveis.

Complementarmente a outros programas, o [Programa Europa Digital](#), decorrente do período de programação 2021-2027, tem como desígnio financiar projetos em cinco domínios, nomeadamente a computação de alto desempenho, a inteligência artificial, a cibersegurança e confiança, as competências digitais avançadas e a implantação e melhor utilização das capacidades digitais e interoperacionalidade.

Já o [Programa Erasmus+](#) surge com o objetivo de apoiar a educação, a juventude e o desporto, podendo oferecer oportunidades de mobilidade e cooperação no ensino superior, no ensino e formação profissionais, na educação escolar, na educação de adultos, na juventude e no desporto.

O novo [Programa Europa Criativa](#), atualmente em fase final de aprovação, canalizará fundos para os setores culturais e criativo, nomeadamente para o audiovisual e para as expressões artísticas e culturais, assim como para a música, para o apoio à tradução literária, obras de ficção, arquitetura e património.

Com o objetivo de ajudar os governos regionais e locais europeus a desenvolverem e aplicarem as melhores políticas, o [Programa para a Cooperação Territorial Europeia \(Interreg\)](#) vem proporcionar a oportunidade de partilha de soluções políticas entre Estados-Membros, promovendo o financiamento direcionado para a cooperação e partilha de conhecimento.

Para o período 2021-2027 importa referir ainda o [Programa Direitos e Valores](#), programa que tem como objetivos promover a igualdade e os direitos humanos, a luta contra a discriminação, assim como fomentar a participação dos cidadãos na vida democrática da UE, combater a violência contra as mulheres e crianças e defender e promover os valores da UE.

Por fim, o [Plano de Recuperação e Resiliência \(PRR\)](#) surge como uma resposta à crise provocada pela atual situação pandémica, cujas consequências económicas têm-se revelado devastadoras. O documento, apresentado em fevereiro de 2021, decorre da aprovação do instrumento de recuperação europeu *Next Generation EU* pelo Conselho Europeu de julho de 2020. O PRR foi estruturado em três dimensões – a resiliência, a transição climática e a transição digital. Por sua vez, cada dimensão organiza-se em três roteiros diferentes, fundamentais para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo. Os roteiros para a resiliência dividem-se em 16 reformas, nove componentes e 27 investimentos. Os roteiros para a transição climática dividem-se em cinco reformas, cinco componente e nove investimentos. Por último, os roteiros para transição digital organizam-se em 10 reformas, três componentes e 10 investimentos. No Anexo I é possível encontrar uma explicação mais detalhada deste plano.

A nível nacional, destacam-se dois programas do IHRU. O primeiro, designado por [Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível](#) tem como objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos para fins habitacionais e para arrendamento, em regime de renda condicionada. São beneficiários destes programas as pessoas singulares ou coletivas, de natureza privada ou pública, que sejam proprietárias de edifícios, ou parte de edifícios a reabilitar, ou que demonstrem serem titulares de direitos e poderes sobre os mesmos que lhes permitam onerá-los e agir como donos de obras no âmbito de contratos de empreitada. O empréstimo pode ascender a 90% do custo das operações, com condições de maturidade, taxa de juro e período de carência atrativas ao investidor.

O [Programa 1.º Direito](#) é outro instrumento gerido IHRU, com o objetivo de promover o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional condigna. O programa assenta na concessão de apoio financeiro aos atores públicos, nomeadamente municípios, empresas municipais e instituições de solidariedade social, a associações de moradores e cooperativas de habitação e construção, constituídas por agregados familiares elegíveis ao abrigo do programa e, ainda, diretamente ao próprios agregados familiares, para disponibilização de um leque diverso de soluções habitacionais e preços acessíveis, incluindo a reabilitação de prédios ou de frações para habitação, o apoio à aquisição de prédios e terrenos, apoio ao arrendamento e apoio à construção de fogos habitacionais, bem como à criação de equipamentos sociais complementares de um empreendimento habitacional.

Desenvolvida para o ano de 2021 pela Turismo de Portugal, a [Linha de Apoio à Qualificação da Oferta](#) constitui um instrumento financeiro para apoio às empresas do setor do turismo. Trata-se de uma linha direcionada para o financiamento a médio e longo prazo de projetos turísticos, nomeadamente em projetos assentes na requalificação e reposicionamento de empreendimentos, estabelecimentos e atividades, na criação de empreendimentos, estabelecimentos e atividades implementados nos territórios de baixa densidade ou em projetos direcionados para o empreendedorismo. Com o atual contexto pandémico, foram efetuados um conjunto de ajustes, como o aumento do financiamento, o reforço dos prémios de desempenho, e o foco em projetos mais inteligentes, sustentáveis e inclusivos. Os pedidos de financiamento são apresentados juntos das instituições de crédito aderentes.

Decorrente do impacto económico que a doença causada pelo coronavírus no setor do turismo e as incertezas da sua duração, a Turismo de Portugal desenvolveu a [Linha de Apoio à Tesouraria das Micro e Pequenas Empresas do Turismo COVID-19](#). Esta linha consiste num complemento a outras medidas de apoio às empresas aprovada pelo Governo e visa responder às necessidades imediatas e prementes de financiamento das micro e pequenas empresas, salvaguardando a sua atividade plena e o seu capital humano.

Com o objetivo de promover e agilizar os processos de rentabilização e preservação de património público que se encontra devoluto, direcionados para atividades turísticas, saliente-se também a [Linha de crédito com garantia mútua | Programa Revive, da Turismo de Portugal](#).

De salientar ainda o [Banco Português de Fomento](#). Este tem como desígnio apoiar o desenvolvimento da economia, disponibilizando soluções diversas de financiamento, apoiar o desenvolvimento da comunidade empresarial portuguesa, fomentar a modernização do setor empresarial português e o desenvolvimento económico e social. Os apoios poderão concretizar-se pela via do financiamento direto a empresas ou na facilitação de acesso a financiamento nas mais diversas áreas, como sejam as PME, projetos de investigação e desenvolvimento, transição digital, empreendedorismo, inovação, projetos no setor das infraestruturas sustentáveis,

transportes e mobilidade, neutralidade carbónica, economia circular, transição energética, gestão de resíduos, projetos no setor social e das qualificações, inclusão social, habitação, entre outros.

Integrada no Banco Português de Fomento desde 2020, a [Portugal Ventures](#) é uma sociedade de capital de risco que surgiu, com esta designação, em 2012 após a fusão de três sociedades de objeto similar, a Inovcapital, a AICEP Capital e a Turismo Capital. A Portugal Ventures assume um importante papel de apoio no financiamento e crescimento do ecossistema nacional do empreendedorismo, impulsionando o sucesso global das empresas e o alcance das suas metas e objetivos em todas as fases de desenvolvimento de negócio.

Criado em 2016, o [Fundo Ambiental](#) é resultado da extinção do Fundo Português de Carbono, do Fundo de Intervenção Ambiental, do Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e do Fundo para a Conservação da Natureza e Biodiversidade. Este fundo tem como desígnio apoiar as políticas ambientais e contribuir para o cumprimento dos objetivos e compromissos ambientais e internacionais, relativos às alterações climáticas, recursos hídricos, resíduos e conservação da natureza e biodiversidade. O financiamento incide nas seguintes atividades:

- Mitigação, adaptação e cooperação na área das alterações climáticas;
- Sequestro de carbono, recurso ao mercado de carbono para cumprimento de metas internacionais e fomento da participação de entidades no mercado do carbono;
- Uso eficiente da água, proteção dos recursos hídricos e sustentabilidade dos serviços de águas;
- Prevenção e reparação de danos ambientais;
- Cumprimento dos objetivos e metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos urbanos;
- Transição para uma economia circular;
- Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade;
- Capacitação e sensibilização em matéria ambiental;
- Investigação e desenvolvimento em matéria ambiental.

A [Iniciativa Nacional Cidades Circulares](#), financiada pelo Fundo Ambiental em 1,5 milhões de euros, tem como objetivo apoiar e capacitar os municípios e as suas comunidades na transição para a economia circular, visando o desenvolvimento urbano sustentável assente em quatro temas centrais: urbanismo e construção; economia urbana para a circularidade; relações urbano-rurais; e ciclo urbano da água.

Na tabela seguinte encontra-se sintetizada a classificação do investimento de cada ação, de acordo com os intervalos de valores de investimento considerados anteriormente, bem como potenciais fontes de financiamento disponíveis para cada ação.

Tabela 5. Potenciais fontes de financiamento
Fonte: SPI

Projetos estruturantes	Ações integradas		Financiamento			
			Comunitário	Nacional	Municipal	Privado
PE1. RIBEIRA GRANDE INCLUI	1.1.	+ Habitação Reforço e reabilitação do parque habitacional dirigido à população desfavorecida				
	1.2.	População qualificada Combate ao abandono e insucesso escolar e fomento da literacia e da aprendizagem ao longo da vida				
	1.3.	Ribeira Grande saudável Promoção do bem-estar e da inclusão social, da saúde e da vida ativa				
	1.4.	+ Equipamentos Reforço da capacidade instalada na ótica dos equipamentos sociais de nova geração				
	1.5.	Programa Filho de Peixe Criação de projeto de inovação social direcionado para as comunidades desfavorecidas				
PE2. RIBEIRA GRANDE CAPACITA	2.1.	RG Empreendedora Formação e capacitação para o fomento do empreendedorismo e criação de emprego próprio				
	2.2.	RG <i>Skills</i> Promoção da qualificação de recursos humanos em domínios chave do território				
	2.3.	RG Mar Criação e implementação do Plano Municipal de Apoio à Economia do Mar				
PE3. RIBEIRA GRANDE COMPETE	3.1.	Polos industriais e empresariais Qualificação das áreas industriais e de acolhimento empresarial e criação de centro logístico da Ribeira Grande				
	3.2.	AgroCenter Centro empresarial para a inovação e sustentabilidade no setor agrícola				
	3.3.	RG <i>Nest</i> Dinamização de polo de inovação para valorização da produção e das atividades locais				
PE4. RIBEIRA GRANDE DIGITAL	4.1.	DIH Ribeira Grande Criação de um <i>digital innovation hub</i> para apoio às empresas e organizações na transição digital				
	4.2.	Administração digital Modernização e digitalização de infraestruturas e serviços públicos				
	4.3.	Economia digital Programa de capacitação das empresas e do comércio local para a transição digital				
	4.4.	Sociedade digital Programa de capacitação das pessoas para a transição digital				
PE5. RIBEIRA GRANDE MAIS VERDE	5.1.	Cidade verde Reforço da oferta de espaços verdes urbanos e valorização dos corredores ribeirinhos				
	5.2.	Edifícios e infraestruturas eficientes Programa de incentivo à eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas municipais e na habitação				
	5.3.	RG Adapta-se Criação de uma estratégica local de adaptação às alterações climáticas				
	5.4.	RG Circular Programa de promoção da economia circular e da valorização de resíduos				
	5.5.	Melhor Mobilidade Programa de promoção da mobilidade sustentável				
PE6. RIBEIRA GRANDE ATRAI	6.1.	Território renovado Requalificação dos centros urbanos e da habitação degradada e apoio à fixação de população				
	6.2.	Cidade Mar Requalificação da Frente de Mar - eixos Matriz/Monte Verde e Monte Verde/Bandejo - e valorização do litoral do concelho				
	6.3.	Ribeira Grande + próxima Programa de requalificação e reestruturação da rede viária municipal, do estacionamento da oferta de transporte coletivo				
	6.4.	Nomads.RG Criação das condições logísticas para a instalação de nómadas digitais no concelho da Ribeira Grande				

Projetos estruturantes	Ações integradas		Financiamento			
			Comunitário	Nacional	Municipal	Privado
PE7. RIBEIRA GRANDE COM VIDA	7.1.	Made in RG Criação da marca e selo Ribeira Grande				
	7.2.	AgroSM Criação do Centro Vivo de interpretação da agricultura de São Miguel				
	7.3.	Ribeira Grande Centro Criativo Dinamização do património, da cultura e das artes				
	7.4.	Ribeira Grande Distingue-se Valorização dos recursos naturais e endógenos na diferenciação e promoção territorial do concelho da Ribeira Grande				
PE8. RIBEIRA GRANDE EM REDE	8.1.	Laboratório para a cidadania Criação de programa de estímulo ao desenvolvimento e participação cívica				
	8.2.	Ribeira Grande Parceira Desenvolvimento e implementação de uma estratégia para novas parcerias				
	8.3.	Ribeira Grande informada Criação de plataforma de divulgação de apoios, projetos e parcerias				



5. Modelo de Governação e Monitorização



5. Modelo de Governação e Monitorização

5.1. Modelo de Governação

A concretização do Plano Estratégico Ribeira Grande 2030 pressupõe a adoção de um modelo de governação capaz de enquadrar e agilizar o contexto operacional e de garantir, ao longo de todo o processo de implementação, uma boa articulação institucional e funcional que permita tirar o melhor partido das valências e potencialidades de cada entidade envolvida no processo.

A adoção de um modelo de governação permitirá ao Município assegurar:

- A coordenação das ações e a garantia da prossecução da visão;
- O rigor do processo de decisão e de gestão das intervenções;
- A diminuição dos custos associado ao processo de implementação;
- A otimização dos resultados por via da redução dos tempos necessários para a conclusão das ações e a favor dos agentes económicos e dos cidadãos.

Como tal, torna-se imprescindível que o modelo de governação promova a interação e comunicação ativa entre os diferentes atores institucionais, bem como uma alocação adequada de recursos humanos, logísticos e financeiros nas diferentes fases dos processos de implementação, monitorização e avaliação do Plano Estratégico.

Tendo presente os objetivos que revestem a concretização do Plano Estratégico, o Município, enquanto entidade coordenadora do processo de implementação, monitorização e avaliação, estabelece uma estrutura de governação baseada numa distribuição de responsabilidades e numa gestão integrada, que promova uma articulação institucional e operacional entre os órgãos municipais, serviços técnicos municipais e parceiros, com vista ao adequado desenvolvimento e implementação do conjunto de projetos estruturantes e ações (Figura 20).

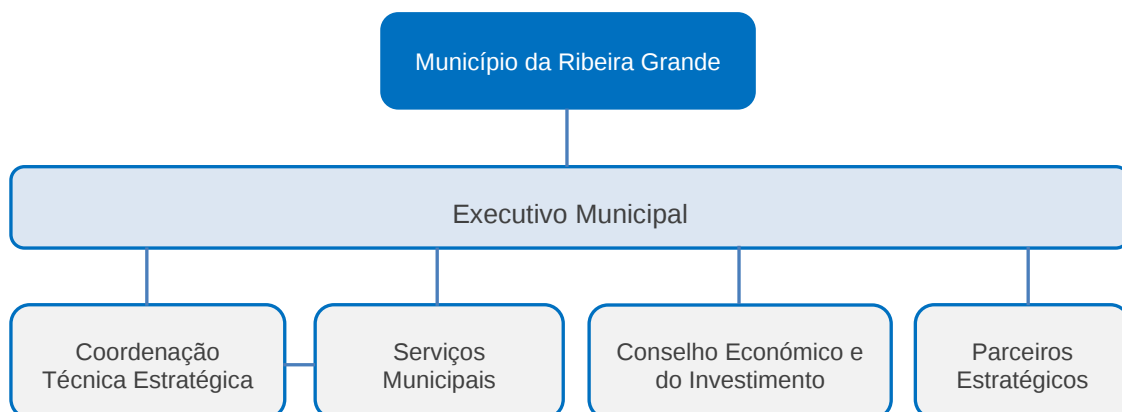


Figura 20. Proposta de modelo de governação

Fonte: SPI

O modelo de governação proposto assenta numa forte liderança do executivo municipal, e numa gestão partilhada de competências, com uma forte interação de processos. O modelo alicerça-se em quatro pilares sob tutela político-administrativa do executivo municipal:

- Coordenação Técnica Estratégica;
- Serviços Municipais relevantes para a implementação;
- Conselho Económico e do Investimento;
- Parceiros Estratégicos para a operacionalização do plano.

A coordenação técnica estratégica para a implementação da Estratégia poderá constituir um grupo de trabalho criado para o efeito ou uma unidade orgânica do Município, cujas competências se prendem com o acompanhamento e gestão integrada da implementação do conjunto de projetos estruturantes, em permanente diálogo com o executivo municipal e em articulação direta com os vários serviços técnicos do Município.

Esta missão poderá ser imputada à equipa que acompanhou a elaboração do presente Plano, eventualmente com uma configuração reforçada, numa perspetiva de concentrar estas competências numa estrutura com experiência e particularmente vocacionada para este efeito.

A natureza e diversidade dos projetos propostos, que recaem sobre diferentes domínios de intervenção, impõem o envolvimento dos serviços municipais no processo de implementação da Estratégia. Neste sentido, deverão ser incluídas as unidades orgânicas flexíveis da CMRG de nível 2, nomeadamente a Divisão de Urbanismo e Planeamento, a Divisão de Obras Públicas e Trânsito, a Divisão de Ação Social e Educação, a Divisão de Ambiente Serviços Urbanos e Equipamentos Municipais e a Divisão de Cultura Juventude e Desporto. Para além dos serviços afetos a cada divisão, deverão também ser envolvidos os serviços municipais na dependência direta do executivo, nomeadamente o Serviço de Comunicação e Imagem e o Serviço de Apoio às Associações, ao Turismo e à Economia Local.

Será fundamental tirar partido das valências e das potencialidades de cada unidade orgânica municipal envolvida neste processo, cada qual com uma missão definida e tendo presente um conjunto de princípios fundamentais:

- Grande interação com os decisores políticos;
- Autonomia na promoção e gestão das ações;
- Forte articulação com os diferentes atores institucionais;
- Comunicação ativa dos programas e iniciativas;
- Alocação dos recursos humanos, logísticos e financeiros indispensáveis.

Conforme referido na fase de diagnóstico (R2. Diagnóstico Territorial), estão constituídos atualmente seis conselhos locais com um importante papel consultivo do Município. Ainda assim entende-se que, pela natureza do presente Plano e pelas especificidades da sua implementação, poderá ser criado um Conselho Económico e do Investimento, órgão consultivo do Presidente de Câmara, onde deverão estar representados os atores socioeconómicos mais relevantes, locais e com ligação ao Concelho. Deste modo, será possível auscultar de uma forma permanente as forças vivas do Concelho, aferir a situação económica e social na perspetiva das empresas e trabalhadores, analisar o impacto da aplicação dos projetos estruturantes, e avaliar e propor medidas que se mostrem adequadas à resolução de questões relevantes que venham a ser identificadas.

Por fim, o modelo de governação preconizado deverá incluir os parceiros estratégicos fundamentais para a operacionalização do plano de ação, podendo para tal ser convocados os organismos e entidades públicos e privados, associações empresariais, culturais e ambientais, entre outros, identificados em cada ação, bem como outros que se afigurem de particular pertinência no decorrer da fase de implementação.

5.2. Mecanismos de monitorização

A monitorização do Plano Estratégico é fundamental para garantir o sucesso da implementação da estratégia proposta. Um acompanhamento próximo e regular dos projetos deverá permitir aferir a eficácia dos mesmos, identificar aspetos críticos e desvios, e possibilitar, se necessário, a introdução atempada de adaptações, num processo dinâmico e atento, que garanta, deste modo, a maior economia de recursos e a maximização de resultados.

Desde o primeiro momento, deverá ser garantida a existência de informação regular sobre o concelho da Ribeira Grande e sobre os resultados alcançados com a implementação dos projetos. Neste sentido, torna-se necessário definir um conjunto de indicadores que permita essa avaliação e que deverá ser alvo de atualização periódica.

Para avaliar o impacto global do Plano Estratégico, é proposto um conjunto de indicadores de carácter geral, disponibilizados pelas fontes oficiais de estatística, que permitem comparar a situação geral do Concelho com as médias regionais e nacionais. Na tabela seguinte é apresentada a lista de indicadores para o ano mais recente para o qual existe informação, constituindo uma situação de partida. Anualmente, deverá ser promovida a atualização desta informação.

Tabela 6. Alguns indicadores para monitorização global do impacto do Plano Estratégico

Fonte: INE

Indicador	Portugal	RAA	Ribeira Grande
Taxa anual de crescimento migratório (INE, 2019)	0,43%	0,04%	-0,09%
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (INE, 2018/2019)	3,8%	8,3%	13,1%
Taxa de analfabetismo (INE, 2011)	5,22%	4,66%	6,64%
Taxa de desemprego (INE, 2011)	13,18%	11,13%	14,27%
Beneficiários de RSI em % da população residente (INE, 2019)	2,60%	8,61%	17,58
Ganho médio mensal dos trabalhos por conta de outrem (INE, 2018)	1.166,9€	1.065,4€	975,2€
Poder de compra per capita (INE, 2017)	100,00	87,29	86,51
Taxa de natalidade das empresas (INE, 2018)	15,26%	14,91%	A aferir
Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes (INE, 2018)	56,09%	55,32%	55,08%
Dormidas nos alojamentos turísticos por 100 habitantes (INE, 2019)	682,1	938,1	244,1
Edifícios com necessidade de reparações (INE, 2011)	28,92%	21,33%	25,28%
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (INE, 2019)	110 kg	159 kg	154 kg
Consumo doméstico de energia elétrica por consumidor (INE, 2019)	2 293,2 kWh/cons	2 408,2 kWh/cons.	2 491,2 kWh/cons.

Para avaliar o sucesso dos diferentes projetos estruturantes, foi definido um conjunto de indicadores mais específicos. De salientar que, durante a fase de execução dos projetos e respetivas ações integradas, esta monitorização poderá ser complementada com outros indicadores mais específicos e de recolha direta.

Tabela 7. Alguns indicadores para monitorização dos Projetos Estruturantes

Fonte: INE

PE1. RIBEIRA GRANDE INCLUI Inclusão social, habitação e correção de desigualdades
População residente em risco de pobreza ou exclusão social por sexo e grupo etário
Proporção de população residente em áreas urbanas que vive em alojamentos não clássicos ou em alojamentos com falta de condições de habitação
Número de fogos de habitação social de âmbito local reabilitados;
Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa
Proporção da população que vive em agregados com sobrecarga das despesas familiares em saúde relativamente ao total de despesas familiares ou do rendimento familiar
Índice de longevidade – pessoas com 75 ou mais anos por 100 idosos
Taxa de participação de jovens e adultos em educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo
Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem
Número de crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos

PE2. RIBEIRA GRANDE CAPACITA | Formação e valorização do capital humano

Taxa de retenção e desistência no ensino básico

Número de formandos em ações de formação

Número de ações de formação para o empreendedorismo

Número de ações de formação/sensibilização nos setores estratégicos da economia local

Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência

Taxa de emprego de longa duração (variação)

Taxa de natalidade das empresas

Taxa de desemprego (evolução)

Número de inscrições na bolsa de emprego do Concelho (empresas e pessoas singulares)

Número de contratos de trabalho estabelecidos por intermédio da bolsa de emprego do Concelho

PE3. RIBEIRA GRANDE COMPETE | Coesão territorial e apoio ao tecido empresarial

Valor acrescentado bruto (VAB) das empresas não financeiras

Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada

Número de empresas

Número de protocolos de valorização dos produtos endógenos

Proporção do emprego informal no emprego total, por setor e por sexo

Área de superfície total intervencionada nas zonas industriais

Superfície reservada a novas áreas de acolhimento empresarial

PE4. RIBEIRA GRANDE DIGITAL | Modernização da infraestrutura tecnológica e transição digital

N.º de acessos/atendimentos nos canais digitais

Evolução da rede de sensorização/comunicação

Número de computadores por aluno nos estabelecimentos de ensino

Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram internet

Número de empresas aderentes às plataformas digitais

Cobertura do processo de transição digital nos serviços públicos

PE5. RIBEIRA GRANDE MAIS VERDE | Descarbonização, eficiência energética e proteção do ambiente

Superfície ocupadas de áreas verdes urbanas

Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado;

Número de candidaturas ao incentivo à eficiência energética do parque habitacional;

Intensidade energética da economia em energia primária;

Número de postos de carregamento rápido;

Número de utilizadores de bicicletas (evolução);

Proporção de residentes que se deslocam de bicicleta para o trabalho(%)

Qualidade da água para consumo humano (Água segura)

Proporção da superfície das massas de água com bom estado/potencial ecológico (% da área total);

Proporção do fluxo de águas residuais domésticas e industriais tratada com segurança;

Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.);

Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%);

Despesas em ambiente dos municípios por habitante.

PE6. RIBEIRA GRANDE ATRAI | Qualificação dos centros urbanos e melhoria das condições de atratividade à população

Superfície de espaço público requalificado

Rácio entre a taxa de consumo do solo e a taxa de crescimento da população

Saldo migratório

Extensão de vias requalificadas

Extensão de frente litoral requalificada

Número de nómadas digitais no Concelho

PE7. RIBEIRA GRANDE COM VIDA | Promoção territorial e consolidação do turismo, da cultura e do lazer

Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação

Número de participantes anuais nas atividades culturais

Número de ações de marketing territorial realizadas

Visitantes de espaços culturais do Concelho

Número de utilizadores do ecoparque de campismo

Número de utilizadores dos estabelecimentos termais do Concelho

PE8. RIBEIRA GRANDE EM REDE | Cooperação territorial e institucional

Montante total de financiamento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais

Número de parcerias envolvendo atores públicos e privados

Número de projetos envolvendo atores do concelho e do exterior

Número de sessões públicas direcionadas para o fomento da participação cívica

Taxa de participação da população em sessões/eventos de promoção para a cidadania

Número de soluções coletivas implementadas

Com base na lista de indicadores, aconselha-se a elaboração de relatórios trianuais de monitorização, a fim de aferir do impacto da implementação do Plano Estratégico e das dinâmicas económicas, sociais e territoriais, bem como um relatório intermédio de avaliação do nível de execução dos projetos estruturantes, que possa introduzir ajustamentos caso se verifiquem desvios face aos objetivos propostos, para além do relatório final de avaliação da execução, que permita efetuar um balanço final e produzir recomendações para o próximo ciclo de desenvolvimento.



Anexos



Anexo I. Documentos estratégicos de âmbito supramunicipal

Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

Enquadramento

Aprovado a 16 de dezembro de 2020, o [Quadro Financeiro Plurianual \(QFP\)](#) constitui um plano de orçamento que define os montantes que os Estados-Membros podem investir para o período 2021-2027. Esses investimentos suportam-se na nova [Agenda Estratégica da União Europeia \(UE\)](#), adotada pelo Conselho Europeu em junho de 2019. De salientar que a nova Agenda Estratégica da UE se encontra alinhada com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, em vigor desde 2016.

Os investimentos financiados pelo orçamento da UE destinam-se às regiões, cidades, agricultores, universidades, empresas e a todos os cidadãos dos Estados-Membros. Este novo QFP organiza-se em sete eixos, que por sua vez enquadram um conjunto de 17 prioridades.

Tabela 8. Novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

Fonte: ec.europa.eu

Eixos	Prioridades
Mercado único, inovação e digitalização	Investigação e inovação Investimentos estratégicos europeus Espaço Mercado único
Coesão, resiliência e valores	Recuperação e resiliência União Económica e Monetária Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores europeus
Recursos naturais e ambiente	Agricultura e política marítima Ambiente e ação climática
Migração e gestão de fronteiras	Gestão de fronteiras Migração
Segurança e defesa	Defesa Segurança Resposta a situações de crise
Vizinhança e o mundo	Ação externa Assistência pré-adesão

Administração pública europeia	Administração pública europeia
--------------------------------	--------------------------------

Neste quadro, foram estabelecidos pela Comissão Europeia **cinco objetivos de política de coesão** que servirão de orientação aos investimentos da UE no período 2021-2027. A saber:

- uma **Europa mais inteligente**, graças à inovação, à digitalização, à transformação económica e ao apoio às pequenas e médias empresas;
- uma **Europa mais «verde»**, sem emissões de carbono, aplicando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
- uma **Europa mais conectada**, com redes de transportes e digitais estratégicas;
- uma **Europa mais social**, concretizando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
- uma **Europa mais próxima dos cidadãos**, graças ao apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE.

A crise económica e social decorrente da pandemia levou a Comissão Europeia a rever a programação do QFP 2021-2027, lançando um plano de recuperação para mitigar os efeitos decorrentes desta crise, onde se destaca o **Fundo de Recuperação Económica**, instrumento destinado a apoiar a retoma e transformação da economia da UE. Atualmente, o QFP prevê um investimento 1.074,3 mil milhões de euros para os próximos sete anos, ao qual acresce um montante de 750 mil milhões de euros (390 mil milhões de euros a fundo perdido) destinados ao plano de recuperação *Next Generation EU*. A Portugal caberá um financiamento de cerca de 58 mil milhões de euros, dos quais 45 mil milhões de euros correspondem a subvenções.

A UE irá disponibilizar 132,8 mil milhões de euros ao domínio de despesas “**mercado único, inovação e digital**”, e 377,8 mil milhões de euros ao domínio “**coesão, resiliência e valores**”. A estes montantes acresce o montante de 143,4 mil milhões de euros e 1.099,7 milhares de milhões de euros, respetivamente, com o financiamento adicional do *Next Generation EU*. No domínio “**recursos naturais e ambiente**” será atribuído um montante de 356,4 mil milhões de euros, acrescido de 373,9 mil milhões de euros com a contribuição do *Next Generation EU*. Ao domínio da “**migração e gestão das fronteiras**” estarão afetos 22,7 mil milhões de euros, enquanto no domínio da “**segurança e defesa**” caberão 13,2 mil milhões de euros. O domínio “**vizinhança da UE e mundo**” ascenderá aos 98,4 mil milhões de euros. Por último, à “**administração pública europeia**” caberá 73,1 mil milhões de euros.

Será criado um novo programa de financiamento, o **Europa Digital**, que visa apoiar a transição digital, através da promoção da implantação e da adoção, em larga escala, de tecnologias digitais

essenciais. A vertente digital do [Mecanismo Interligar a Europa](#) vê aumentado o seu financiamento de forma significativa.

É também criado um novo programa no domínio da saúde, o [Programa UE pela Saúde](#), assente no conhecimento adquirido durante a pandemia de COVID-19.

O [Programa Horizonte Europa](#) beneficiará de um aumento significativo no domínio da investigação e da inovação, por via do instrumento de recuperação da UE.

No domínio da segurança e defesa, saliente-se a criação do [Fundo Europeu da Defesa](#), cujo objetivo se centra na promoção da competitividade, da eficiência e da capacidade de inovação da base industrial e tecnológica da defesa da EU.

Os programas [Erasmus+](#) e o [Corpo Europeu de Solidariedade](#) serão igualmente beneficiados.

Será criado um novo [Fundo para a Transição Justa](#), direcionado para as regiões de elevada intensidade carbónica mais vulneráveis.

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

Os objetivos estratégicos desenhados pela Comissão Europeia tocam temáticas muito relevantes para o desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande. Na verdade, a conceção da estratégia de desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande procura ir ao encontro das políticas de coesão da UE, deparando-se a Ribeira Grande com os mesmos desafios que se colocam aos restantes territórios dos 27 Estados-Membros.

Tendo presente a representatividade dos setores agrícola, agroindustrial, das pescas e da indústria transformadora do pescado, por forma a poderem competir com o mercado exterior e em alinhamento com o primeiro objetivo, impõe-se a aposta na inovação e digitalização dos mesmos, quer pela via da inovação tecnológica propriamente dita e desenvolvimento dos processos produtivos, quer pela qualificação dos recursos humanos. A atual crise pandémica acentuou também a urgência da digitalização dos serviços públicos e da escola pública.

A emergência decorrente dos impactes que advém das alterações climáticas e o cumprimento do Acordo de Paris fazem do segundo objetivo um desafio crucial. Numa lógica de continuidade dos trabalhos até então desenvolvidos pelo Município, será dada continuidade ao processo de transição energética nos edifícios, assim como o aproveitamento de energias limpas como o calor geotérmico e criados meios de adaptação às alterações climáticas.

A aposta numa Ribeira Grande mais conectada também não poderá ser descurada, sendo de especial interesse o investimento na melhoria das acessibilidades da rede viária do Concelho e

reestruturação da oferta de transporte coletivo, assim como a promoção e extensão da rede ciclável da Ribeira Grande.

Em linha com o quarto objetivo e tendo presente os graves problemas sociais existentes na Ribeira Grande, deverá apostar-se nas pessoas, apoiando o emprego de qualidade, a educação e promovendo a inclusão social, a igualdade de género, a saúde e bem-estar e uma vida ativa.

Saliente-se, por último, a necessidade de apoio de estratégias de desenvolvimento a nível local e do desenvolvimento urbano sustentável.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Recuperar Portugal 2021-2026

Enquadramento

Decorrente da atual situação pandémica que o mundo e Portugal enfrentam, cujas consequências económicas têm-se revelado devastadoras, o Conselho Europeu de julho de 2020 aprovou o instrumento de recuperação europeu *Next Generation EU*. Este instrumento prevê a mobilização de 750 mil milhões de euros destinados à recuperação, através da emissão de dívida europeia que será fundamental para assegurar uma resposta adequada à atual crise pandémica. O instrumento *Next Generation EU*, conjuntamente com o Quadro Financeiro Plurianual, irá beneficiar Portugal em cerca de 45 mil milhões de euros durante o período 2021-2029. Neste sentido, em consonância com o *Next Generation EU*, Portugal desenvolveu o seu **Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026**. De salientar que este Plano segue as orientações estratégicas e políticas nacionais, encontrando-se alinhado com os princípios da Estratégia Portugal 2030 e com os diferentes eixos da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030.

O PRR procura reforçar a resiliência da economia e da sociedade face à atual crise pandémica, tendo por base, não só os bloqueios estruturais existentes no País, como sejam a baixa qualificação dos recursos humanos, as inúmeras desigualdades e as assimetrias que existem ao nível do território, como também os novos desafios ao nível demográfico e os novos desafios resultantes das desigualdades sociais existentes, do processo de digitalização e das alterações climáticas. De salientar que a atual crise pandémica veio acentuar estes problemas estruturais e as fragilidades inerentes a estes novos desafios.

Neste sentido, o PRR foi estruturado em três dimensões – **a resiliência, a transição climática e a transição digital**. Por sua vez, cada dimensão organiza-se em **três roteiros diferentes**, fundamentais para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo. Os roteiros para a resiliência dividem-se em 16 reformas, nove componentes e 27 investimentos. Os roteiros para a transição climática dividem-se em cinco reformas, cinco componente e nove investimentos. Por último, os roteiros para transição digital organizam-se em 10 reformas, três componentes e 10

investimentos. De seguida é apresentado um quadro resumo onde se encontram descritos os investimentos por componente.

Tabela 9. Quadro resumo do PRR

Fonte: <https://www.portugal.gov.pt/>

Dimensão Resiliência	
Roteiro Vulnerabilidades Sociais	
Componentes	Investimentos
Componente 1 - Serviço Nacional de Saúde (SNS)	▪ Cuidados de saúde primários com mais respostas; ▪ Rede Nacional de Cuidados Continuados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos; ▪ Conclusão da Reforma da Saúde Mental (incluído na rede hospitalar); ▪ Equipamento para os hospitais de Seixal, Sintra e Lisboa; ▪ Fortalecimento do serviço regional de saúde da Região Autónoma da Madeira.
Componente 2 - Habitação	▪ Reestruturação do parque de habitação social; ▪ Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário; ▪ Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira; ▪ Aumento das condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores.
Componente 3 - Respostas Sociais	▪ Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para o Envelhecimento e a Infância; ▪ Acessibilidades 360°; ▪ Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira; ▪ Implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social – redes de apoio.
Componente 4 - Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza	▪ Abordagem Integrada de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas.
Potencial Produtivo e Emprego	
Componentes	Investimentos
Componente 5 - Investimento e Inovação	▪ Agendas Mobilizadores para a Reindustrialização; ▪ Missão interface – renovação da rede de suporte C&T e orientação para tecido produtivo; ▪ Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade agrícola, alimentar e agroindustrial; ▪ Desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores”; ▪ Recapitalização do Sistema Empresarial dos Açores, relançamento económico da agricultura açoriana.
Componente 6 - Qualificações e Competências	▪ Modernização do ensino e formação profissional; ▪ Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial; ▪ Impulso jovem STEAM; ▪ Impulso adultos; ▪ Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida e capacitação empresarial para a RAA.
Competitividade e Coesão Territorial	
Componentes	Investimentos
Componente 7 - Infraestruturas	▪ Rede ALE interior; ▪ Missing links; ▪ Ligações transfronteiriças;

	Aumento capacidade rede viária estruturante e circuitos logísticos – rede viária regional dos Açores.
Componente 8 - Floresta	- Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis; - Faixas de gestão combustível – rede primária; - Meios de combate a incêndios rurais; - Cadastro do território; - Programa mais floresta.
Componente 9 - Gestão Hídrica	- Plano de eficiência hídrica do Algarve; - Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (Barragem do Pisão); - Aumento do armazenamento de água numa lógica de fins múltiplos
Dimensão Transição Climática	
Mobilidade Sustentável	
Componentes	Investimentos
Componente 10 – Mobilidade Sustentável	- Expansão da rede de metro de Lisboa – linha vermelha até Alcântara; - Expansão da rede de metro do Porto – Casa da Música-Devesas; - Metro ligeiro de superfície Odivelas-Loures; - Linha BRT do Campo Alegre; - Descarbonização dos transportes públicos.
Descarbonização e Bioeconomia	
Componentes	Investimentos
Componente 11 - Descarbonização da indústria	Descarbonização da indústria.
Componente 12 - Bioeconomia	Bioeconomia.
Eficiência Energética e Renováveis	
Componentes	Investimentos
Componente 13 - Eficiência Energética	Eficiência energética em edifícios.
Componente 14 - Hidrogénio e Renováveis	- Hidrogénio e gases renováveis; - Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira; - Transição energética nos Açores.
Dimensão Transição Digital	
Escola Digital	
Componentes	Investimentos
Componente 15 – Escola Digital	Investimentos como a transição digital na educação e a educação digital nos Açores.
Empresas 4.0	
Componentes	Investimentos
Componente 16 - Empresas 4.0	Transição digital nas empresas.
Administração Pública Digital	
Componentes	Investimentos
Componente 17 – Administração Pública Digital	- Portal digital dos serviços públicos e consulares; - Cibersegurança, Ringov e data science;

	- Redes de emergência: Siresp e 112; - Programa nacional de capacitação e qualificação da administração pública; - Modernização e simplificação da gestão financeira e patrimonial pública; - Transição digital na justiça; - Transição digital na segurança social; - Transição digital na saúde; - Transição digital da administração pública da RAM; - Hospital digital (Açores); - Modernização e digitalização da administração pública regional dos Açores.
--	---

O orçamento disponibilizado para a RAA traduz-se em cerca de 580 milhões de euros, distribuídos pelos seguintes investimentos:

Tabela 10. Resumo orçamental do PRR para a Região Autónoma dos Açores

Fonte: <https://www.portugal.gov.pt/>

Investimentos	M€
Aumento das condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores	60
Implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, nomeadamente das Redes de Apoio Social	35
Desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores”	32
Recapitalização do Sistema Empresarial dos Açores	115
Relançamento económico da agricultura açoriana	30
Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida	29
Capacitação empresarial	10
Circuitos logísticos – Rede Viária Regional dos Açores	60
Transição energética nos Açores	116
Educação digital nos Açores	38
Hospital digital	30
Modernização e digitalização da administração pública regional	25

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

Alguns dos investimentos previstos no PRR são de especial relevância para o concelho da Ribeira Grande, devendo a Estratégia a prosseguir alinhar-se com os mesmos.

Destaca-se a necessidade de aumento das condições habitacionais do parque habitacional, nomeadamente do parque social e de um conjunto populacional com graves carências habitacionais e financeiras.

No domínio das pescas e agricultura, o desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores” reveste-se de um investimento de especial importância, na medida em que Ribeira Grande possui forte ligação às atividades ligada ao setor das pescas, onde impera a continuação da requalificação da Frente de Mar, a requalificação e valorização das zonas litorais, a modernização tecnológica e a valorização dos recursos humanos ligados ao setor. A agricultura é também um setor crucial no desenvolvimento da Ribeira Grande, sendo que urge o relançamento económico do setor, que poderá passar pela aposta na inovação e sustentabilidade no setor, pelo investimento na formação profissional e na criação de emprego, assim como pela valorização dos produtos da fileira agroalimentar e pelo investimento na produção biológica. A presença da Cooperativa Agrícola na Ribeira Grande é uma mais valia para este processo.

A aposta na qualificação e aprendizagem na idade adulta constitui, também, uma resposta basilar, na medida em que a Ribeira Grande é um dos concelhos da Região com mais baixas qualificações e insucesso escolar. Por conseguinte, os rendimentos dos ribeiragrandenses são baixos, sendo mesmo dos concelhos com os rendimentos mais baixos da Região.

Em consonância com a necessidade de melhorar as condições habitacionais do parque habitacional, saliente-se o incentivo à eficiência energética do parque habitacional, uma iniciativa que poderá surgir no seguimento da já iniciada renovação de infraestruturas no plano energético em edifícios públicos do Concelho.

Não menos importantes, e em linha com os investimentos previstos no PRR, são de realçar a importância na aposta na requalificação e reestruturação da rede viária do Concelho, a aposta na mobilidade suave, na descarbonização dos centros urbanos e ainda na necessidade de modernização e digitalização da administração pública regional e da escola pública.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Enquadramento

Formulado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo de 1998, o **PNPOT** apresenta uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território nacional, constituindo-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais, promovendo a coordenação e articulação de políticas públicas e estratégias numa base territorializada.

Em julho de 2018 foi aprovada pela Assembleia da República a Proposta de Lei de Alteração do PNPT. Em setembro de 2019, através da Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, foi aprovada a Primeira Revisão do PNPT. Esta alteração teve como fim a promoção de um novo programa de ação para o horizonte 2030, com base numa estratégia de organização e desenvolvimento territorial de prazo alargado, suportada numa visão de futuro cujo desígnio se centra na promoção da coesão interna e da competitividade externa do país.

Ao nível da Estratégia de Ordenamento do Território 2030, o PNPT foca-se sobre um conjunto de **Mudanças Críticas e Tendências Territoriais**, salientando os seus potenciais impactos ambientais, sociais, económicos, tecnológicos e políticos. Tendo por base os problemas, os recursos estratégicos territoriais identificados e as mudanças críticas, são definidos os **Princípios e Desafios Territoriais** e, por fim, é formulado o **Modelo Territorial** ambicionado. O **Modelo Territorial** traduz os desafios territoriais enunciados, contribuindo para o aumento da capacidade de resiliência dos diferentes territórios num quadro de coesão territorial, apoiando-se em **cinco sistemas territoriais** - **Sistema Natural, Sistema Social, Sistema Económico, Sistema de Conetividade, Sistema Urbano e Sistema de Conetividade**.

O Programa de Ação do PNPT responde às opções estratégicas derivadas dos desafios territoriais e visa concretizar o Modelo Territorial proposto. Neste sentido, documento incorpora um **conjunto de compromissos para o território**, que traduzem as apostas de política pública para a valorização do território e que são operacionalizados no quadro **de cinco Domínios de Intervenção** - **Domínio Natural; Domínio Social; Domínio Económico; Domínio da Conetividade; Domínio da Governança Territorial**.

O documento inclui ainda um conjunto de **diretrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial**, constituído por duas secções: uma secção direcionada para as diretrizes de coordenação e articulação para o PNPT, para os Programas Setoriais, Especiais e Regionais e ainda para os Programas e Planos Intermunicipais e Municipais; outra secção que contém diretrizes de conteúdo para os Programas Regionais de Ordenamento do Território e os Planos Diretores Municipais, dado que estes instrumentos são determinantes para a concretização das orientações e diretrizes de organização e funcionamento territorial emanadas do PNPT.

Por fim é desenvolvido um **Modelo de Governança** para a implementação do PNPT, que visa congrega e institucionalizar a participação de um conjunto diversificado de atores públicos e privados representativos dos diversos interesses públicos com expressão territorial e dos vários interesses da sociedade civil, nos domínios ambiental, social e cultural.

Relevância para o concelho da Ribeira Grande:

No que se refere às Mudanças Críticas e Tendências Territoriais com relevância para o concelho da Ribeira Grande, destacam-se os seguintes domínios:

- **Mudanças Ambientais e Climáticas.** O território concelhio deverá estar preparado para um conjunto de fatores de risco, nomeadamente o aumento do nível médio das águas do mar, a tendência para o aumento da precipitação no inverno e diminuição no verão, a erosão costeira, agravada por fortes temporais, assim como o aumento do risco de cheias e inundações, galgamentos costeiros e movimentos de vertentes e pressões que levam à degradação e perdas de recursos ambientais decorrentes do aumento das áreas urbanas e aumento do turismo.
- **Mudanças tecnológicas.** Os processos laborais mais inteligentes, eficientes e sustentáveis deverão integrar crescentemente os processos económicos, incutindo novos desafios às organizações e aos trabalhadores. Neste sentido, deverá apostar-se na promoção da capacitação, do conhecimento, da inovação e tecnologia. As novas tecnologias estão a revelar-se fulcrais para o desenvolvimento inteligente dos territórios, nomeadamente ao nível da gestão e utilização de recursos de forma mais eficiente e ao nível da qualidade de vida dos cidadãos.
- **Mudanças económicas e sociais.** Será fundamental reforçar as redes relacionais e colaborativas e alargar a participação dos cidadãos e dos diferentes atores nos processos de decisão e de resposta aos desafios económicos e sociais. Os novos modelos económicos deverão ser mais sustentáveis, distributivos e inclusivos – mudança na globalização; maior consciência ecológica e novas perceções de bem-estar; uma sociedade mais multipolar e participativa (fatores); desigualdades aumentam e emergem modelos económicos alternativos; uma sociedade mais saudável e sustentável; uma sociedade mais colaborativa e resiliente (impactos)

No que se refere aos Princípios e desafios territoriais com relevância para o concelho da Ribeira Grande, destacam-se os seguintes desafios:

- **Gerir os recursos naturais de forma sustentável.** Valorizando o capital natural; promovendo a eficiência do metabolismo regional e urbano e aumentando a resiliência socioecológica.
- **Promover um sistema urbano policêntrico.** Reforçando a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna e promovendo a qualidade urbana.
- **Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial.** Aumentando a atratividade territorial e a inclusão social, reforçando o acesso aos serviços de interesse geral e dinamizando os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica da globalização.
- **Reforçar a conectividade interna e externa.** Otimizando as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica; reforçando e integrando redes de acessibilidades e de mobilidade e dinamizando as redes digitais.

- **Promover a governança territorial.** Reforçando a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível; promovendo redes colaborativas de base territorial e aumentando a Cultura Territorial.

Estratégia Portugal 2030

Enquadramento

A **Estratégia Portugal 2030**, aprovada pela RCM n.º 98/2020, de 13 de novembro, assume-se como um referencial estratégico para os documentos de natureza programática transversal, como as Grandes Opções e o Programa Nacional de Reformas, o Acordo de Parceria, o PRR e o PEPAC, assim como os programas e planos setoriais que a venham concretizar. A Estratégia Portugal 2030 tem por base uma visão estratégica centrada na recuperação da economia e na proteção do emprego, na recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, garantindo maior resiliência e coesão, social e territorial.

A Estratégia Portugal 2030 encontra-se estruturada em **quadro agendas para o desenvolvimento da economia, sociedade e do território português no horizonte 2030**, que se organizam por domínios e eixos estratégicos de intervenção.

Agenda 1 As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Agenda 2 Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	Agenda 3 Transição climática e sustentabilidade dos recursos	Agenda 4 Um país competitivo externamente e coeso internamente
1.1. Sustentabilidade demográfica 1.2. Promoção da inclusão e luta contra a exclusão 1.3. Resiliência do sistema de saúde 1.4. Combate às desigualdades e à discriminação	2.1. Promoção da sociedade do conhecimento 2.2. Inovação empresarial 2.3. Qualificação dos recursos humanos 2.4. Qualificação das instituições	3.1. Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética 3.2. Tornar a economia circular 3.3. Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais 3.4. Agricultura e florestas sustentáveis 3.5. Economia do mar sustentável	4.1. Competitividade das redes urbanas 4.2. Competitividade e coesão a baixa densidade 4.3. Projeção da faixa atlântica 4.4. Inserção territorial mercado ibérico

Figura 21. Agendas temáticas e domínios de intervenção da Estratégia Portugal 2030.

Fonte: SPI

A **Agenda 1** é dirigida para as pessoas e agrega diferentes domínios, como sejam a sustentabilidade demográfica, a promoção da inclusão e luta contra a exclusão, a resiliência do sistema de saúde, a garantia de habitação condigna e acessível e o combate às desigualdades e à discriminação. Tem como desígnio mitigar as perdas populacionais prevista até 2030, promovendo políticas de natalidade e reforçando os saldos migratórios, assim como reduzir os fenómenos de exclusão, nomeadamente o desemprego de longa duração, a pobreza, as desigualdades e precariedade laboral nos adultos, convergindo para os níveis médios da UE.

A **Agenda 2** engloba um conjunto de domínios estratégicos fundamentais, nomeadamente a promoção da sociedade do conhecimento, a digitalização e inovação empresarial, a qualificação dos recursos humanos e a qualificação das instituições. Apresenta como objetivos: (i) o aumento da despesa total em investigação e desenvolvimento para 3% do produto interno bruto em 2030; (ii) a diminuição da percentagem de adultos, incluindo jovens, em idade ativa sem a escolaridade mínima obrigatória; (iii) o aumento do número de jovens a frequentar o ensino superior; (iv) o alcance da liderança europeia de competências digitais até 2030; (v) o reforço da participação de adultos em formação ao longo da vida; (vi) o reforço da autonomia e soberania produtiva da EU; (vii) o aumento das exportações de bens e serviços; (viii) o aumento da resiliência financeira e da digitalização das pequenas e médias empresas; (ix) a aproximação dos níveis de investimento em capital de risco à média da Europa e ainda o reforço da atração de investimento direto estrangeiro.

A **Agenda 3** encontra-se estruturada em cinco domínios estratégicos como a descarbonização da sociedade e promoção da transição energética, a promoção da economia circular, a redução dos riscos e valorização dos ativos ambientais, a agricultura e florestas sustentáveis e a economia do mar sustentável. Surge com o objetivo de reduzir as emissões globais de gases com efeito de estufa em 45% a 55% e em 40% no setor dos transportes face a 2005. Também visa aumentar para 47% o peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia, reduzir em 35% o consumo de energia primária e, ainda, reduzir para metade a área ardida, de modo a aumentar a capacidade de sequestro do carbono.

A **Agenda 4** organiza-se em quatro domínios, nomeadamente a competitividade das redes urbanas, a competitividade e coesão na baixa densidade, a projeção da faixa atlântica e a inserção territorial mercado ibérico. Tem como objetivo a promoção do desenvolvimento harmonioso do território nacional, assegurando a convergência das regiões NUT II em produto interno bruto *per capita* com a média europeia.

A sua concretização irá mobilizar diferentes instrumentos legais, financeiros e fiscais que envolverão diversas fontes de financiamento, como sejam:

- **Fundos europeus**, nomeadamente os fundos europeus do novo Acordo de Parceria (fundos da Política de Coesão) e do PEPAC (fundos da Política Agrícola Comum e do Desenvolvimento Rural), os fundos adicionais do Instrumento Recuperação e Resiliência, do REACT e do Fundo de Transição Justa, e os fundos europeus de gestão centralizada (Horizonte Europa e *Connecting European Facility*);
- **Outros fundos nacionais**, nomeadamente do Instrumento Recuperação e Resiliência, do REACT e do Fundo de Transição Justa;
- **Empréstimos de instituições financeiras nacionais ou internacionais**, nomeadamente o Banco Europeu de Investimento);
- **Fontes de financiamento do setor privado**.

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

No caso da Ribeira Grande, estas agendas e respetivos objetivos e domínios de atuação são particularmente relevantes e refletem, à semelhança do restante território nacional, problemáticas e necessidades presentes no território concelhio.

No que concerne aos desafios demográficos e com relevância para o Concelho, as políticas públicas deverão ser concretizadas no sentido da promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, na promoção da empregabilidade e qualidade do emprego, em particular de jovens, na promoção da gestão dos fluxos migratórios e na promoção do envelhecimento ativo.

No que diz respeito à promoção da inclusão e luta contra a exclusão, as políticas públicas deverão incidir na promoção do emprego, da empregabilidade e da inclusão de todos, na promoção da criação do próprio emprego, de empresas e do empreendedorismo social, na promoção da inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade e ainda na promoção do combate à pobreza e exclusão social. O Sistema Nacional de Saúde assume um papel basilar no Estado Social do País, sendo fundamental a adoção de medidas que promovam a sua resiliência, como sejam a promoção da prevenção de doenças e estilos de vida saudáveis e a garantia do acesso e aumento da resiliência e qualidade dos serviços de saúde. Por sua vez, no acesso a habitação condigna e acessível, as políticas públicas, concretizadas, quer seja pela promoção de uma nova oferta de habitação pública, quer seja pela reabilitação do parque público de habitação existente, serão determinantes para a resolução dos problemas existentes no parque habitacional concelhio. No que concerne ao domínio referente ao combate às desigualdades e à discriminação, as medidas implementadas deverão procurar promover a igualdade de género e combater todas as formas de discriminação.

No âmbito da Agenda 2, urge investir em iniciativas assentes no reforço da base de conhecimento científico da economia e sociedade, assim como no reforço da capacidade de transferência de conhecimento das entidades não empresariais ligadas à I&D e ainda na promoção da cultura como veículo da cidadania e valorização da informação do conhecimento,

aprendizagem, qualificação e formação contínua, criatividade e inovação. No domínio da digitalização e inovação empresarial, as intervenções a implementar estarão em consonância com a transformação estrutural da economia, com a promoção do empreendedorismo e espírito empresarial, com a qualificação dos recursos humanos e ainda com o estímulo à produção de bens e serviços. Em linha com o domínio referente às qualificações dos recursos humanos, as medidas implementadas deverão procurar o combate ao abandono e insucesso escolar e o desenvolvimento de competências, o alinhamento da qualificação inicial dos jovens com as novas especializações económicas, assim como a promoção da aprendizagem ao longo da vida. Já no domínio das qualificações das instituições, importa destacar a modernização e digitalização de infraestruturas e serviços públicos.

Na Agenda 3, cujo objetivo central é a aposta na promoção da utilização eficiente dos recursos, a prossecução das ações deverá envolver a promoção da mobilidade sustentável, a descarbonização da indústria e a promoção da transição e eficiência energética, no domínio referente à descarbonização da sociedade e promoção da transição energética. No domínio da economia circular, as medidas a implementar deverão guiar-se na eficiência económica, na transformação de resíduos em recursos, na aposta na economia regenerativa (e em particular no uso produtivo e regenerativo da água, solo e nutrientes) e na promoção de uma sociedade mais sustentável. As políticas públicas com vista a proteção dos cidadãos de pressões e riscos ambientais e valorização dos ativos ambientais deverão procurar integrar a gestão dos recursos hídricos, a proteção e valorização do litoral, a melhoria da qualidade dos solos, do ar e do ambiente da cidade, a conservação da natureza e biodiversidade e a redução dos riscos de catástrofes. Por sua vez, as ações promovidas no domínio da agricultura e florestas sustentáveis deverão procurar promover o potencial económico da agricultura, utilizar de forma eficiente os recursos nos setores agrícolas, alimentar e florestal, bem como proteger os ecossistemas e a biodiversidade. No que concerne à economia do mar sustentável, destacam-se um conjunto de eixos de intervenção, nomeadamente o apoio à reestruturação da pesca artesanal e das artes de pesca seletivas e contribuição da valorização do pescado, a promoção da modernização das frotas de pesca, a promoção de I&I, a promoção da utilização sustentável dos recursos e biodiversidade marinha e ainda a promoção da pesca e aquicultura eficientes.

Por fim, na Agenda 4, de acordo com os diferentes domínios afetos a esta, as ações a implementar deverão ir ao encontro de um conjunto de eixos de intervenção, como sejam, no domínio da competitividade das redes urbanas, a promoção de redes de cidades de conhecimento, digitalização e inovação, a promoção da conectividade externa das cidades e das zonas urbanas, a melhoria da atratividade e sustentabilidade das cidades e reforço do sistema urbano e articulação urbano-rural, o apoio à regeneração urbana, a promoção do papel dos atores da economia social nas redes urbanas. No domínio da projeção da faixa atlântica, as ações implementadas deverão aproveitar o potencial geográfico e económico da Região.

Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PAC) 2023-2027 – proposta da Região Autónoma dos Açores (versão de consulta alargada)

Enquadramento

Em 2018, a Comissão Europeia apresentou a “[Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho](#)” que esclarece as regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da [Política Agrícola Comum \(PAC\)](#), financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) N.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho. A proposta da Comissão Europeia estabelece o quadro orçamental e as principais orientações para a PAC.

De forma breve, os objetivos gerais da nova PAC para o período 2021-2027 centram-se na viabilidade económica, na resiliência e no rendimento das explorações, no desempenho ambiental e climático, assim como no reforço do tecido socioeconómico das zonas rurais. O fomento do conhecimento, da inovação e da digitalização da agricultura e a promoção do desenvolvimento rural constituem objetivos transversais na nova PAC. A nova PAC contempla ainda um conjunto de [nove objetivos estratégicos](#):

- OE1 – Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar;
- OE2 – Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização;
- OE3 – Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor;
- OE4 – Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável;
- OE5 – Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar;
- OE6 – Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens;
- OE7 – Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas em zonas rurais;
- OE8 – Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável;

- OE9 – Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais.

No cumprimento destes objetivos, os Estado-Membros da UE devem apresentar um plano estratégico da PAC que contemple as intervenções que vão ao encontro dos objetivos específicos da PAC 2021-2027. Neste sentido, a proposta de Regulamento do Plano Estratégico da PAC 2023-2027 encontrava-se até 11 de dezembro de 2020 em consulta alargada. Para o processo de consulta alargada, foi disponibilizada diversa documentação de base, nomeadamente diagnósticos por objetivo específico e diagnósticos por objetivo transversal, respetivas matrizes SWOT e orientações estratégicas, estruturada em três níveis distintos: Continente, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

De acordo com o diagnóstico efetuado para a Região, foram identificadas um conjunto de necessidades com relevância para o concelho da Ribeira Grande, resumidas no quadro seguinte.

Tabela 11. Orientação Estratégica e Lógica de Intervenção do PEPAC

Fonte: <https://www.gpp.pt/>

OE1 | Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar

Criar/consolidar serviços de gestão e aconselhamento e promover a qualificação dos intervenientes do setor agroflorestal

Promover o investimento em modernização, infraestruturas e novas tecnologias

Reforçar a diversificação na produção agrícola

Apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar e a manutenção da atividade agrícola em toda a Região

Incentivar a adesão às medidas de gestão de riscos (seguro agrícolas e fundos mutualistas) e de prevenção e restabelecimento do potencial produtivo

Promover a melhoria do rendimento das explorações agrícolas

OE2 | Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização

Fomentar o desenvolvimento tecnológico, a digitalização e o investimento em I&D, promovendo a organização dos intervenientes do setor e a transferência de conhecimento

Promover a incorporação de elementos de modernização e de inovação na atividade agroflorestal e agroindustrial

Promover a redução dos custos de produção, melhorando a utilização dos fatores de produção e as condições de financiamento aos agricultores

Promover a valorização dos produtos regionais de qualidade e a sua notoriedade nos mercados nacionais e internacionais

OE3 | Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor

Fomentar a criação e o reforço de competências das organizações de produtores, como forma de reduzir a pressão sobre os preços por parte da distribuição

Fomentar uma maior proximidade entre a produção e o consumidor, incentivando à criação de cadeias curtas

Promover a organização da cadeia alimentar, por forma a assegurar um maior equilíbrio na distribuição de rendimentos por todos os intervenientes, dando maior poder negocial aos agricultores

Compensar os sobrecustos de produção e dos transportes

Garantir a sustentabilidade económica das explorações agrícolas, quer por via da melhoria da gestão dos fatores de produção, que pela estratégia de diversificação do produto ou de aposta em produtos diferenciados de maior valor acrescentado

OE4 | Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável

Adaptar o sistema agroflorestal aos potenciais efeitos das alterações climáticas e incentivar investimentos com efeitos positivos na mitigação e adaptação às alterações climáticas

Incentivar o investimento na eficiência energética e na melhoria da gestão dos recursos hídricos

Reduzir as emissões de gases de efeito de estufa

Aumentar o sequestro de carbono no solo, através da racionalização do uso de fertilizantes e do aumento e melhoria do potencial produtivo da floresta

Assegurar a sustentabilidade e gestão eficiente dos recursos naturais

Promover a seleção e utilização de espécies vegetais autóctones e de espécies adaptadas às condições edafoclimáticas

OE5 | Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar

Promover a florestação e reflorestação, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas, contribuindo para a preservação da qualidade da água e do solo, diminuindo os riscos de erosão e aumentando a biodiversidade e a formação de corredores ecológicos

Estimular a introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a mitigação das alterações climáticas, nomeadamente agricultura biológica e outros modos de produção sustentável

Promover uma gestão integrada da qualidade da água com foco na prevenção e redução dos níveis de poluição, na promoção da utilização sustentável, na proteção do ambiente e na melhoria do estado dos ecossistemas aquáticos

OE6 | Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens

Estimular a florestação e reflorestação, com espécies florestais bem-adaptadas às condições edafoclimáticas das estações, contribuindo para a preservação dos habitats florestais, diminuindo os riscos de erosão e aumentando a biodiversidade e a formação de corredores ecológicos

Incentivar a prática de atividades em áreas florestais de recreio, através de uma gestão responsável dos recursos florestais, com objetivo de potenciar o uso múltiplo que a floresta proporciona

Promover práticas agrícolas, florestais, cinegéticas e modos de produção que promovam a biodiversidade, através de uma gestão sustentável dos recursos genéticos, animais, vegetais e florestais

Incentivar a formação e a prática de atividades agrícolas e florestais que reforcem a preservação das espécies endémicas e o combate à introdução e disseminação de espécies com caráter invasor

Preservar e incentivar a utilização de espécies e variedades tradicionais de interesse agrícola e pecuário

Promover condições adequadas ao desenvolvimento da atividade apícola

OE7 | Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas em zonas rurais

Reforçar as competências dos jovens agricultores e novos agricultores, por forma a fomentar a gestão sustentável e a modernização das explorações

Incentivar os jovens para a criação de empresas, ligadas ou não à atividade agrícola e garantir o apoio ao rendimento dos jovens agricultores durante os primeiros anos de atividade

Potenciar uma maior ligação entre os jovens agricultores e as instituições de I&D locais, de modo a fomentar um progresso inovador e sustentável

Melhorar as condições de acesso à terra e ao financiamento pelos jovens agricultores e novos agricultores

OE 8 | Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável

Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando a criação de emprego

Adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território

Valorizar a cultura, o património e os recursos endógenos regionais e promover abordagens de desenvolvimento local integrado

Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural

Incentivar a bioeconomia e economia circular

Promover o investimento para a valorização dos produtos de origem florestal

Promover a floresta de Criptoméria enquanto componente da economia rural da RAA

OE9 | Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais

Incentivar a implementação de medidas que visem reforçar e melhorar a segurança alimentar e a saúde, incluindo o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos

Promover o incremento das áreas de produção biológica

Incrementar os apoios à produção de produtos regionais (carnes, leite e derivados, frutas e produtos hortícolas, mel, vinhos, entre outros)

Desenvolver, promover e valorizar os produtos regionais, com foco na sua qualidade e diferenciação

Promover a redução do desperdício alimentar

Incentivar sistemas produtivos menos intensivos, e promover o bem-estar animal

Promover a imagem do agricultor e do silvicultor junto da sociedade, enquanto gestores do território e da paisagem, promotores do ambiente e de práticas agrícolas e silvícolas sustentáveis

Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)

Enquadramento

Enquanto instrumento de planeamento territorial, o **PROTA**, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, estabelece os seguintes objetivos estratégicos:

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas setoriais;
- Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território;
- Orientar a compatibilização prospetiva das diferentes políticas setoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidades, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural;
- Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras, tendo presente a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas;
- Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regional, de acordo com as especificidades de cada ilha;
- Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede infraestruturas e equipamentos, assegurando a equidade do seu acesso, e as áreas prioritárias para localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos;
- Defender o valor da paisagem, património natural e cultural, enquanto elementos de identificação da Região, promovendo a sua proteção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas;
- Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas, por via da discussão e validação das opções estratégicas do modelo territorial adotado.

O PROTA estabelece, ainda, um conjunto de apostas para o território da Região, nomeadamente:

- A excelência científica e tecnológica;
- O destino turístico de referência;
- A diferenciação pela qualidade e conhecimento;
- A Região de referência na relação TIC- ultraperifericidade;
- A autossuficiência e segurança energética;
- A acessibilidade e mobilidade em contexto de fragmentação territorial.

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

No Modelo Territorial apresentado pelo PROTA, a Ribeira Grande integra o modelo territorial de São Miguel, composto por três áreas de conservação da natureza, sujeitas a medidas prioritárias de valorização dos respetivos *habitats*, lagoas com valor paisagístico, como as lagoas das Sete Cidades, das Furnas e do Fogo. Estas áreas são rodeadas por diversas áreas complementares que lhes conferem proteção, que por sua vez se encontram em volta de áreas extensas de uso agrícola.

Os concelhos de Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande compõem o triângulo central, com dinâmicas positivas e onde se preveem crescimentos demográficos moderados a curto e médio prazo.

Neste modelo é possível identificar potenciais conflitos ambientais e paisagísticos, corporizados em infraestruturas rodoviárias, com as áreas de maior valor conservacionista, as áreas sujeitas a perigo sísmico muito forte, e as áreas de integração paisagística e ambiental associadas explorações de inertes concentradas no triângulo Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande.

De salientar as potencialidades no domínio da exploração de energias renováveis, nomeadamente a eólica, a geotérmica e a hídrica, assim como a forte aposta nos setores do turismo e do imobiliário e a necessidade de diminuição da incidência do emprego público. Destaca-se, ainda, os extensos perímetros de ordenamento agrário dos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande.

No PROTA é ainda estabelecido um conjunto de normas orientadoras do uso, ocupação e transformação do território. De seguida, são enumeradas as principais normas orientadoras de carácter territorial com relevância para o concelho da Ribeira Grande:

- Disponibilizar bolsas de solo urbano para a promoção pública de habitação com fins sociais;
- Valorizar a recuperação do parque habitacional devoluto, articulando-a com a construção de raiz para satisfazer a procura habitacional prevista;
- Aumentar os níveis de autossuficiência energética através do desenvolvimento da produção a partir de fontes hídricas, eólicas e geotérmicas;

- Controlar o sobredimensionamento das áreas de expansão urbana da Ribeira Grande, através de medidas de gestão urbanística que deem prioridade às expansões a partir das áreas urbanas existentes mais consolidadas;
- Dar prioridade a ações de valorização das paisagens culturais definidas no modelo territorial, designadamente Gorreana/Porto Formoso (zona do chá) e Rabo de Peixe (quintas da laranja);
- Minimizar os impactes ambientais e paisagísticos das áreas de exploração de inertes, através da definição de faixas de proteção e enquadramento definidas em sede de PMOT;
- Garantir a definição de faixas de proteção e enquadramento da unidade de produção de energia geotérmica.

Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)

Enquadramento

Identificadas as alterações climáticas como um dos principais desafios para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, foi aprovada, em Resolução do Conselho de Governo n.º 123/2011, de 19 de outubro, a [Estratégia Regional para as Alterações Climáticas \(ERAC\)](#). Consequentemente, para a sua operacionalização, e através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 93/2014, de 28 de maio, foi determinada a elaboração do [Programa Regional para as Alterações Climáticas \(PRAC\)](#), com aplicação ao território da Região Autónoma dos Açores. O mesmo foi aprovado em Assembleia Legislativa a 12 de setembro de 2019 e publicado em Diário da República, 1.ª série, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A, de 28 de novembro de 2019.

Na elaboração do PRAC foram definidos os seguintes [objetivos específicos](#):

- Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores nos horizontes de curto (2010-2039), médio (2040-2069) e longo prazo (2027-2099);
- Estimar as emissões regionais de GEE, avaliando o contributo regional para a emissão de GEE, a nível setorial e em comparação com o contexto nacional;
- Definir e programar medidas e ações setoriais para a redução das emissões de GE, estimando o seu potencial de redução;
- Definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diferentes setores estratégicos;
- Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades setoriais para a respetiva aplicação;
- Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação.

Decorrente do diagnóstico de contexto e os cenários climáticos identificados, a **visão estratégica** para as alterações climáticas nos Açores assenta em **três objetivos centrais**:

Visão Estratégica		
Uma Região que conhece a evolução do sistema climático, as suas interações com os sistemas biofísicos, sociais e económicos e as respostas mais eficazes e eficientes, preparando-se para antecipadamente para os desafios e oportunidades das alterações climáticas	Uma Região que participa no esforço global de descarbonização, comprometida com o crescimento sustentável e com a valorização da qualidade ambiental, promovendo a economia circular e de baixas emissões de carbono	Uma Região preparada para reduzir as vulnerabilidades atuais e futuras dos setores estratégicos aos efeitos das alterações climáticas, reduzindo riscos e tornando-se mais resiliente

A sua operacionalização foca-se em **quatro dimensões chave**: o conhecimento, a mitigação, a adaptação e a participação, que se dividem em diferentes objetivos estratégicos, como ilustra o esquema seguinte:

Conhecer

- **OE1** | Aumentar o conhecimento e informação sobre o Clima e as suas implicações
- **OE2** | Incentivar a investigação, desenvolvimento e capacitação relacionada com a mitigação e adaptação às Alterações Climáticas
- **OE3** | Aumentar a capacidade de reporte de monitorização

Mitigar

- **OE4** | Promover a transição para uma economia regional de baixas emissões de carbono
- **OE5** | Promover uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE
- **OE6** | Promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais

Adaptar

- **OE7** | Reforçar a resiliência territorial às Alterações Climáticas
- **OE8** | Promover a capacidade de adaptação dos setores estratégicos
- **OE9** | Promover a integração dos objetivos de adaptação nas políticas setoriais

Participar

- **OE10** | Promover a sensibilização da sociedade para os desafios das Alterações Climáticas nos Açores, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva
- **OE11** | Facilitar a participação das comunidades e dos atores locais na identificação das opções de Adaptação e na definição dos caminhos adaptativos

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto de 2012, os programas setoriais são instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território regional, estabelecendo e justificando as opções e os objetivos setoriais com incidência territorial e definindo Normas de Execução. As Normas de Execução do PRAC dos Açores estabelecem as diretrizes a adotar e a desenvolver pela Administração Pública Regional e Local no âmbito de ações de planeamento e de programação e de atos de decisão. Estas diretrizes concretizam os programas de medidas que foram definidas para cada um dos setores estratégicos da ERAC e que estão desenvolvidas nos Estudos Setoriais, parte integrante do PRAC. Em linha com a visão estratégica e os objetivos estratégicos do PRAC, o presente plano estratégico procura ir ao encontro de algumas medidas de mitigação e de adaptação às alterações definidas no PRAC. Assim, em relação às medidas de mitigação propostas no PRAC, entende-se as anunciadas na tabela seguinte como aquelas com relevância para o concelho da Ribeira Grande e para o presente plano.

Tabela 12. Medidas de mitigação por setor definidas no PRAC

Fonte: Relatório de projeções de emissões para 2020/2030

Setor	Medida de mitigação
Transportes e Mobilidade	- Promoção do uso do sistema de transportes coletivo - Promoção da mobilidade suave
Residencial e serviços	- Promover ações específicas de eficiência energética em edifícios de serviços, doméstico e público - Medidas passivas de eficiência energética em edifícios
indústria, produção de eletricidade, agricultura e pescas	Aumento da penetração de energias renováveis na produção de energia elétrica
Agricultura	- Racionalização da fertilização - Reversão da drenagem em solos orgânicos atualmente utilizados para agricultura e/ou pastagens - Conservação dos solos orgânicos e turfeiras atualmente não utilizados e restauro de situações degradadas
Florestas e outros usos de solo	-
Resíduos e águas residuais	Promoção da recolha seletiva de bioresíduos e da compostagem doméstica

No que diz respeito às medidas de adaptação, com relevância para o concelho da Ribeira Grande e para o Plano Estratégico 2030, entende-se as seguintes medidas por estudo setorial:

Tabela 13. Medidas de adaptação por setor definidas no PRAC

Fonte: Relatórios setoriais de adaptação às alterações climáticas

Estudo setorial	Medida de adaptação
Setor do ordenamento do território e zonas costeiras	- Considerar as Alterações Climáticas e os seus impactos na estratégia do PROT-A, reforçando a importância da adaptação para o desenvolvimento sustentável da RAA - Assegurar a integração da adaptação às Alterações Climáticas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, reforçando o princípio da precaução e a redução da exposição aos riscos naturais

Estudo setorial	Medida de adaptação
	- Promover a gestão adaptativa da orla costeira, adequando o ordenamento deste território à incerteza e à evolução dos fenómenos climáticos. - Reforçar as restrições ao uso e ocupação do solo nos troços costeiros com maior suscetibilidade ao galgamento e inundação - Reforçar a proteção costeira, conferindo prioridade à manutenção/adaptação de obras de proteção de aglomerados urbanos e de infraestruturas portuárias - Promover a gestão adaptativa das áreas protegidas adequando o ordenamento deste território à incerteza e à evolução dos fenómenos climáticos. - Caraterização dos habitats da Rede de Áreas Protegidas (RAP) para adequada avaliação da vulnerabilidade e adoção de medidas de adaptação pelos Parques Naturais de Ilha
Segurança de Pessoas e Bens	- Reforçar as restrições ao uso e ocupação do solo em áreas de risco, especialmente nas áreas sujeitas a inundações e cheias, galgamentos e movimentos de vertente - Reavaliar os Planos Municipais de Emergência e as necessidades de meios a médio-longo prazo em resultado de um potencial aumento de solicitações e do seu perfil
Turismo	- Promover a utilização de espécies vegetais autóctones e adaptadas às condições edafoclimáticas - Adaptar a promoção turística às alterações climáticas - Fomentar a interação e o intercâmbio técnico entre as entidades públicas da RAA com incidência no setor do Turismo
Energia	Prioridades de investimento em mitigação na ótica da adaptação (e.g. eficiência energética do transporte público e privado, eficiência energética no edificado, estratégias de armazenamento de energia do lado da oferta e da procura)
Ecossistemas e recursos naturais	- Medidas Ativas/Restauro/Melhoria do habitat - Medidas de divulgação e promoção das áreas protegidas
Agricultura e Florestas	- Resposta às vulnerabilidades do sistema agroflorestal na RAA (ver relatório da especialidade), neste contexto deve ser considerada e dada especial importância à agricultura de subsistência - Adaptação do sistema agroflorestal a situações de seca em cenários de alterações climática (Formação e sensibilização)

Estudo setorial	Medida de adaptação
	■ Adaptação do sistema agroflorestal a situações de seca em cenários de alterações climáticas
Pescas	■ Implementação de ferramentas informáticas, utilizando técnicas de deteção remota, para identificação de áreas prováveis de ocorrência de peixe
Recursos hídricos	■ Reforço e recuperação da vegetação ripícola
Saúde Humana	■ -

Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028

Enquadramento

Apesar da evolução positiva a nível socioeconómico que se tem assistido nas últimas três décadas, a pobreza constitui um problema estrutural nos Açores. As desigualdades no acesso às novas oportunidades e os fatores mais tradicionais de reprodução da pobreza são uma realidade.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos açorianos como fundamento de uma sociedade desenvolvida, inclusiva e coesa, foi elaborada em 2017, a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social para o período 2018-2028. A esta precede um diagnóstico que resultou na auscultação em todos os Concelhos e de peritos, na recolha e tratamento de dados estatísticos e realização de reuniões com os vários responsáveis setoriais do Governo Regional. A concretização da Estratégia resulta da elaboração de Planos de Ação bianuais. A mesma rege-se por seis princípios estratégicos:

- **Igualdade de oportunidades**, nomeadamente nas condições de acesso à saúde, à educação, à cultura, à habitação, à justiça e ao emprego de qualidade;
- **Participação** das pessoas que vivenciam a pobreza, assegurando que os seus interesses são representados, na construção de soluções conjuntas, estimulando o exercício de uma cidadania plena;
- **Territorialidade**, identificando as especificidades e potencialidades de cada território;
- **Articulação e integração** sustentada dos recursos disponíveis entre os vários setores governamentais e entre os setores público e privado;
- **Conhecimento** assente na avaliação sistemática dos resultados e impacto das medidas implementadas na redução da pobreza;

- **Inovação social**, como forma de encontrar as soluções mais ajustadas, estimulando e valorizando a construção de novas abordagens aos problemas.

A Estratégia assenta em quatro prioridades estratégicas articuladas e complementares entre si:

- **Prioridade 1 | Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo.** Esta prioridade centra-se, sobretudo na infância, numa lógica preventiva, apoiando os pais e colocando à disposição de crianças e jovens resposta sociais e educativas que favoreçam o seu pleno desenvolvimento e garantindo a inclusão social dos jovens no mercado de trabalho;
- **Prioridade 2 | Reforçar a coesão social na Região.** Esta prioridade tem como objetivo minimizar as desigualdades sociais entre os cidadãos, mobilizando os recursos para a promoção da capacitação e resiliência daqueles que dispõem de menos recursos e competências para o fazer por si;
- **Prioridade 3 | Promover uma intervenção territorializada.** Esta visa facilitar a identificação das estruturas e mecanismos societais responsáveis por processo de empobrecimento;
- **Prioridade 4 | Garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno de pobreza na Região.** Tem como desígnio a constituição de um sistema integrado de informação para melhor conhecer e compreender o fenómeno de pobreza e a criação do observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores.

Cada prioridade estratégica é organizada por diferentes áreas de intervenção, somando no total **14 áreas de intervenção prioritárias**. Na tabela seguinte encontram-se resumidas as diferentes áreas de intervenção prioritárias por prioridade estratégica.

Tabela 14. Prioridades estratégicas e áreas de intervenção prioritárias

Fonte: Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028

Prioridade	Áreas de intervenção prioritárias
Prioridade 1 Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo	■ Promoção da saúde infantojuvenil através de uma resposta pública, universal e eficaz; ■ Promoção da parentalidade responsável; ■ Aumento do acesso de crianças na primeira infância, a respostas sociais e educativas; ■ Promoção do sucesso escolar em todos os níveis de ensino; ■ Promoção da saúde e desenvolvimento pessoal dos jovens; ■ Aumento da empregabilidade dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho através da melhoria da qualificação, em especial os NEEF.

Prioridade 2 Reforçar a coesão social na Região	■ Responder aos desafios do envelhecimento; ■ Requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho; ■ Promoção da Saúde Mental.
Prioridade 3 Promover uma intervenção territorializada	■ Dinamização dos polos locais de desenvolvimento e coesão social nos territórios prioritários; ■ Identificação e dinamização local de iniciativas geradoras de emprego; ■ Operacionalização da rede de polos locais de desenvolvimento e coesão social.
Prioridade 4 Garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno de pobreza na Região	■ Constituição de um sistema integrado de informação; ■ Criação do observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores.

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

O concelho da Ribeira Grande apresenta um conjunto de fragilidades sociais, com diversos indicadores negativos. Desde logo, e como abordado anteriormente, apresenta taxas de abandono e insucesso escolar elevadas, apresentando uma forte preponderância de população ativa com empregos pouco qualificados, como também uma elevada taxa de desemprego. No que respeita à distribuição de prestações sociais, é o Concelho onde se regista maior percentagem de beneficiários de RSI por população residente, inclusive a maior percentagem de crianças beneficiárias de RSI face à população residente pertencente à mesma faixa etária. Associada à atribuição deste apoio social está, normalmente, a precariedade laboral. A este contexto demográfico e socioeconómico acrescem dificuldades no acesso a uma habitação com condições condignas. O Concelho detém a mais elevada proporção de habitação social por alojamento existente, bem como a maior proporção de alojamentos sobrelotados.

Tendo em consideração estas especificidades, relevam-se as seguintes áreas de intervenção prioritárias definidas na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, cuja aplicabilidade é pertinente na Ribeira Grande:

- Promoção da saúde infantojuvenil através de uma resposta pública, universal e eficaz;
- Aumento do acesso de crianças na primeira infância, a respostas sociais e educativas
- Promoção do sucesso escolar em todos os níveis de ensino;
- Promoção da saúde e desenvolvimento pessoal dos jovens;
- Aumento da empregabilidade dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho através da melhoria da qualificação;
- Requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho;

- Promoção da Saúde Mental;
- Dinamização dos polos locais de desenvolvimento e coesão social nos territórios prioritários;
- Identificação e dinamização local de iniciativas geradoras de emprego;
- Operacionalização da rede de polos locais de desenvolvimento e coesão social.

Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores (RIS3 Açores 2021-2027) – versão de auscultação pública.

Enquadramento

As [Estratégias de Especialização Inteligente](#) são entendidas como abordagens estratégicas ao desenvolvimento, que se corporizam através do apoio seletivo às atividades de investigação e inovação. Entendidas como agendas de transformação económicas dos países e das regiões, estas focam-se na mobilização das partes interessadas e dos recursos existentes, tendo por base uma visão de futuro orientada para a excelência.

Projetada para o período de 2021-2027 e decorrente do processo de revisão e avaliação da RIS3 anterior, a [RIS3 Açores 2021-2027](#) apresenta como áreas prioritárias aquelas em que a Região apresenta ativos relevantes e/ou massa crítica consolidada - [Agricultura e Agroindústria, o Mar e Crescimento Azul e o Turismo e Património](#). Em resultado do forte compromisso atual da Região para com as questões do Espaço, incluiu-se uma nova área que compreende as áreas [das geociências e das Interações Espaço-Terra](#). Como áreas transversais entende-se aquelas que constituem os principais desafios que se colocam na RAA e que a nova estratégia poderá dar resposta:

- [Território, recursos e economia circular](#). Nesta vertente, surge a necessidade de promoção da valorização dos recursos açorianos, apostando na substituição das importações por produtos locais, na identificação de propriedades exclusivas dos produtos locais com valor no mercado e também na valorização dos resíduos;
- [Ambiente, clima e biogeodiversidade](#). Indissociável e transversal a todas as áreas, encontram-se os desafios relacionados com a sustentabilidade, ambiente, biogeodiversidade, ecossistemas, combate e adaptação às alterações climáticas;
- [Tecnologias e transformação digital](#). A intensificação da capacidade tecnológica e a introdução de novas soluções na área das tecnologias de informação;
- [Qualidade de vida e desafios sociais](#). A esta área transversal surgem desafios como o envelhecimento, a integração social, a pobreza, a educação, entre outras;

- **Dinâmicas atlânticas e geoestratégicas.** O posicionamento e as condições naturais dos Açores deverão constituir uma vantagem, principalmente no desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas de excelência, como é o espaço, mar e observação da terra.

Relevância para o concelho da Ribeira Grande

No caso da Ribeira Grande, as áreas prioritárias da **Agricultura e agroindústria**, o **Mar e crescimento azul** e o **Turismo e património** e as diferentes áreas transversais assumem igual importância.

Na área temática da **Agricultura e agroindústria**, de entre um conjunto de linhas de ação, saliente-se a importância de valorizar os recursos e produtos açorianos, ao invés da importação, tirando partido das propriedades exclusivas dos mesmos, e de apostar na diversificação produtiva, não esquecendo o potencial agrícola dos territórios vulcânicos. São também linhas de ação relevantes para o desenvolvimento do Concelho, a transformação e valorização dos excedentes da produção agrícola e agroindustrial, a eficiência e exploração sustentável dos recursos, a aposta em modelos circulares de produção e indústrias circulares, a aposta em novos ecoprodutos ou ecoserviços, a produção biológica, a otimização de recursos, resíduos e desperdícios agrícolas, a eficiência da utilização da água e da energia no setor agroalimentar, a otimização das cadeias agroalimentares, a descarbonização no setor agrícola e agroindustrial, a implementação de práticas ambientais sustentáveis no setor agrícola. Importa ter presente os riscos da atividade vulcânica no setor agrícola e agroindustrial, assim como os impactos das alterações climáticas sobre a atividade agrícola e agroindustrial.

O desenvolvimento desta área temática passa também pela aposta nas tecnologias inovadoras e transformação digital no setor. A afirmação dos produtos regionais à escala internacional, a promoção de dinâmicas internacionais na área da investigação e inovação aplicadas à agricultura e agroindústria e a potenciação das vantagens da posição geoestratégica dos Açores para o setor da agricultura e agroindústria assumem um papel determinante na cooperação territorial.

No caso do **Mar e crescimento azul**, saliente-se a necessidade de apostar na eficiência e exploração sustentável dos recursos marinhos, na valorização e diferenciação dos produtos e serviços do mar, na gestão de riscos em áreas litorais e oceânicas. Urge, igualmente, a necessidade de desenvolvimento de novos processos de transformação, conservação e embalamento, a aposta na qualificação empresarial e dos recursos humanos, assim como a transferência de conhecimento no setor do mar e crescimento azul e potenciação das vantagens da posição geoestratégica dos Açores para o setor do mar.

No domínio do **Turismo e património**, ganham relevância algumas linhas de ação nos campos da eficiência e exploração sustentável dos recursos turísticos, da valorização turística dos recursos naturais e patrimoniais, da aposta em modelos inovadores de gestão turística e em condições de acessibilidade e mobilidade, não esquecendo as questões ligadas à sustentabilidade ambiental, à gestão da capacidade de carga dos locais turísticos, à valorização do *slow tourism* e minimização dos impactos ambientais decorrentes da atividade turística, bem como as tecnologias e transformação digital e as dinâmicas atlânticas e geoestratégicas no setor.

Anexo II. Síntese dos resultados do envolvimento público e dos atores locais e regionais

Conforme já referido no capítulo 1.2, no âmbito dos trabalhos de caracterização e diagnóstico do território foram realizadas duas sessões de auscultação aos principais agentes locais, que no seu conjunto, reuniram mais de meia centena de pessoas em representação de diferentes órgãos e entidades, públicas e privadas, com sede ou atuação direta no concelho da Ribeira Grande. Destas sessões, resultou um conjunto de opiniões relativas ao estado atual e perspetivas de futuro para o Concelho.

No dia 29 de outubro de 2020 teve lugar, em formato de videoconferência (decorrente da atual pandemia da COVID-19), uma sessão com os presidentes de junta das freguesias do concelho da Ribeira Grande. Nesta sessão, foi possível recolher diversos contributos sobre os principais desafios e dificuldades que o território enfrenta e sobre os quais importa debruçar no período de implementação deste Plano Estratégico.

No dia 4 de novembro de 2020 foi realizada uma sessão pública no Teatro Ribeiragrandense, aberta a toda a comunidade interessada, mas especialmente orientada para os representantes de entidades e empresas sediadas no concelho, do domínio social, cultural, da agricultura, da agroindústria e dos laticínios, do turismo, do comércio, da construção e do urbanismo, entre outras.

Durante a etapa de diagnóstico foram também recebidos alguns contributos através da plataforma eletrónica Ribeira Grande 2030, criada para o efeito, tendo os mesmos sido considerados juntamente com os contributos das sessões anteriormente mencionadas.

Do conjunto de representantes presentes em ambas as sessões, são apresentados na tabela seguinte os intervenientes que formularam contributos e sugestões.

Tabela 15. Entidades, órgãos e setores interventivos no processo de auscultação pública

Fonte: SPI

Sessão / Origem	Data	Entidade / Órgão / Setor	Representante
Juntas de Freguesia (videoconferência)	29.10.2020	Junta de Freguesia da Matriz	Hernâni Costa
		Junta de Freguesia do Pico da Pedra	Elisabeth Amaral
		Junta de Freguesia de Rabo de Peixe	Jaime Vieira
		Junta de Freguesia da Ribeira Seca	João Paulo Moniz

Sessão / Origem	Data	Entidade / Órgão / Setor	Representante
		Junta de Freguesia da Ribeirinha	Marco Furtado
Teatro Ribeiragrandense (sessão pública)	04.11.2020	Associação Agrícola de São Miguel	Jorge Rita
		IROA S.A.	Ricardo Silva
		-	Fernando Sousa
		Assembleia Municipal	José António Garcia
		Comércio local	Rui Maré
		Associação de Alojamento Local dos Açores	João Pinheiro
		Cooperativa de Habitação Raboexense	Rui Tavares
		ARTAC	Filipe Tavares
		Arquitetura/Urbanismo	João Costa
		Junta de Freguesia da Ribeirinha	Marco Furtado
Plataforma eletrónica Ribeira Grande 2030	02.11.2020	Junta de Freguesia de Santa Bárbara	José Henrique Botelho
	05.11.2020	Lojas Papagaio	Nelson Correia
	25.11.2020	-	Tiago Ávila
	01.12.2020	Arquitetura/Urbanismo	Nuno Malato

Dos momentos de auscultação pública e das recolhas de contributos efetuadas foi possível obter dos participantes um retrato atual das principais problemáticas com que, no seu entender, o Concelho se depara, tanto na ótica das suas áreas de atuação como nos principais vetores estruturais para o desenvolvimento futuro do território. Assim, foram abordados os seguintes tópicos principais:

- Quais as áreas/apostas estratégicas de intervenção com o horizonte de 2030;
- Quais as prioridades para recuperação face aos efeitos negativos resultantes da pandemia gerada pela COVID-19;
- Que projetos e/ou intenções de investimento.

Deste envolvimento dos atores locais nas duas sessões realizadas e dos contributos recebidos através da plataforma digital Ribeira Grande 2030, resultou um conjunto de temas, comuns a muitas das intervenções, alguns deles com interligação (Figura 22).



Figura 22. Principais temas abordados nas sessões de auscultação dos agentes locais
Fonte: SPI

Na tabela seguinte estão sintetizados diversos contributos, sob a forma de considerações e medidas propostas por tema.

Tabela 16. Contributos resultantes do processo de auscultação pública
Fonte: SPI

Tema	Contributos
Agricultura e Agroindústria	- A agricultura é um setor fundamental para a economia local e regional, que não tem sido valorizado; - Deverão ser implementados planos de rega com o envolvimento e parceria entre o Município e a IROA, S.A.; - O Concelho precisa de ver reforçadas as infraestruturas pensadas para o armazenamento de água para a lavoura; - Deverão ser mobilizados os empresários e a sociedade civil em torno do setor, numa ótica de partilha de conhecimento e ideias inovadoras e para a modernização e captação de investimento; - A construção de um “AgroParque” poderá ser uma alavanca de desenvolvimento para o setor; - Deverão ser feitas apostas noutros tipos de culturas e na agricultura biológica.
Turismo	- Deverá continuar a aposta no apoio e no investimento no setor do turismo; - O termalismo deverá ser uma aposta, podendo assumir maior protagonismo, especialmente na época baixa;

	▪ Deverá haver espaço para a aposta num turismo sustentável e no turismo de experiências; ▪ O porto de Santa Iria deverá ser requalificado e convertido para, entre diversos usos, o turístico, pela grande afluência que tem tido especialmente na época de veraneio; ▪ O edifício da fábrica de chicória, na freguesia da Ribeirinha, tem potencial para ser reabilitado e convertido em empreendimento turístico e local de visitação; ▪ Deverá ser evitada uma grande centralização na vertente comercial do turismo, apoiando a exploração da diversidade de setores endógenos indutores de autossustentabilidade, como a agricultura (em especial a biológica).
Social/Habitação	▪ Há uma necessidade premente de habitação (habitação pública e social e para os casais jovens), assim como de reabilitação dos conjuntos urbanos degradados e devolutos, realidade muito marcante nas freguesias rurais; ▪ Deverá haver uma aposta em políticas de habitação atrativas que sirvam para fixar jovens qualificados e com maiores rendimentos; ▪ O modelo das cooperativas de habitação caiu em desuso, mas seria benéfico que este fosse recuperado; ▪ O acesso aos cuidados de saúde deverá ser melhorado e apoiado, dentro das competências do Município; ▪ Deverá ser pensada a criação de uma estrutura que reunisse todos os ATL existentes no território concelhio; ▪ Deverá ficar prevista a construção de um pavilhão multiusos municipal na cidade da Ribeira Grande; ▪ Os investimentos no setor social e habitacional deverão ser reforçados em resposta aos desafios decorrentes da pandemia.
Qualificação e Emprego	▪ A educação e a economia deverão ser pilares do desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande; ▪ A aposta na educação e no sucesso escolar deverá começar pelas bases, ao nível do 1.º Ciclo; ▪ A prática lúdica deverá ser fomentada nas escolas, nos seus diversos meios de expressão, de forma interligada com as famílias e com a comunidade em geral; ▪ Deverá ser feito investimento na escola digital e no ensino à distância; ▪ O empreendedorismo e a criação do próprio emprego deverão ser promovidos;

	▪ A aposta na formação especializada para a atividade agrícola deverá ser uma realidade.
Comércio, Empresas e Indústria	▪ Deverão ser encetados apoios à restauração e ao comércio; ▪ A iniciativa privada e o desenvolvimento de metodologias de criação de emprego neste setor deverão ser incentivadas; ▪ Os comerciantes locais deverão ser apoiados no processo de digitalização e ao nível da reabilitação dos seus estabelecimentos; ▪ O estacionamento deverá ser reordenado e reforçado com novas bolsas, de forma a contribuir para a revitalização do comércio local; ▪ É urgente valorizar o parque industrial, que se encontra desqualificado; ▪ Deverá ser feita uma aposta na valorização sustentável dos recursos geológicos existentes (materiais inertes) no Concelho.
Digitalização	▪ Este domínio deverá ser alvo de uma aposta definitiva, para o incremento do uso das ferramentas digitais e dos meios online nas empresas e nas indústrias, no comércio e ao nível do ensino regular e profissional.
Ambiente, Resíduos e Energia	▪ O concelho precisa de um parque urbano ou parque florestal; ▪ Deverá ser combatida a proliferação de pragas; ▪ A comunidade deverá ser sensibilizada para a sustentabilidade ambiental e dos recursos; ▪ É necessário requalificar e valorizar a Ribeira Grande, principal curso de água do Concelho; ▪ Deverá ser pensada a criação de centros de interpretação em articulação com o surgimento de parques de campismo.
Reabilitação Urbana	▪ Deverá ser dada continuidade às políticas até ao momento desenvolvidas, ao nível da reabilitação e refuncionalização do edificado; ▪ As principais artérias e espaços públicos de todas as freguesias do Concelho deverão merecer uma aposta na reabilitação; ▪ O parque industrial precisa de dinamização e os seus espaços e arruamentos carecem de uma intervenção de reabilitação.
Frente Mar, Mar e Pescas	▪ A pesca e a indústria transformadora ligada ao setor da pesca são domínios entendidos como centrais na definição deste Plano Estratégico; ▪ Os apoios no setor das pescas deverão ser transversais aos armadores, pescadores e vendedores;

	▪ Deverá ser dada continuidade ao processo de requalificação da orla costeira e da frente mar da cidade da Ribeira Grande; ▪ Deverá ser pensada a construção de uma zona balnear natural de acesso livre, em alternativa às atuais piscinas municipais; ▪ A requalificação do Porto de Santa Iria poderia permitir um maior desenvolvimento da atividade piscatória e do recreio na freguesia da Ribeirinha;
Património e Cultura	▪ É necessário valorizar o património e as manifestações culturais existentes no concelho; ▪ É preciso reforçar o investimento na cultura e no lazer, dando continuidade aos festivais e outros eventos, assegurando uma maior interação com as associações locais e incentivando-as ao desenvolvimento dos seus próprios projetos; ▪ O Município deverá trabalhar no enriquecimento da agenda cultural da Ribeira Grande, enquanto parceiro dos movimentos culturais e artísticos do Concelho; ▪ O intercâmbio com o exterior deverá ser promovido e incentivado, tendo no Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas, um importante parceiro;
Mobilidade e Transportes	▪ A rede viária e os acessos ao centro da cidade da Ribeira Grande deverão ser alvo de intervenções de requalificação; ▪ As principais artérias das freguesias do Concelho deverão ser alvo de beneficiação, especialmente as que funcionam como porta de entrada e de saída; ▪ A mobilidade suave deverá ser promovida, bem como o surgimento de zonas de lazer e esplanadas no desenvolvimento do novo passeio atlântico, evitando a pressão automóvel e condicionando a circulação deste meio a uma faixa reduzida de fluxo lento.

Para além dos assuntos abordados com enquadramento nos temas anteriormente referidos, das auscultações efetuadas resultaram questões de carácter geral, sendo de realçar as seguintes preocupações e considerações:

- Existe o receio de que o investimento dos municípios dependa sempre da desagregação dos fundos a nível nacional e regional, sendo incerto atualmente, para os intervenientes, qual a capacidade dos municípios para investir em todas as suas pretensões;
- Além da necessidade deste Plano articular com os demais instrumentos municipais, incluindo o PDM, é também necessário ter presente o desenvolvimento de projetos ajustados à dimensão do território e tirar naturalmente vantagem dos fundos

comunitários, sem que, no entanto, este instrumento se centre somente na concretização de ações financiadas por estes mecanismos financeiros. Assim, é fundamental consolidar e reaproveitar projetos, infraestruturas e iniciativas já implementadas, antes de investir em novas;

- No concelho da Ribeira Grande verificam-se frequentemente atrasos na apreciação de projetos e na obtenção de licenças, situação que pode criar constrangimentos ao investimento externo. O Município deverá investir na melhoria dos seus serviços, de forma a agilizar procedimentos e a reduzir os prazos de análise de processos, potenciando os negócios e atraindo mais investidores.
- O futuro do concelho da Ribeira Grande diz respeito a todos os ribeiragrandenses e de todos depende, pelo que se reveste de grande importância a cooperação entre o Município e todas as partes interessadas, bem como o Governo Regional, além da importante mobilização de empresários, população jovem e população sénior, não descurando a relação com as comunidades emigrantes.

Anexo III. Resultados da participação pública no questionário digital

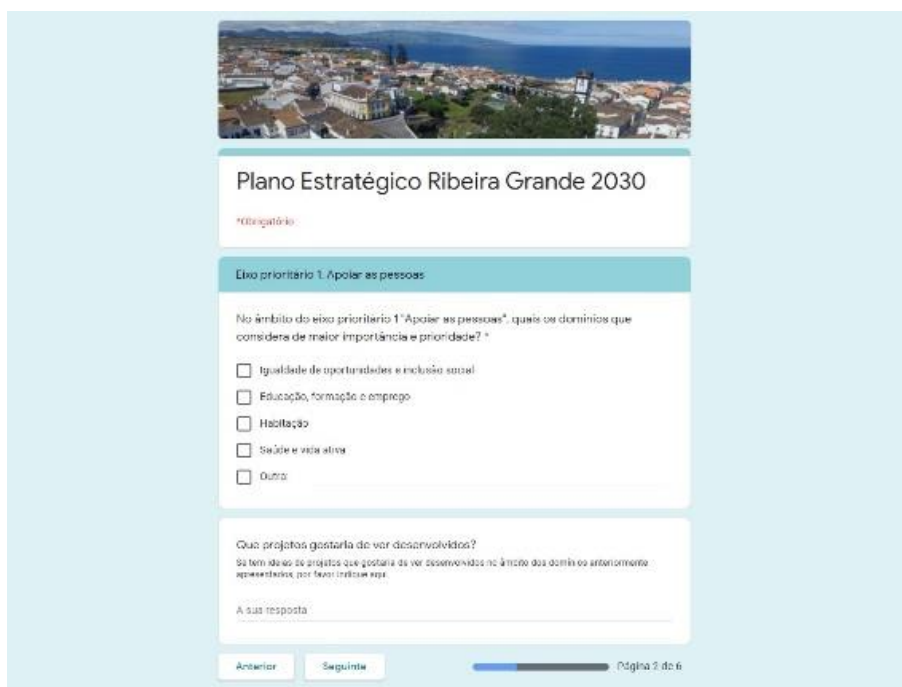
Em sequência dos momentos de auscultação pública já decorridos na fase de diagnóstico (cujos resultados foram sintetizados no capítulo 2), e pretendendo-se que a elaboração do presente Plano se constituísse em permanência como um processo partilhado e agregador, foi aberto um período de recolha de contributos para a população em geral, através de questionário próprio criado para o efeito e acessível nos meios digitais (Figura 23).



Figura 23. Página inicial do questionário de auscultação pública
Fonte: CMRG

Após a definição da visão de futuro para o Concelho e dos grandes eixos prioritários de desenvolvimento, pretendeu-se que, com um questionário organizado segundo estes grandes eixos, os participantes pudessem, para cada, selecionar os domínios que, no seu entender, são de maior importância e prioridade para o desenvolvimento do Concelho. A cada eixo prioritário, foi ainda dada a hipótese de mencionar outros domínios e de referir, de forma mais detalhada, que ideias e projetos gostariam de ver em prática (Figura 24). Este procedimento permitiu, desta forma, alargar o espectro de recolha de contributos para o plano, a uma esfera pública na sociedade civil, bem como observar quais as temáticas que esta considera de maior importância. O questionário esteve disponível para consulta e preenchimento online entre final de fevereiro e meados de março de 2021⁵.

⁵ <https://www.cm-ribeiragrande.pt/ribeira-grande-abre-plano-estrategico-2020-2030-a-contributos-da-populacao>



Plano Estratégico Ribeira Grande 2030

Eixo prioritário 1. Apoiar as pessoas

No âmbito do eixo prioritário 1 "Apoiar as pessoas", quais os domínios que considera de maior importância e prioridade? *

☐ Igualdade de oportunidades e inclusão social

☐ Educação, formação e emprego

☐ Habitação

☐ Saúde e vida ativa

☐ Outro: _____

Quais projetos gostaria de ver desenvolvidos?

Se tem ideias de projetos que gostaria de ver desenvolvidos no âmbito dos domínios anteriormente apresentados, por favor indique-os aqui.

A sua resposta: _____

Anterior Seguinte

Página 2 de 6

Figura 24. Página inicial e questionário de auscultação pública no âmbito da elaboração do Plano
Fonte: CMRG

No âmbito do **Eixo Prioritário 1 – Apoiar as pessoas**, o domínio “Educação, formação e emprego” foi considerado o mais preponderante pelos participantes (Figura 25). De entre as iniciativas propostas, destaca-se o incentivo ao consumo local, a promoção do emprego junto da população ribeiragrandense e o reforço de medidas junto das empresas de forma a evitar a disrupção salarial. Também foi proposta a criação de uma plataforma digital concelhia para a pesquisa e divulgação de empresas e serviços, bem como a formação em atendimento orientado para o cliente, junto do tecido empresarial local e, ainda, a aposta em programas formativos e de sensibilização junto da comunidade escolar para a preservação do meio ambiente, para os primeiros socorros e para a partilha de saberes intergeracionais.

Ao nível da habitação, foi proposta a concretização de mais iniciativas de promoção em regime de custos controlados, enquanto ao nível do domínio da saúde e vida ativa, foi referida a necessidade de promover as deslocações por bicicleta em todo o concelho e também com os concelhos vizinhos, reforçando ainda os espaços públicos destinados à prática de atividade física.

No domínio de intervenção “igualdade de oportunidades e inclusão social”, foi referido ser necessário desenvolver mais respostas para pessoas com deficiência. Por fim, é de referir que foi sugerido um novo domínio de intervenção “valorizar competências e responsabilidades”.

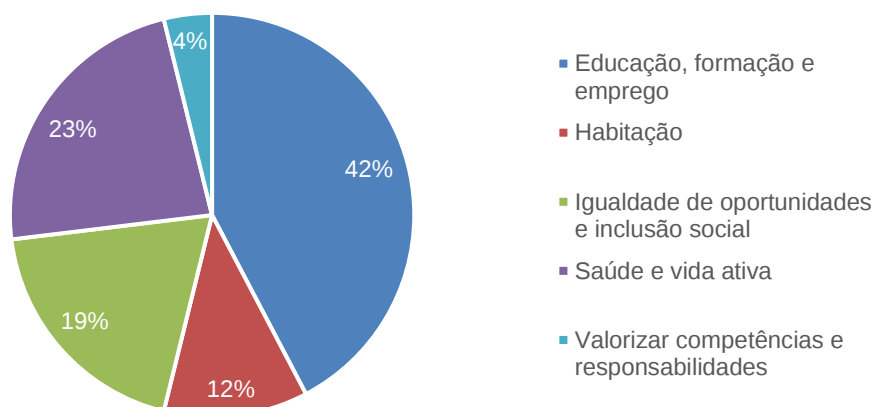


Figura 25. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Apoiar as pessoas

Fonte: SPI

No âmbito do **Eixo Prioritário 2 – Potenciar uma economia resiliente e inovadora**, foram especialmente destacados pelos utilizadores, com maior grau de importância, os domínios “recursos humanos e conhecimento” e “empreendedorismo e especialização económica” (Figura 26). Ao nível de recursos humanos, ficou patente nas sugestões que deverão ser criadas as condições para que estes possam ser mais valorizados e potenciados, enquanto ao nível da digitalização das empresas e entidades públicas, foi mencionada a ideia de criação de um espaço de trabalho próprio para acolher nómadas digitais, que possam desta forma aproveitar as condições excecionais do Concelho e da Região para desenvolverem a sua atividade profissional em regime de teletrabalho e, simultaneamente, desfrutarem das potencialidades do território na vertente turística e de lazer.

Foi ainda referida, no âmbito deste mesmo domínio, a pertinência de criação de um sistema de acompanhamento processual nos serviços públicos em formato digital, através do qual seja possível acompanhar em tempo real o estado do mesmo.

Por fim, é de referir que neste eixo prioritário foi sugerida a implementação de apoios para a valorização das empresas cumpridoras e uma maior fiscalização da concorrência, promovendo o combate da corrupção com medidas de controlo.

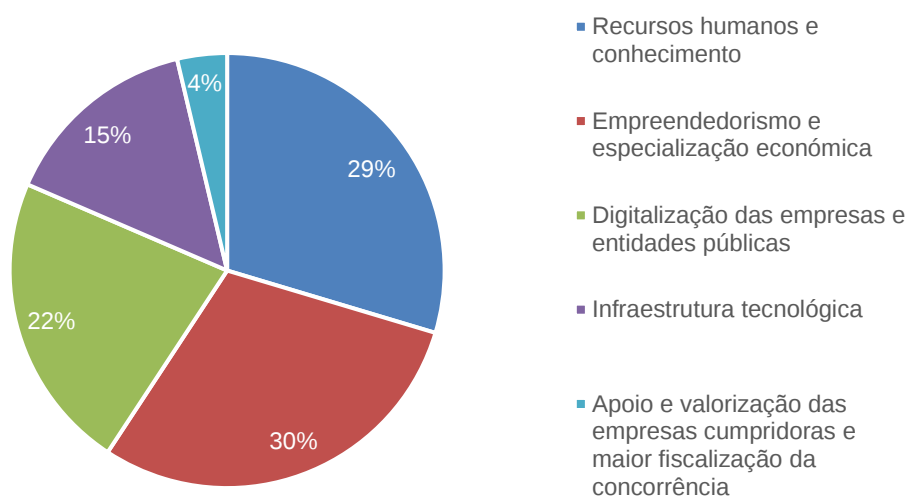


Figura 26. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 2 – Potenciar uma economia resiliente e inovadora

Fonte: SPI

No âmbito do **Eixo Prioritário 3 – Promover a transição climática e verde**, a generalidade dos domínios de intervenção alcançou uma importância acrescida na escolha dos utilizadores que responderam ao questionário, com maior destaque para a “descarbonização, eficiência energética e mobilidade sustentável”, “alterações climáticas e riscos” e ainda “economia circular e sustentabilidade de recursos” (Figura 27).

Em termos de ideias sugeridas e projetos em concreto para este eixo prioritário, no domínio da economia circular e sustentabilidade de recursos foi sugerida a realização de campanhas anti-plástico, complementadas pontualmente com ações de limpeza e recolha desse tipo de resíduo e atribuição de prémios ou compensações, bem como a implementação de sistemas de certificação para a construção sustentável.

Quando ao domínio da economia circular, foi sugerida a promoção de incentivos para quem recicle, através da instalação de máquinas que, através da deposição de resíduos (como o plástico, metal ou vidro) possam gerar algum retorno. No domínio da biodiversidade, foi salientada a necessidade de se progredir no sentido de promover uma melhoria na qualidade da água e do estado dos cursos de água do Concelho, no sentido de evitar as descargas de lixos e esgotos que acabam por ser encaminhados para as praias e para o mar. Neste sentido, foi ainda sugerida maior fiscalização e aplicação de medidas corretivas no combate ao depósito de lixo e descargas poluentes, como por exemplo a criação de brigadas comunitárias para alerta e sinalização deste tipo de situações.

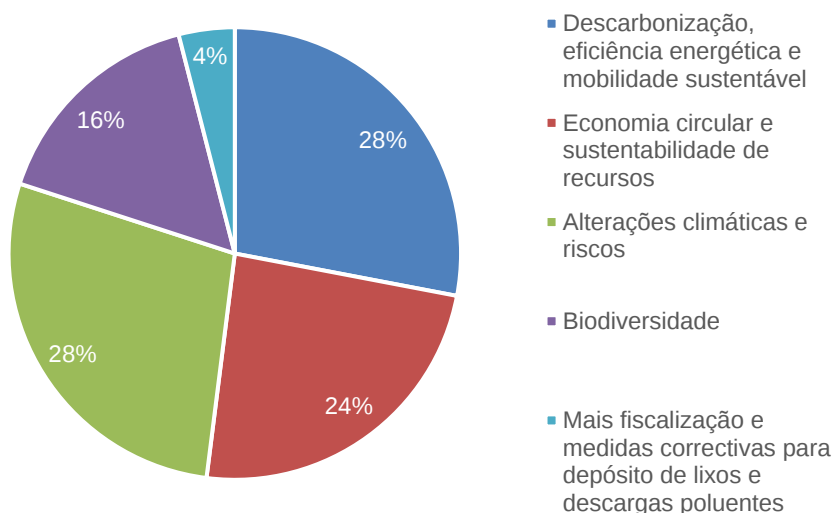


Figura 27. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 3 – Promover a transição climática e verde
Fonte: SPI

De entre os domínios de intervenção apresentados no **Eixo Prioritário 4 – Reforçar a coesão territorial e a atratividade do território**, apesar de se assistir a um maior equilíbrio nas respostas, assumiu maior protagonismo nas escolhas dos utilizadores a “beneficiação das acessibilidades”. É de referir, no entanto, que também foi dada especial importância aos domínios da “coesão do sistema urbano-rural”, “património e cultura” e “centros urbanos e zonas litorais” (Figura 28).

Em termos de projetos prioritários para estes domínios, a principal ideia lançada em termos de beneficiação das acessibilidades prendeu-se com a necessidade de reabilitação do caminho de acesso às Caldeiras da Ribeira Grande.

O outro domínio onde surgiram algumas sugestões foi o dos centros urbanos e zonas litorais. Para este, os contributos dados realçaram a necessidade de prosseguir com as intervenções de reabilitação urbana no Concelho, bem como o interesse da criação de uma zona verde na cidade da Ribeira Grande, como um jardim botânico que pudesse atuar em complementaridade com a Praça do Emigrante, funcionando no sentido de valorizar urbanisticamente o conjunto e atrair maior número de turistas e residentes.

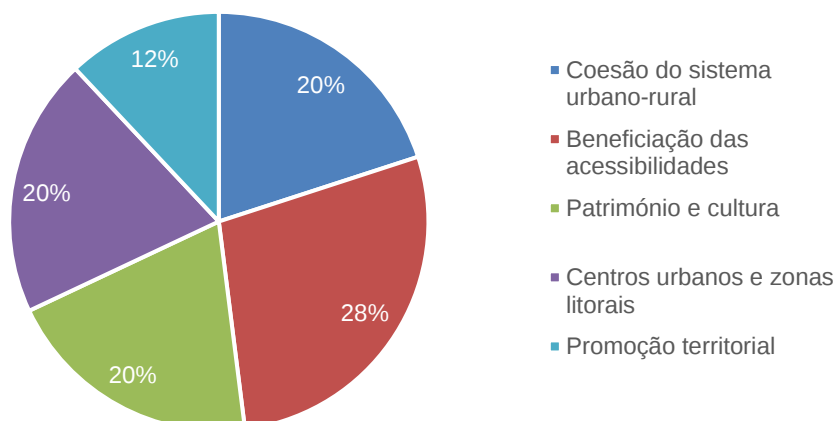


Figura 28. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 4 – Reforçar a coesão e a atratividade do território
Fonte: SPI

Por último, no **Eixo Prioritário 5 – Fomentar a cooperação e a cidadania**, foi dada maior importância ao domínio de intervenção “parcerias institucionais”, seguindo-se, por esta ordem, os domínios “sociedade informada e participativa”, “colaboração intersectorial” e “cooperação territorial e multinível” (Figura 29).

No âmbito deste eixo prioritário e do domínio “parcerias institucionais”, único domínio onde foram formuladas algumas sugestões, foi realçada a necessidade urgente de trabalhar em conjunto e forma intensa, e a jusante, na problemática da incidência de casos de comportamentos aditivos e de toxicodependência no concelho da Ribeira Grande, com a constituição de grupos de trabalho de forma desburocratizada, passando por uma ação profunda junto de determinados grupos (como os ex-reclusos), na partilha de experiências, na sua orientação socioprofissional e no apoio à sua reintegração sustentada na sociedade, em parceria com entidades com atuação no âmbito social e da justiça, como a Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

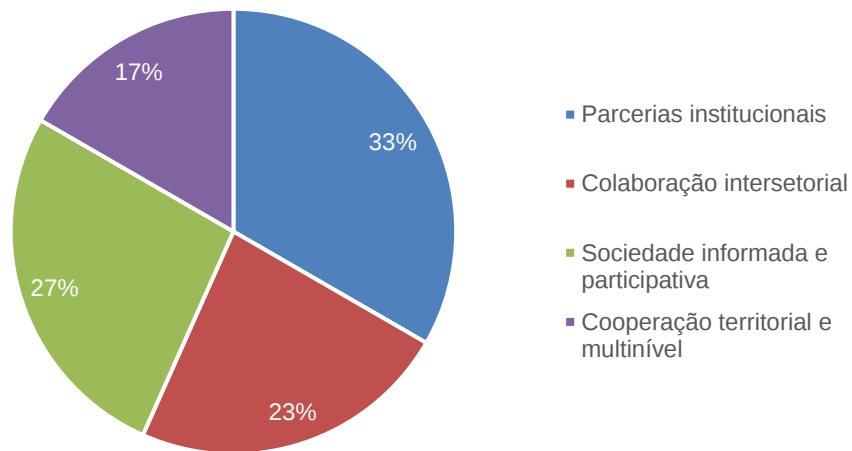


Figura 29. Resultados no âmbito do Eixo Prioritário 5 – Fomentar a cooperação e a cidadania
Fonte: SPI

